



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL (PPGHB)
CURSO DE MESTRADO

FELIPE CASTANHO RIBEIRO

O Distrito Federal na Guerra de 1932

Niterói

2018

FELIPE CASTANHO RIBEIRO

O Distrito Federal na Guerra de 1932

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Érica Sarmiento da Silva.

Niterói

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo.

Campus Niterói

R484d Ribeiro, Felipe Castanho.

O Distrito Federal na Guerra de 1932 / Felipe Castanho
Ribeiro. - Niterói, 2018.

157 p.: il.

Bibliografia: p. 150-157.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em
História - Universidade Salgado de Oliveira, 2018.

Orientador: Dsc. Érica Sarmiento da Silva.

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Revolução
Constitucionalista, 1932. 3. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 4. Brasil.
Presidente (1930-1945: G. Vargas). 5. Governo Provisório, 1930-
1934. 6. Distrito Federal (Brasil) - História - Revolução
Constitucionalista, 1932. 7. Forças armadas - Brasil. I. Título.

CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

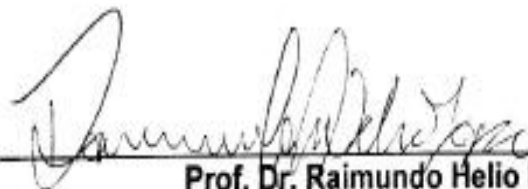
"O DISTRITO FEDERAL NA GUERRA DE 1932"

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 06 de março de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:



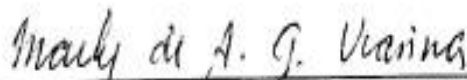
Prof.ª Dr.ª Érica Sarmiento da Silva

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira
(UNIVERSO)



Prof. Dr. Raimundo Helio Lopes

Professor do Universidade Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Fluminense (IFF)



Prof.ª Dr.ª Marly de Almeida Gomes Vianna

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira
(UNIVERSO)

Dedico este trabalho ao meus pais, a minha irmã e a Andressa, meu grande amor.

AGRADECIMENTOS

Tendo em vista que ao longo de uma jornada acadêmica inúmeras são as pessoas que nos ajudam, principalmente diante das várias dificuldades que encontramos no caminho, torna-se uma das tarefas mais difíceis na construção de um trabalho acadêmico a construção do texto de agradecimento. Ao mesmo tempo, é também uma das tarefas mais prazerosas, porque nos lembra da dura mas enriquecedora experiência que só fomos capazes de construir graças aos nossos parentes, amigos e mestres. Dedico este trabalho a vocês com a certeza de que não seria possível a sua construção sem a contribuição de todos.

Agradeço a minha orientadora e professora Érica Sarmiento da Silva. Sou muito grato pela orientação e sobretudo pela compreensão que teve comigo ao longo deste trabalho. Nunca me esquecerei da sua paciência e do seu apoio nos momentos mais difíceis, assim como das nossas conversas acadêmicas.

Agradeço a professora Marly Almeida Gomes Vianna que em muito contribuiu para o meu trabalho durante o exame de qualificação e que também se encontra presente na minha banca de defesa. De fato, é uma honra poder contar com as suas críticas e comentários.

Agradeço ao meu professor e hoje amigo Raimundo Helio Lopes. Jamais esquecerei de como foi capaz de fazer com que eu me apaixonasse pelo tema da Guerra de 1932 em uma única aula. De lá para cá, foram inúmeras conversas que não apenas enriqueceram o presente trabalho como também reforçaram a minha admiração pela sua pessoa.

Agradeço a Universidade Salgado de Oliveira por ter me concedido a bolsa de estudos, sem esta seria impossível ingressar e me manter no mestrado.

Agradeço aos professores da UNIVERSO que me ajudaram, através das disciplinas ministradas, a concluir o meu mestrado na construção deste trabalho. Neste sentido, gostaria de agradecer os professores Francisco Falcon e Charleston de Assis pela oportunidade de enriquecer o meu conhecimento. Não poderia deixar de agradecer ao professor Jorge Prata pelo meu crescimento acadêmico neste período. Suas primorosas aulas são, hoje, um referencial para minha vida acadêmica e profissional. Fazer os “olhinhos brilharem” é sempre uma meta.

Apesar da distância física e temporal não posso deixar de agradecer aos meus professores da graduação e da minha especialização em História do Brasil, estes me apresentaram ao maravilhoso mundo da academia de História e contribuíram para a continuidade dos meus estudos, em muito devo a vocês.

Agradeço ao meu eterno amigo e professor Fernando Gralha pelo apoio e confiança constante.

Aos amigos que eu conquistei no mestrado e que contribuíram de diferentes formas para a conclusão deste curso, meu muito obrigado. Com Yann, Everton, Álvaro, Mirian, Alessandro e o Mineiro eu aprendi muito mais. Além disso, pude contar com excelentes companhias para os almoços e amigos para compartilhar as angústias acadêmicas. A presença de vocês tornou esta jornada muito mais agradável.

Agradeço a minha família, mesmo com a minha ausência em inúmeros eventos, sempre me apoiou quando precisei.

Agradeço a minha mãe Daise Cristina de Souza Castanho pela educação e pelos inúmeros conselhos, que parecem ser infindáveis, que me ajudaram a superar os momentos difíceis.

Agradeço ao meu pai Jorge Luís Saint Just Ribeiro, que mais uma vez muito me ajudou para que eu pudesse concluir um curso de pós-graduação.

A Vivian, minha querida irmã que sem saber muito me ensina e orgulha.

Por fim, agradeço ao amor da minha vida Andressa. Seu incentivo foi decisivo para que eu ingressasse no mestrado, assim como o seu companheirismo foi importante para que eu me mantivesse obstinado no curso. Foram dois anos de muito trabalho, mas também foram dois anos em que o nosso amor se fortificou. Obrigado, meu amor!

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar.
As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.

Francisco Cândido Xavier

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a mobilização do Governo Provisório durante a Guerra de 1932, mais conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932, no Distrito Federal. O Governo Provisório precisou constituir um *front* interno na capital com o intuito de assegurar a sua vitória diante do movimento militar de oposição que foi irrompido no estado de São Paulo em 9 de julho de 1932. A cidade do Rio de Janeiro enquanto sede administrativa e política do país serviu como uma vitrine para o resto da nação. Ciente deste fato, o Governo Provisório precisou garantir a manutenção da ordem, conquistar o apoio da população na capital e consequentemente auferir a sua legitimação. A imprensa, censurada durante a guerra, foi um importante meio de comunicação do governo durante o conflito e foi amplamente utilizada por este para alcançar os seus objetivos. Entretanto, se foi possível observamos no Distrito Federal uma intensa mobilização do Governo Provisório, também conseguimos identificar movimentos de oposição que foram intensamente combatidos pelo governo dirigido por Getúlio Vargas ao longo do ano de 1932. Dessa forma, podemos afirmar que o Distrito Federal também participou da Guerra de 1932 com mobilizações a favor e contra o Governo Provisório.

Palavras-chave: Guerra de 1932, Revolução Constitucionalista de 1932, Guerra civil, Governo Provisório, Distrito Federal.

ABSTRACT

This work has as its main objective to analyze the mobilization of the provisional Government during the war of 1932, better known as the Constitutionalist revolution of 1932, in the Federal District. The Provisional Government had to provide an internal front in the capital in order to ensure your victory in the face of military opposition movement that was appearing in the State of São Paulo on 9 July 1932. The city of Rio de Janeiro while the country's political and administrative headquarters served as a showcase for the rest of the nation. Aware of this fact, the provisional Government had to ensure the maintenance of order, to win the support of the population in the capital and consequently obtain the your legitimacy. The press, censored during the war, was an important means of communication from the Government during the conflict and was widely used for this to achieve their goals. However, if it was possible to observe the Federal District an intense mobilization of the provisional Government, we were also able to identify that opposition movements were heavily controlled by the Government headed by Getúlio Vargas during the year of 1932. In this way, we can say that the Federal District also participated in the War of 1932 with mobilizations for and against the provisional Government.

Keywords: War of 1932, Constitutionalist Revolution of 1932, Civil war, The Provisional Government, Distrito Federal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeira edição do jornal <i>A Estrella</i>	117
Figura 2: Jornal <i>Nove de Julho</i>	118
Figura 3: Edição de 3 de setembro do <i>Nove de Julho</i>	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Prisões efetuadas por motivo político ao longo do ano de 1932.....	135
Gráfico 2: Serviços realizados pela Quarta Delegacia Auxiliar da Policia do Distrito Federal ao longo do ano de 1932.....	137
Gráfico 3: Prisões efetuadas pela Quarta Delegacia Auxiliar vinculadas a questão social....	139
Gráfico 4: Ocupação social dos presos políticos do ano de 1932.	144

LISTA DE ABREVIATURAS

AHEX – Arquivo Histórico do Exército.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

DNP - Departamento Nacional de Propaganda.

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

DOP - Departamento Oficial de Publicidade.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

FUG – Frente Única Gaúcha.

FUP – Frente Única Paulista.

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

LNSP - Liga Nacionalista de São Paulo.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PD – Partido Democrático de São Paulo.

PL – Partido Libertador.

PRP – Partido Republicano Paulista.

PRM – Partido Republicano Mineiro.

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A GUERRA DE 1932	19
1.1 Caminhando para uma guerra civil: contextualizando os antecedentes da Guerra de 1932	19
1.2 A Guerra de 1932 através da sua historiografia: um balanço bibliográfico	39
CAPÍTULO 2 - UMA CIDADE EM GUERRA: MOBILIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UM <i>FRONT INTERNO</i> NO DISTRITO FEDERAL	61
2.1 <i>O governo domina inteiramente a situação</i> : o cotidiano do Distrito Federal durante a guerra	61
2.2 <i>A ofensiva e a contra-ofensiva dos boatos</i> : a disseminação de boatos e a repressão do Governo Provisório aos boateiros	85
2.3 <i>Comícios, meetings, arruaças e passeatas</i> : manifestações a favor e contra o Governo Provisório	101
CAPÍTULO 3 - CLANDESTINIDADE, ESPIONAGEM E CONSPIRAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL: AS ATUAÇÕES DA OPOSIÇÃO E DO GOVERNO PROVISÓRIO DURANTE A GUERRA DE 1932	115
3.1 <i>Sustentae o fogo que a Victoria é nossa!</i> : jornais clandestinos no Distrito Federal durante a Guerra de 1932	115
3.2 A atuação da Quarta Delegacia Auxiliar do Distrito Federal no ano de 1932	130
CONCLUSÃO	146
FONTES E BIBLIOGRAFIA	150

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como principal objetivo o estudo da Guerra de 1932 que aconteceu durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. A despeito da terminologia que define este processo, sabemos que o modo como nos referimos a um determinado evento histórico pode influenciar ou até mesmo modelar a nossa concepção histórica. Por esta razão, consideramos importante para o presente trabalho apresentarmos a definição daquilo que entendemos como Guerra de 1932. Neste sentido, o nome do movimento eclodido em 1932 no estado de São Paulo pode sofrer alterações de acordo com o posicionamento historiográfico dos autores que se debruçam sobre o tema, no entanto, este ficou conhecido historicamente como Revolução Constitucionalista de 1932. Em nossa concepção, a definição correta para este evento é a de uma guerra civil, não apenas por conta da projeção do conflito como pela própria definição do termo. Segundo o *Dicionário de Política*, guerra civil é a guerra quando conduzida por cidadãos de um mesmo Estado¹. Já para Héctor Luís Saint-Pierre, a guerra civil se desenvolve em uma unidade decisória, como manifestação extrema de uma pluralidade política². Sendo assim, pela projeção do conflito, que será trabalhada ao longo desta dissertação, e pela definição terminológica destes termos, nos referiremos a este conflito como Guerra de 1932.

Ainda sobre os objetivos deste trabalho, ao longo desta dissertação iremos analisar o envolvimento do Distrito Federal na Guerra de 1932. Defendemos que este conflito foi uma guerra nacional porque envolvia causas nacionais e que, portanto, exigiu uma ampla mobilização do Governo Provisório contra os seus opositores. Ademais, a própria extensão do conflito nos direciona para esta perspectiva. Além do *front* principal de batalhas que se deu em São Paulo, tivemos conflitos em Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas e, como afirmado anteriormente, na capital do país. Levando em consideração as baixas de ambos os lados, o número de mortos também foi significativo. As estimativas apontam para o total de 1.684 soldados abatidos durante a guerra e mais de 3.800 feridos³.

¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 572.

² SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 34.

³ Estes números serão analisados no primeiro capítulo.

A historiografia sobre a Guerra de 1932 é extensa e possui trabalhos que contemplam diferentes perspectivas deste processo histórico. No entanto, existe uma predominância da linha interpretativa que considera o conflito como uma guerra regional. A título de exemplo, apontam para esta direção, obras como: *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*, publicada em 1988, de Holien Gonçalves de Bezerra; *A Revolução de 32*, de 1982, redigida por Hernâni Donato; e *1932: a guerra paulista* escrita por Helio Silva, publicada em 1976. Entretanto, mesmo que as narrativas destes trabalhos concentrem a sua análise em São Paulo, em alguns casos é possível encontrarmos indícios de um conflito mais amplo. Não obstante, esta visão historiográfica de um conflito regional sofreu um momento de inflexão na década de 1980, quando alguns trabalhos passaram a definir a Guerra de 1932 como uma guerra civil. Neste sentido, destacamos a obra *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*, organizada por Angela de Castro Gomes e publicada em 1980 e, posteriormente, em 1982, o livro *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932* de autoria do brasileiro Stanley Hilton.

No ano de 2009, uma nova perspectiva historiográfica sobre a Guerra de 1932 surgiu. Desta vez, o conflito passou a ser analisado sob o prisma de uma guerra civil e nacional. Neste sentido, encontramos as dissertações de Raimundo Helio Lopes, intitulada *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)* e defendida em 2009; e *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*, que foi defendida em 2012 por Walter Pinto Oliveira. Posteriormente, no ano de 2014, Lopes reforçou este posicionamento histórico na sua tese de doutorado nomeada com o título *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*.

Foi com base nesta última perspectiva historiográfica que esta dissertação foi pensada. Neste sentido, esta concepção, construída e ratificada ao longo deste trabalho, foi importante em nossa análise e norteou as discussões que se seguem. Dessa forma, as seguintes perguntas foram fundamentais para a nossa análise: de que forma o Distrito Federal foi mobilizado durante a Guerra de 1932? De qual maneira a Guerra de 1932 atingiu a capital e quais foram as suas consequências na cidade? Houve movimento de oposição no Distrito Federal e, em caso positivo, de que forma? Certamente estas não foram as únicas questões levantadas, mas foi com base nestas perguntas que procuramos desenvolver esta pesquisa e formular novas perguntas.

No intuito de atingirmos os objetivos propostos, a nossa pesquisa teve como aporte teórico a história política. No entanto, salientamos aqui, que não nos referimos à história

política tradicional e sim à chamada Nova História Política. Neste sentido, é na obra dirigida por René Rémond que o arcabouço teórico deste projeto se fundamenta. No texto denominado *Do político* e escrito pelo próprio Rémond foi onde encontramos os elementos teóricos que deram sustentação a esta pesquisa. A começar pela constatação do autor de que em tempos de guerra existe uma centralidade do político, pois a “moral do país, o abastecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação”⁴. Sendo assim, o presente trabalho também se relaciona com o poder, que durante muito tempo foi o foco de estudo da história política. Conforme René Rémond nos diz, o político não se encerra nele mesmo, ele não se acantona, não se trata de um domínio isolado, pelo contrário, ele dialoga com outros domínios. Desta forma, a história política “exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação”⁵.

Dito de outra forma, a abordagem aqui proposta sobre o estudo da Guerra de 1932, irá levar em consideração o diálogo com outros domínios. O político possui a sua autonomia, mas a sua compreensão surge do diálogo com outros campos históricos, o que amplia as possibilidades hipotéticas e de abordagem das fontes nesta pesquisa.

Sendo assim, este trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos alguns dos principais eventos políticos que desencadearam a Guerra de 1932. Neste sentido, nos debruçamos sobre os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1930 até o advento da guerra, pois consideramos que os motivos do conflito se deram neste período. Além disso, realizamos neste capítulo um levantamento historiográfico da Guerra de 1932. Este breve balanço historiográfico levou em consideração obras que consideramos precípuas para o entendimento do conflito e que exploravam não apenas a Guerra de 1932, mas também os seus antecedentes e, em alguns casos, os seus desdobramentos. Procuramos assim, demonstrar as diferentes perspectivas históricas sobre a guerra e a evolução do tema dentro da sua historiografia. A construção deste capítulo procurou privilegiar a guerra fora do estado de São Paulo considerado o principal e, para alguns estudos, o único estado onde o conflito ocorreu. Dessa forma, procuramos romper com o paradigma de uma guerra regional e que prevalece em algumas obras sobre o tema. Sendo assim, apesar de uma significativa historiografia do tema concentrar seus estudos em São Paulo, procuramos elencar os indícios que apontavam para uma guerra de proporção nacional. Cabe ainda ressaltar, que apesar desta perspectiva paulista da Guerra de 1932,

⁴ RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 p. 443.

⁵ _____. “Do Político”. In: *Por uma História Política...*, pp. 444-445.

também existem trabalhos com outros enfoques e que serão analisados e discutidos no capítulo.

O segundo capítulo analisa o cotidiano do Distrito Federal através dos jornais. Procura-se, assim, compreender a mobilização do Governo Provisório, assim como os impactos da guerra na cidade do Rio de Janeiro. O fato de termos escolhido jornais como fonte privilegiada neste capítulo não foi a esmo. O jornal enquanto fonte histórica é “portador de interesses e projetos de classes ou frações de classe numa conjuntura dada”⁶. Para além deste fator, os jornais de início do século XX, apesar de já possuírem características profissionais, não perderam o seu caráter opinativo e de intervenção na vida pública⁷. A censura estabelecida pelo Governo Provisório à imprensa neste período dificultou a reconstrução dos impactos da guerra na cidade. No entanto, esta mesma censura nos ajudou a compreender melhor a mobilização efetuada pelo governo na capital. Sendo assim, escolhemos os jornais *O Radical* e o *Correio da Manhã*, ambos favoráveis ao Governo Provisório durante o conflito⁸, para a análise do cotidiano da capital do país durante os 85 dias de duração da Guerra de 1932. Além de estudarmos o cotidiano do Distrito Federal durante a guerra, procuramos analisar nos periódicos, matérias que sinalizassem para uma mobilização do Governo Provisório na capital.

A dificuldade imposta pela censura em analisarmos o cotidiano do Distrito Federal pelos jornais foi contornada através da consulta de outras fontes históricas. Neste sentido, consultamos os diários de Getúlio Vargas, publicado pela sua neta Celina Vargas do Amaral Peixoto no ano de 1995, e do jornalista Sertório de Castro que foi intitulado como *Diário de um combatente desarmado (a revolução de São Paulo vista e apreciada do Rio de Janeiro)* e editado no ano de 1934. Estas fontes foram de fundamental importância para este capítulo e nos revelaram aquilo que a censura proibia os jornais de noticiar. Ainda que não existam fontes totalmente imparciais, levamos em consideração na nossa análise o caráter específico

⁶ VIEIRA, M. do Pilar de A., PEIXOTO, M. do Rosário da C., KULCSAR, Rosa, etc. al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Revista *PUCSP*, consultado em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12495/9064>>. Acesso em 29/07/2014.

⁷ LUCA, Tânia Regina. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁸ Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), doravante citado como DHBB/CPDOC, o *Correio da Manhã*, durante o Governo Provisório, manteve-se numa posição ambígua. Neste sentido, segundo o DHBB, em janeiro de 1932 o *Correio da Manhã* tornava claro a sua oposição ao governo de Getúlio Vargas, sendo a favor do movimento pela constitucionalização do país. No entanto, com a eclosão do conflito, o jornal ressaltou não ter nenhuma ligação com qualquer partido político. In Verbete: *Correio da Manhã*, DHBB/CPDOC, S/P.

do diário enquanto fonte primária. E, neste sentido, procuramos ponderar e problematizar os registros de ambos os autores, não os considerando como uma simples tradução da realidade.

No terceiro capítulo, concentramos a nossa análise nos movimentos de oposição ao Governo Provisório no Distrito Federal e nas medidas deste último para combatê-las. Dessa forma, através dos acervos consultados, procuramos identificar e analisar possíveis atuações contrárias ao governo durante a guerra. Como poderemos examinar, os opositores lançaram mão de inúmeros expedientes no intuito de afetar a sede administrativa e política do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Neste sentido, procuramos analisar tanto o *modus operandi* dos opositores do governo, assim como as medidas realizadas por este no intuito de contê-las. Para tanto, diversas documentações encontradas foram essenciais para a construção deste capítulo. Neste sentido, ressaltamos os documentos do acervo da Guerra de 1932 no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), onde localizamos documentos referentes ao comandante do Destacamento do Exército de Leste, Góis Monteiro, e que versam sobre uma preocupação com a ordem no Rio de Janeiro. No arquivo pessoal de Getúlio Vargas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), nos foi permitido o acesso a cartas e telegramas trocados entre Getúlio Vargas e membros do governo sobre eventuais conspirações na capital. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional consultamos os jornais clandestinos que circularam durante a Guerra de 1932 na cidade, estes foram fontes de extrema valia para a presente pesquisa e nos ajudaram a reconstruir a ação dos opositores do governo provisório, assim como nos permitiram uma leitura da estratégia adotada pela oposição para mobilizar a população carioca contra o governo de Getúlio Vargas. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), encontramos o relatório do ano de 1932 da Quarta Delegacia Auxiliar da capital do país, responsável por crimes políticos no período. Este relatório, que até então só conhecemos pela nossa análise, foi o principal documento que utilizamos para consultar as medidas do Governo Provisório com o objetivo de evitar os movimentos de oposição na capital, não apenas durante o conflito mas durante todo o ano de 1932.

CAPÍTULO 1 - A GUERRA DE 1932

1.1 Caminhando para uma guerra civil: contextualizando os antecedentes da Guerra de 1932

Durante a Primeira República, era notória a proeminência política de alguns estados da Federação, marcadamente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apesar de, em alguns momentos, a oligarquia de um ou mais estados predominar sobre a política nacional, o que manteve a estabilidade política da Primeira República foi exatamente a sua instabilidade. Nas palavras de Viscardi sobre o período em questão:

Afirmamos que ele teve a sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuadas e que a exclusão de outros fosse definitiva.⁹

Para a autora, os processos sucessórios da Primeira República são peças fundamentais para o entendimento da estabilidade do regime. Estes processos eram baseados por três princípios norteadores, que se deram a partir da sucessão do presidente Rodrigues Alves. São eles:

1. Os atores políticos republicanos são desiguais e hierarquizados entre si; 2. Existe uma renovação parcial entre os atores, rejeitando-se atitudes monopólicas; 3. As raízes da dissolução do regime se encontram na sua incapacidade de manter as bases da hierarquia e de preservar a sua parcial renovação.¹⁰

O declínio destes princípios, para Cláudia Viscardi, iniciou-se ao longo da década de 1920 e a principal razão de seu esgotamento relacionou-se às tentativas de monopolização por parte dos principais estados-atores. Ao longo da década de 1930, deu-se o seu esgotamento final¹¹.

Para o ano de 1922 a estabilidade do sistema seria garantida com a aliança política entre Minas Gerais e São Paulo, que ficaria evidente com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a presidência, apoiada pela oligarquia paulista. Contudo, apesar do laço entre

⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café-com-leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 20.

¹⁰ _____. *O teatro das oligarquias...*, p. 39.

¹¹ _____. *O teatro das oligarquias...*, p.39 e 226.

os dois estados, o governo de Bernardes se destacaria pela administração independente de São Paulo, sobretudo na política econômica¹². Mesmo com divergências, Minas manteve a aliança com São Paulo e apoiou a candidatura do paulista Washington Luís para a sucessão presidencial, o que indica claramente que a aliança não era exclusivamente de caráter econômico.

Se o governo do mineiro Artur Bernardes foi marcado por uma política independente do estado de São Paulo, o governo do paulista Washington Luís não foi diferente e, ao longo do seu governo, especialmente nos últimos dois anos, as oligarquias paulista e mineira se afastariam cada vez mais. Ainda segundo Viscardi, o esvaziamento da aliança entre São Paulo e Minas Gerais ocorreu de forma gradativa e, “no campo político, ambos os estados, quando no governo federal, atuaram de forma isolada, mostrando-se autônomos e refratários a ingerências externas no exercício arbitrário de seu poder”¹³.

Seria na questão da sucessão presidencial de 1929 que a aliança entre São Paulo e Minas Gerais terminaria, quando Washington Luís escolheu o então presidente paulista, Júlio Prestes, para a sua sucessão. Havia uma crença da oligarquia paulista quanto a sua hegemonia política nacional, representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), que já possuía a adesão declarada de dezessete unidades federadas¹⁴.

Ao mesmo tempo em que se afastava de Minas Gerais, São Paulo procurava se aproximar de outro grande estado da Federação, o Rio Grande do Sul. No entanto, Claudia Viscardi nos explica que o estado gaúcho pleiteava a candidatura de um sulista à presidência e por isso se aliou a Minas Gerais que não endossou a candidatura de Júlio Prestes. Por fim, a Paraíba também se uniu aos estados anteriores, formando, assim, a Aliança Liberal que representava um eixo alternativo à candidatura de São Paulo¹⁵. Para Thomas Skidmore, a Aliança Liberal nasceu de um:

... pacto para a eleição presidencial de 1930 firmado pelos líderes dos Estados de Minas gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O pacto era apoiado também pelo recém-formado Partido Democrático de São Paulo, que se opunha ao Partido Republicano Paulista, a força dominante no Estado.¹⁶

¹² Segundo Viscardi, o motivo principal para a divergência entre os dois estados na política econômica girava em torno da política adotada por Bernardes para a questão do café. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias...*, pp. 231-233.

¹³ _____. *O teatro das oligarquias...*, p. 244.

¹⁴ _____. *O teatro das oligarquias...*, p. 244.

¹⁵ _____. *O teatro das oligarquias...*, pp. 242-244.

¹⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.402.

São Paulo não atraiu a oposição apenas dos tradicionais setores oligárquicos. No final da década de 1920, aumentaram os setores descontentes com a política implementada pelo proeminente Partido Republicano Paulista, e estes setores, por sua vez, se reuniram em torno da Aliança Liberal. A fissura da hegemonia paulista deu-se, inclusive, em São Paulo, já que em janeiro de 1926 foi criado o Partido Democrático (PD). Esta agremiação surgiu a partir das disputas em torno de postos no Instituto do Café e representavam uma cisão na elite política de São Paulo¹⁷. O historiador Hernani Donato vincula o PD à Liga Nacionalista, que chegara a reivindicar instrução popular e governo ao nível do povo¹⁸. O autor menciona ainda, que o voto secreto, o tratamento especial para a lavoura cafeeira e uma atenção tímida à nova relação capital-trabalho faziam parte do seu projeto político. No entanto, conforme observa o historiador Boris Fausto, o PD não representou novos setores e defendia os interesses agrícolas. Para o autor:

A hipótese de que o PD teria surgido como representação política de setores novos, supostamente dinâmicos, onde estariam incluídos os industriais, ao lado de grupos financeiros e das classes médias, não tem maior consistência. Um traço distintivo da agremiação é o fato de lograr articular-se, com uma razoável coerência ideológica, para além das pequenas disputas pessoais, e as duas grandes constantes dessa coerência são a reforma política e o anti-industrialismo.¹⁹

Boris Fausto chega a essa conclusão com base no comportamento do PD e dos seus políticos nas diferentes questões econômicas. Dessa forma, identifica posicionamentos alinhados com o setor agrícola e, às vezes, contra o setor industrial.²⁰

Nas eleições de 1930, o PD declarou o seu apoio à Aliança Liberal. Com a derrota de Getúlio Vargas nas urnas, o partido apoiou timidamente a conspiração contra o governo de Washington Luís. Este fato seria lembrado, mais à frente, pelos revolucionários mais ativos e pelo próprio Getúlio Vargas, que não atendeu os anseios do Partido Democrático quando assumiu o poder. Ainda sobre o discreto apoio do PD ao movimento, na análise de Vavy

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 11-12.

¹⁸ Segundo Silvia Levi-Moreira, a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) foi fundada no final do ano de 1916, num momento em que inúmeros movimentos nacionalistas surgiram no país. A autora ainda afirmou que, “a LNSP, afirmando-se como uma associação extra-partidária, tinha como objetivos principais lutar pelo voto secreto e obrigatório, pela efetiva aplicação da lei da obrigatoriedade do serviço militar e pela difusão da instrução e desenvolvimento da educação em todo o país.” Vide: LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, June 1984. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361/68001>>. Acesso em: 24 sep. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i116>, pp. 67-74, p. 68.

¹⁹ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 49.

²⁰ Para chegar a esta conclusão o autor se baseia, sobretudo, no posicionamento manifestado pelos democráticos contra o aumento de tarifas que visavam a proteção das indústrias paulistas. Os democráticos afirmavam a essência agrícola do país e, portanto, deveriam obedecer aos princípios liberais que norteavam o país até então. In: FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930...*, pp. 49-56.

Pacheco Borges, este fez com que o PD passasse à oposição do Governo Provisório e, posteriormente, tenha se tornado um dos principais articuladores da conspiração que levaria a guerra em 1932²¹.

O PD, foi em São Paulo, o principal apoio da Aliança Liberal. Mas a base do apoio político da Aliança Liberal era o movimento tenentista²². Segundo Boris Fausto, o movimento tenentista enxergava a necessidade de uma regeneração no país. A política da Primeira República, para membros dessa corrente, havia sido prejudicial para o Brasil, pois a Constituição de 1891 gerava uma descentralização política, já que se baseava num liberalismo excessivo. Esta fórmula poderia até funcionar com outros países, mas não possuía compatibilidade com o Brasil, devido à especificidade da sua formação²³. Na retórica do tenente Juarez Távora, interpretada por Fausto “nesta fórmula transparece uma profunda distância do pensamento liberal: o liberalismo não é a ideologia universal do seu tempo, mas uma corrente de ideias, válida para determinado país, cuja formação é diversa da nossa”²⁴.

Para os tenentes, a solução se encontrava na centralização do poder e na uniformização das instituições do estado. Nessa lógica, se havia uma crítica por parte dos tenentes com relação à excessiva autonomia que os estados possuíam, conseqüentemente, criticava-se, também, o poder oligárquico, principal responsável pela descentralização do poder²⁵.

Como vimos anteriormente, com o início do processo de sucessão presidencial em 1929, o presidente Washington Luís decidiu lançar a candidatura de outro paulista, Júlio Prestes, para o pleito presidencial de 1930. Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico*

²¹ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, pp. 178-179.

²² Academicamente existem inúmeras trabalhos que contemplam e se dedicam ao estudo do *tenentismo*. Segundo Michael L. Conniff, o movimento que ficou conhecido como tenentismo “se iniciara em 1922, no Rio de Janeiro, quando cadetes e oficiais do Exército, de sentimento idealista, se revoltava contra o Governo, a quem acusavam de corrupção política e desrespeito ao Exército”. CONNIFF, Michael L. “Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 132. José Augusto Drummond sustenta que “os tenentes quiseram principalmente lutar pelos *interesses do Exército Brasileiro*, conforme os entenderam, atribuindo-lhe um papel especial de arbitragem sobre o sistema político nacional. Os *tenentes* enquanto atores políticos foram forjados pela organização que os reuniu e preparou profissionalmente; como “supercidadãos”, eles identificaram no Exército uma *excepcionalidade* institucional, um papel político simultaneamente carismático e regular de intervir para o “saneamento” de crises não-administráveis pelos civis ou, mais exatamente, pelos cidadãos ‘comuns’.” DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 31. Ainda sobre o movimento tenentista, existe uma ampla discussão acadêmica sobre a sua natureza ideológica e a sua constituição social. Adalberto Coutinho de Araújo Neto, na sua tese de doutorado, além de sugerir o surgimento de um “socialismo tenentista” ao longo da década de 1930, realiza um importante levantamento historiográfico sobre o movimento. Cf. a introdução e o balanço bibliográfico em ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *O socialismo tenentista: trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. 2012. 323 F. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 8-40.

²³ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930...*, pp. 87-89.

²⁴ _____. *A revolução de 1930...*, p. 87.

²⁵ _____. *A revolução de 1930...*, pp. 86-107.

Brasileiro, o intuito do presidente Washington Luís era “assegurar a continuidade de sua política econômico-financeira de austeridade e de contenção de recursos para a cafeicultura, mas desprezava os interesses de Minas Gerais”²⁶. Para além do complexo cenário político descrito, as eleições ganhariam um elemento a mais com a grave crise econômica iniciada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929. O Brasil sentiria a crise traduzida na falência de centenas de indústrias, no Rio de Janeiro e São Paulo. Em todo o país se contabilizou mais de um milhão de desempregados²⁷.

Podemos dizer, então, que a decisão de Washington Luís acabou rompendo o acordo tácito que havia entre São Paulo e Minas Gerais, o que frustrou os mineiros, pois esperavam ocupar a cadeira presidencial²⁸. A estratégia adotada pelo PRP abriu caminhos para a criação da Aliança Liberal. Ela, desse modo, foi formada, basicamente, pelo movimento tenentista e por setores oligárquicos dissidentes, como os representados pelo PD em São Paulo, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e também da Paraíba que aderiu por meio do seu presidente João Pessoa.

Dessa forma, a Aliança Liberal decidiu lançar a candidatura de Getúlio Vargas para presidente e o paraibano João Pessoa, representando o Norte, como seu vice. A campanha da Aliança Liberal foi empolgante e movimentou as populações urbanas das capitais²⁹. Entretanto, o pleito ocorreu em 1º de março de 1930 e, mesmo com as tradicionais fraudes dos dois lados, o resultado deu vitória para a chapa de Júlio Prestes e Vital Soares com 57,7% dos votos.

A ideia de alcançar o poder através de uma luta armada já existia antes mesmo das eleições de 1930³⁰ e, diante da derrota nas urnas, alguns membros da Aliança Liberal passaram a conspirar contra o governo de Washington Luís. Após inúmeras tratativas que deram a segurança aos conspiradores³¹ e convenceram a participação de Getúlio Vargas³²,

²⁶ Verbete: Revolução de 1930, DHBB/CPDOC, S/P.

²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 404.

²⁸ FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano...*, p. 403.

²⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias...*, pp. 248-249.

³⁰ Segundo Viscardi, a ideia era corrente nos grupos oligárquicos de segunda geração, denominados de “tenentes civis”. A autora também defende que o próprio Getúlio Vargas admitia uma solução armada, o que fica comprovado através dos contatos mantidos entre Vargas e Luís Carlos Prestes em setembro de 1929. Ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias...*, p. 249.

³¹ A fase de organização do movimento que resultaria na revolução de 1930 foi marcada por uma série de encontros entre proeminentes políticos do país. Os conspiradores procuravam apoio ou pelo menos neutralidade de elementos importantes da política nacional. São exemplos os encontros dos conspiradores Batista Luzardo, Virgílio de Melo Franco com o ex-presidente Epitácio Pessoa e o famoso encontro de Getúlio Vargas com Luiz

rompe no dia 3 de outubro um movimento armado contra o governo de Washington Luís. Houve resistência por parte de tropas legalistas, mas nada que impedisse a vitória dos revolucionários. Segundo Frank D. MacCann a revolução de 1930³³ ocasionou cerca de 10 mortes no país. Para o autor, a revolução de 1930 “marcou-se mais pelas “batalhas” de telegramas do que por combates reais”³⁴.

O desfecho se deu no dia 24 de outubro, quando um grupo de oficiais-generais, liderados por Augusto Tasso Fragoso, exigiu a renúncia do presidente Washington Luís. Após a negativa inicial do presidente, os militares cercaram o Palácio da Guanabara e o destituíram do poder. Uma junta governativa provisória, composta pelos generais João de Deus Mena Barreto, Augusto Tasso Fragoso e pelo ministro da Marinha José Isaías de Noronha, assumiu o governo do país até a chegada de Getúlio Vargas à capital federal.

Com a vitória da revolução de 1930, o PRP se viu alijado do poder. A atuação do partido de 1930 a 1932 foi de fato discreta e até mesmo no próprio estado de São Paulo, a disputa pelo poder deu-se principalmente entre o PD e a Legião Revolucionária³⁵, deixando o PRP de lado. A historiadora Vavy Pacheco Borges define assim a atuação do tradicional partido paulista após 1930:

Carlos Prestes. NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 pp.419-446.

³² Dos conspiradores, Lira Neto defende que Getúlio Vargas parecia ser o mais reticente a ideia de um movimento armado. Para mais informações sobre este período vide a já mencionada biografia redigida por NETO, Lira. *Getúlio:...*, pp.419-446.

³³ Existe uma ampla discussão na academia a respeito da terminologia correta para o movimento iniciado em 3 de outubro de 1930. Isto se deve as diferentes explicações sobre a natureza do movimento. Consideramos que as três principais perspectivas são: 1930 como um golpe no movimento da classe operária que vinha em ascendência vertiginosa, principalmente na década de 1920; 1930 como uma revolução, podendo ser da classe média ou da burguesia industrial; por fim, 1930 como um movimento realizado para reafirmar o pacto oligárquico da República Velha que havia sido rompido no governo de Washington Luís. Não faz parte do presente trabalho a discussão sobre o caráter do movimento de 1930, contudo, optamos pela utilização do termo revolução de 1930 por acreditarmos que se trata do termo mais corrente e consagrado na historiografia para o referido movimento, do mesmo modo que o historiador Boris Fausto utilizou o termo. Não obstante para compreender algumas das diferentes perspectivas historiográficas sobre a revolução de 1930 indicamos a obra de Boris Fausto. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. Já para a perspectiva que aborda revolução de 1930 como um golpe na classe operária indicamos o trabalho de Edgar de Decca *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004 e sobre o viés da restauração do pacto oligárquico recomendamos VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

³⁴ MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, pp. 382 e 336.

³⁵ O estudo de Vavy Pacheco Borges é a obra mais completa sobre a Legião Revolucionária, até o momento da produção do seu trabalho havia apenas um artigo escrito por Peter Flynn sobre a organização, o que chamou a atenção da historiadora. Borges identifica na Legião Revolucionária, que posteriormente se transformaria no Partido Popular Paulista, a principal expressão do tenentismo no estado de São Paulo. Foi lançada em São Paulo no mesmo dia da decretação do Governo Provisório e da dissolução do Congresso Nacional, era a grande inimiga do PD e da Frente Única Paulista. Dessa forma, se considerava e era considerada a representante do governo federal no estado. BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, pp.63-74.

Após outubro de 30, a perda do predomínio político do PRP é indubitável; afastado do poder pela destituição de cargos executivos e pela extinção dos legislativos, oficialmente permanece num limbo político, mas continua lutando através da ação de seus membros.³⁶

São numerosos e divergentes os trabalhos que se dedicam ao estudo da revolução de 3 de outubro de 1930 e que tratam dos pormenores do evento. Na verdade, nosso foco de análise são os seus desdobramentos, pois a Guerra de 1932 só pode ser entendida em sua complexidade se analisada a partir de uma perspectiva maior, que vai bem além do ano de seu acontecimento e do estado de São Paulo como ator único nesse complexo cenário.

No entanto, o movimento iniciado em 3 de outubro de 1930 foi marcado por amplas expectativas de certos setores populares. No dia 29 de novembro de 1930, Getúlio Vargas anotava no seu diário:

Chegamos à noite a São Paulo, onde sou recebido com carinho pelas principais autoridades do novo governo. Chegamos à capital paulista cerca de 11 horas da noite, levado em triunfo da gare até o automóvel. Este percorre as ruas no meio de verdadeiro delírio popular. Parece que toda a população de São Paulo comungava com a Revolução. Magnífico povo.³⁷

No dia seguinte, partindo para o Rio de Janeiro, continuava:

Seguimos para a Estação da Luz: Grande aglomeração de povo, cordões de tropas, festas, vivas, flores. O trem demorou a sair, aguardando os secretários do governo, que vinham despedir-se. Nesse intervalo, fui assediado constantemente pelos pedidos de autógrafos em cartões, cadernetas, pedaços de papel etc. – provavelmente uns cem autógrafos lançados a esmo sobre o papel.³⁸

Neste sentido, a reação da população da cidade de São Paulo não foi a única. Durante a sua viagem em direção ao Distrito Federal, por onde passasse o trem da vitória, recepções calorosas aguardavam o líder da revolução. Exceto por algumas resistências e por alguns combates, a revolução de 1930 se consagraria com um significativo apoio popular e de diferentes setores da sociedade³⁹. Na sua chegada ao Rio de Janeiro, Getúlio Vargas também se surpreendeu com o que qualificou como “manifestação extraordinária e impressionante pelo número”⁴⁰ que o acompanhou da Central do Brasil até o Palácio do Catete.

³⁶ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, p. 29.

³⁷ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário, Volume I (1930-1936)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 19.

³⁸ _____. *Getúlio Vargas...*, p. 20.

³⁹ VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 38.

⁴⁰ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p. 21.

No trem, que levava o comando da revolução, se encontrava o futuro secretário de Vargas, Luiz Vergara⁴¹. No seu livro de memórias, *Fui secretário de Getúlio Vargas*, publicado em 1960, alguns anos após o suicídio do então presidente, o relato daqueles dias também chamaram a atenção para o clamor popular:

O percurso não pôde ser feito pela forma rápida prevista. O trem era obrigado a parar e permanecer algum tempo nas estações repletas de gente, que acorria para aclamar o chefe da revolução e seus companheiros.⁴²

Um dos raros momentos em que a viagem não fora marcada pela alegria das manifestações ocorreu em Jaguariaíva, Paraná. Na ocasião, fora trazido à cidade o corpo de um menino de 18 anos, morto nos tiroteios da vanguarda com contingentes legalistas (tropas que defendiam o governo de Washington Luís). Neste momento único da viagem, a alegria contrastou com a tristeza. Segundo Luiz Vergara, o corpo do jovem:

... foi trazido para a cidade, que vinha apresentando movimento fora do comum, marcado por contínuas manifestações de alegria, e de repente entristeceu-se e solidarizou-se com o pesar da família enlutada.⁴³

Alguns jornais também se contagiaram com o clima de euforia por conta da vitória da revolução de 1930. O *Diário Carioca*, jornal que apoiou a revolução de 1930, mas que, posteriormente, tornou-se opositor do Governo Provisório, noticiou em 21 de outubro que:

Está victoriosa a revolução. Está victorioso o ideal democratico dos sonhadores de 1889. Não foi um movimento isolado de quarteis. Foi um movimento excepcional - unico na historia dos povos latino-americanos - iniciado ao mesmo tempo pelo norte e pelo sul, irmanados na gloria de salvar o Brasil das mãos dos cabotinos e dos aventureiros, dos ladrões e dos fraudadores da verdade eleitoral.⁴⁴

Cerca de dois anos depois, o clima no país já não era de euforia. Sobretudo no estado de São Paulo, aonde o PD, partido que havia apoiado a campanha da Aliança Liberal, se afastou do Governo Provisório. O descontentamento entre os setores políticos do estado paulista se deu porque tiveram a sua hegemonia política apeada e, mais do que isso, haviam

⁴¹ Luiz Vergara teria o seu primeiro contato com Getúlio Vargas no ano de 1926 no Rio Grande do Sul, por ocasião da comemoração cívica destinada ao culto de memória de Júlio de Castilhos. Em 1930 viajou ao lado de Getúlio Vargas no trem da vitória. Após a revolução de 1930, assumiu o cargo de oficial-de-gabinete de Vargas, posição que manteve até 1934. Posteriormente, em 1934, se tornaria Secretário da Presidência, cargo que manteve até a saída de Getúlio Vargas do poder no ano de 1945. In verbete Luiz Vergara, DHBB/CPDOC, S/P.

⁴² VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: 1960, p. 59.

⁴³ _____. *Fui secretário de Getúlio Vargas...*, pp. 52-54.

⁴⁴ Optamos por manter a grafia original de todas as fontes primárias do presente trabalho. *Diário Carioca*, 24/10/1930.

perdido a sua autonomia política. Segundo Boris Fausto, um dos motivos para a insatisfação dos paulistas era porque o “governo desprezou as reivindicações da elite oposicionista liberal paulista, organizada no Partido Democrático (PD), que esperava obter o poder local, e nomeou como interventor o “tenente” João Alberto”⁴⁵. Quando a revolução ainda estava em andamento, Getúlio Vargas havia prometido entregar o governo do estado a Francisco Morato, presidente do PD, e em troca, o seu partido apoiaria a revolução. No entanto, a pressão exercida pelos tenentes fez com que Vargas não cumprisse a sua promessa, escolhendo como interventor o tenente pernambucano João Alberto⁴⁶. O PD esperava, após a vitória, receber, finalmente, o governo de São Paulo, mas a sua adesão ao movimento armado que depôs o governo foi discreta. Este fato foi lembrado mais tarde pelos articuladores do 3 de outubro de 1930. Ainda segundo Vavy Pacheco Borges:

A posição inicial de ambigüidade do PD em relação à sucessão se prolonga em relação ao movimento armado. A participação de seus membros na organização da luta é praticamente nula. Alguns poucos democráticos estabelecem contatos para a luta armada; alguns jornalistas do *Diário Nacional* são presos por suas posições, outros se envolvem na luta final pela vitória do movimento na cidade de São Paulo. O PD apresenta como justificativa para a não-adesão o fato de ser São Paulo “o maior reduto do PRP”. Mas como se sabe, as referências à possibilidade de revolução eram públicas e constantes, e o apelo às armas feito até mesmo no Legislativo federal. Essa participação é tão reduzida que os articuladores do movimento jamais a esquecem ou desculpam.⁴⁷

Nesse aspecto, o historiador Hernani Donato acertadamente afirma que Vargas necessitava do prestígio e da simpatia que os tenentes gozavam diante da população e por isso não podia ignorar totalmente os seus anseios⁴⁸. O historiador Stanley Hilton, na obra *1932: A guerra civil brasileira* lembra que Vargas fora alçado ao poder através de uma coalizão inviável, composta por setores heterogêneos da política brasileira. Mais ainda, que o caso paulista não fora o único surgido entre 1931-32 e que:

Houve nessa época diversos, contínuos e repetidos “casos” em vários Estados, que solicitavam o tempo e a atenção do ditador [...] Vargas não tinha poder ilimitado para enfrentar todos esses desafios. Precisava atender a uma multiplicidade de clientes políticos e, em vistas das manifestas divisões dentro das forças armadas,

⁴⁵ FAUSTO, Boris. “A vida política”. In: GOMES, Ângela de Castro (coordenação). *Olhando para Dentro* (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013, pp. 94-95. Sobre João Alberto Lins de Barros: foi militar, participou das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, nesta última foi chefe de destacamento da coluna; Delegado Militar de São Paulo em 1930 e interventor do mesmo estado entre 1930 e 1931; chefe de polícia do Distrito Federal entre 1932-1933; constituinte em 1934; e chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), em 1945. In verbete: João Alberto, DHBB/CPDOC, S/P.

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, p. 14.

⁴⁷ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira* pp. 29-30.

⁴⁸ DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932...*, pp. 18-19.

sobretudo no Exército, dificilmente ter-se-ia sentido totalmente seguro no poder em qualquer momento daquela fase de transição nacional.⁴⁹

Para parte da elite política paulista, a recondução do país a um modelo constitucional poderia representar uma forma indireta do PD chegar ao poder. Nesse caso, o historiador Stanley Hilton defende que:

O grito de batalha era “reconstitucionalização!”, mas o importante, pelo menos num sentido imediato, era conseguir controle próprio sobre a administração do Estado, a qual fora arrancada de mãos paulistas pela Revolução de 1930. A reconstitucionalização seria, sim, um meio de alcançar de modo permanente esse objetivo.⁵⁰

Stanley Hilton vai além, aprofundando o debate. Para ele, caso a interventoria do estado de São Paulo tivesse sido entregue, em 1930, a “um proeminente civil paulista ligado à causa revolucionária, tal como um prócer do Partido Democrático, o país não teria estado à beira de uma guerra fratricida em julho de 1932”⁵¹. A nomeação do tenente João Alberto foi vista como uma traição pelo PD. Além disso, o seu governo foi marcado por algumas polêmicas. O interventor chegou a legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado e deu início a uma aproximação com a classe operária, aumentando salários e reduzindo o número de horas de trabalho. O tenente João Alberto chegou a autorizar em 7 de novembro de 1931 um comício do PCB e, sem a autorização do chefe de polícia, Vicente Rao, que era ligado ao PD. O comício terminou em tumulto e com a intervenção da polícia. Outro fator que espantou o PD foi um decreto realizado pelo interventor que versava sobre uma divisão de fazendas que seria executada pelo Banco do Estado⁵². O tenente chegou a justificar as suas medidas como uma tentativa de conciliar a relação capital-trabalho, o que não surtiu efeito e deixava nítido o descontentamento entre a classe dominante paulista⁵³.

O descontentamento com a interventoria do tenente João Alberto somente aumentou com o passar do tempo e “os paulistas” se sentiam “humilhados” com a presença de um interventor “estrangeiro”, pelo fato de ser oriundo de Pernambuco, e militar no governo do estado⁵⁴. Em 7 de abril de 1931, o PD lançou um manifesto contra o interventor, defendendo que o estado era um território militarmente ocupado. O governo não deixou o manifesto

⁴⁹ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 33.

⁵⁰ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 21.

⁵¹ _____. *A guerra civil brasileira...*, p. 21.

⁵² Ambos os casos são mencionados por BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, pp. 36-37.

⁵³ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, pp. 14-15.

⁵⁴ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, pp. 26-28.

passar em branco e tomou uma série de medidas que atingiam o Partido Democrático, entre elas: o fechamento da sede do partido, a prisão de Vicente Rao, chefe de polícia ligado aos democráticos e mais tarde o fechamento do jornal *Diário Nacional*, órgão do PD. A represália do Governo Provisório:

... provocou manifestações de apoio a ambas as partes: os gaúchos do PL e PRR, o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* defendiam os democratas; Osvaldo Aranha e o Clube 3 de Outubro apoiaram o interventor. João Alberto procurou se aproximar de políticos do PRP; membros desse partido foram nomeados prefeitos em Campinas e Santos.⁵⁵

A situação tornou-se insustentável e, em 28 de abril, ou seja, poucas semanas depois, os democratas realizaram uma tentativa de golpe, liderados pelo general Isidoro Dias Lopes⁵⁶, comandante da 2ª Região Militar. O conflito foi rapidamente debelado e Lopes destituído do comando da 2ª RM. Apesar da malfadada tentativa de golpe, o tenente João Alberto não resistiu a pressão e pediu demissão do cargo de interventor. Em 25 de julho de 1931, é nomeado interventor de São Paulo Laudo Ferreira Camargo, político paulista e civil. Assim, aparentemente, a principal reivindicação dos paulistas havia sido atendida.⁵⁷

Após inúmeras divergências com os tenentes, sobretudo com Miguel Costa que era expoente do movimento tenentista no estado bandeirante⁵⁸, sobre a composição do secretariado do governo de São Paulo, o desembargador Laudo de Camargo renunciou ao posto de interventor em 13 de novembro de 1931. No mesmo dia, assumiu o governo do estado, interinamente, o tenente-coronel Manuel Rabelo⁵⁹.

Vale ressaltar, novamente, que a principal queixa da elite política paulista era referente à sua autonomia político-administrativa. Laudo de Camargo, o interventor civil e paulista

⁵⁵ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, pp. 14-15.

⁵⁶ Militar, nasceu no Rio Grande do Sul, em 30 de junho de 1865. Participou da revolta tenentista de 1924. Tornou-se general-de-brigada e comandante da 2ª Região Militar em 1930. Passou a oposição do Governo Provisório e após ser procurado por membros do PD e da Força Pública de São Paulo, realizou um levante contra o governo de João Alberto em 28 de abril. Pela sua participação no levante foi destituído do comando da 2ª Região Militar e substituído por Góis Monteiro. Posteriormente foi eleito chefe geral da “revolução de 1932” pelos paulistas. Neste sentido atuou intensamente na fase conspiratória que levou a Guerra de 1932. In verbete: Isidoro Dias Lopes, DHBB/CPDOC, S/P.

⁵⁷ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, p. 40.

⁵⁸ Participou da coluna Miguel Costa- Carlos Prestes. Durante o governo de Laudo de Camargo era líder da Legião Revolucionária, organização tenentista no estado de São Paulo que gozava de largo apoio popular, comandante da Força Pública Paulista e secretário de segurança. Para saber mais sobre a atuação de Miguel Costa no biênio 1930-32 e sobre Legião Revolucionária vide a já citada obra de BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, pp. 64-72.

⁵⁹ O tenente-coronel Manuel Rabelo nasceu em 11 de janeiro de 1878 na cidade de Barra Mansa (RJ). Participou do levante tenentista de 5 de julho de 1922 contra a posse do governo Artur Bernardes. Pela sua participação neste movimento, ficou preso até 1927, em 1928 foi julgado e condenado a um ano e meio de prisão. Com a vitória da revolução de 1930 foi anistiado no dia 12 de novembro e promovido a tenente-coronel por decreto em 15 de novembro. In verbete: Manuel Rabelo, DHBB/CPDOC, S/P.

conforme antigas reivindicações, não teve a autonomia para escolher o secretariado que atendesse os desejos paulistas.

A presença de Manuel Rabelo na interventoria de São Paulo deteriorou de vez a relação entre os paulistas e o Governo Provisório. Até então, as críticas da oposição paulista eram direcionadas aos interventores forasteiros e militares, mais especificamente aos tenentes João Alberto e Miguel Costa. No entanto, desde o episódio do secretariado ocorrido com o interventor Laudo de Camargo, as críticas passaram a se dirigir contra Getúlio Vargas, que foi “acusado de intenções propositadamente anti-São Paulo e de maquiavelismo ditatorial”⁶⁰. Segundo Maria Helena Capelato, realmente se tratava de um ponto de inflexão para os oposicionistas paulistas e, entre novembro de 1931 e fevereiro de 1932, o Partido Democrático rompeu publicamente com o Governo Provisório⁶¹.

A tensão política e a oposição ao Governo Provisório não eram circunscritas ao estado de São Paulo, pelo contrário, eram amplas e tinha um aspecto nacional. No Distrito Federal, a tensão ficou por conta do empastelamento do jornal *Diário Carioca*, realizado em 25 de fevereiro por um grupo tenentista. Um dia antes de ser empastelado, o jornal publicou uma matéria criticando acintosamente a instituição tenentista Clube 3 de Outubro. Nesta, afirmou que a “... finalidade real do Club 3 de Outubro era sustentar pela violencia, um regime de poderes discricionarios, que o sr. Getulio Vargas, evidentemente, planejou prolongar no paiz”⁶². A orientação política do *Diário Carioca* pertencia a José Eduardo de Macedo Soares⁶³, proprietário do jornal, e, meses após a revolução de 1930, passou a criticar o Governo Provisório de Getúlio Vargas, mais especificamente, o movimento tenentista. Segundo Michael L. Conniff, Macedo Soares representava quase tudo aquilo que os tenentes detestavam. Oriundo de uma importante família paulista e ainda como oficial aposentado da Marinha, Soares conseguia “também implantar, através de antigos colegas, a discórdia entre os revolucionários da Marinha e do Exército”⁶⁴. O empastelamento do jornal ocorreu por:

... um grupo de oficiais e três caminhões de soldados, chefiados pelo filho de Pedro Ernesto Batista (então interventor no Distrito federal), depredou a redação do jornal, que ficava, então, na Praça Tiradentes. Além de grandes prejuízos materiais, dois

⁶⁰ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 32.

⁶¹ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, p 16.

⁶² Ver a matéria “A torre de Babel”, publicada no jornal. *Diário Carioca*, RJ, 24/02/1932.

⁶³ In verbete: José Eduardo de Macedo Soares, DHBB/CPDOC, S/P.

⁶⁴ CONNIFF, Michael L. “Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 30...*, p. 147.

empregados do jornal sofreram ferimentos. O *Diário Carioca* foi forçado a suspender a sua circulação por algum tempo.⁶⁵

O empastelamento do *Diário Carioca* teve sérias consequências para o Governo Provisório. Segundo Raimundo Helio Lopes “durante uma semana houve intensos debates a respeito do posicionamento de Vargas e do ministro da Guerra, Leite de Castro, quanto ao ocorrido e sobre os rumos que seguiria o inquérito para apuração do crime”⁶⁶. No entanto, por ter sido realizado por oficiais tenentistas e por saber que seu ministro de Guerra dava apoio ao Clube 3 de Outubro, Getúlio Vargas impediu a realização de um inquérito mais profundo e não puniu os culpados⁶⁷. Este fato levou a demissão dos gaúchos: Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal; Mauricio Cardoso, ministro da Justiça; Lindolfo Collor, ministro do Trabalho; e João Neves, consultor jurídico do Banco do Brasil. Segundo Hilton, Getúlio Vargas passou a ter um “grave cisma dentro de seu Estado natal, assim como a continuada oposição dos paulistas”⁶⁸. Para Conniff, o episódio desencadeou a “mais séria crise ministerial até então” e marcou o início da decadência do Clube 3 de Outubro, que acabou dois anos depois. Segundo este autor, era evidente que Vargas ficou aborrecido com esta atitude dos tenentes. Por conta desta:

A crise ministerial criou oportunidade para que os opositores do governo iniciassem uma série de ultimatos, exigindo reparações para o *Diário Carioca* e medidas positivas para garantir as eleições e uma Constituição. Confidencialmente, Vargas lhes disse que estava providenciando tudo com a maior rapidez possível: em março ele marcou a data para as eleições do ano seguinte e, pouco depois, um decreto criava uma justiça eleitoral.⁶⁹

Segundo Raimundo Helio Lopes, os gaúchos demissionários, ao chegarem no Rio Grande do Sul, se aproximaram de Borges de Medeiros e Raul Pilla, líderes da Frente Única Gaúcha (FUG), órgão político que fazia oposição ao Governo Provisório. Visando contemporizar a crise, o presidente enviou ao estado sulista o gaúcho e então ministro da

⁶⁵ BRAGA, Regina Stela (editora). *Diário carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.17.

⁶⁶ LOPES, Raimundo Helio *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 187.

⁶⁷ CONNIFF, Michael L. “Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 30...*, p. 147.

⁶⁸ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 37.

⁶⁹ CONNIFF, Michael L. “Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 30...*, pp. 147-148.

agricultura Assis Brasil. Nesta ocasião, redigiram um documento que ficou conhecido como Heptálogo e continha sete quesitos que deveriam ser atendidos por Getúlio Vargas⁷⁰.

Apesar das exigências do Heptálogo não terem sido atendidas, Getúlio Vargas sentiu a pressão política e dava sinais de que o país retornaria à normalidade constitucional. Em 24 de fevereiro de 1932, promulgou-se o novo Código Eleitoral, que criava a Justiça Eleitoral e regulava as eleições em todo o país. E em 14 de maio, com a relação bem desgastada entre a elite paulista e o governo federal, definiu-se a data para as eleições da Assembleia Constituinte, que deveriam ocorrer no dia 3 de maio do ano seguinte. Ainda assim, para Capelato, mesmo com as medidas que indicavam o fim do governo discricionário, a elite política de São Paulo não se contentou e, ao contrário, procurou ocultar os esforços de Getúlio Vargas. Nesse sentido, segundo a autora:

Em torno do tema Constituinte, conseguiu-se grande mobilização não apenas em São Paulo, mas também em outros Estados, onde setores descontentes com a política do Governo Provisório acabaram apoiando a “causa de São Paulo”. Por esta razão, os articuladores do movimento paulista procuraram ocultar as medidas tomadas por Getúlio Vargas no sentido de iniciar o processo de volta às formas legais.⁷¹

Ainda a respeito da alegada insatisfação com a ausência de uma Constituição, Holien Gonçalves Bezerra afirma que a reconstitucionalização do país não passava de pretexto para a reconquista do poder pelo estado paulista. Segundo sua análise, mais a frente, quando o Governo de Vargas desrespeitou a constituição de 1934 com a Lei de Segurança Nacional em 1935, e com a declaração de estado de sítio e de guerra em 1937⁷², a mesma “burguesia” que se revoltou contra a falta de liberdade constitucional foi complacente, pois os seus anseios políticos e econômicos estavam sendo atendidos⁷³. Neste mesmo sentido, Maria Helena

⁷⁰ As demandas eram: “A abertura de inquérito e a punição dos autores do atentado ao *Diário Carioca*; a promulgação de um decreto governamental colocando em vigor a Constituição de 1891 no tocante aos direitos dos cidadãos; a suspensão de qualquer medida restritiva à liberdade de imprensa; a convocação de uma comissão para elaborar o projeto de constituição a ser submetido à futura Assembleia Nacional Constituinte; a adoção de providências imediatas para a efetivação do alistamento eleitoral e a publicação de um decreto marcando para 1932 as eleições para a Assembleia; a organização de uma comissão de técnicos para estudar as bases em que o governo federal deveria encampar as dívidas externas dos estados e municípios considerados insolventes; e a convocação de líderes revolucionários capazes de organizar um plano de ação administrativa e política para o Governo Provisório adequado aos compromissos da Revolução de 1930, e às aspirações nacionais”. LOPES, Raimundo Helio *Um Vice-Reinado na República do Pós-30...*, p. 189.

⁷¹ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, p. 48.

⁷² Em 4 de abril de 1935, foi sancionada a primeira Lei de Segurança, definindo crimes contra a ordem política e social, a Lei nº 38. Essa lei inaugurou o critério, que até hoje se mantém, de deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, o que sempre se fez para submeter tais crimes a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais. Tanto o estado de sítio quanto o estado de guerra de 1937 se vinculam indiretamente a intentona comunista de 1935. In verbete: Lei de Segurança Nacional, DHBB/CPDOC, S/P.

⁷³ BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988, p. 86.

Capelato afirmou que os periodistas liberais da imprensa paulista “apoiaram a Lei de Segurança Nacional e todas as outras medidas repressoras adotadas pelo Estado”⁷⁴.

No dia 7 março de 1932, Getúlio Vargas nomeou um novo interventor para São Paulo. Dessa vez, a escolha recaía sobre Pedro de Toledo⁷⁵, paulista e civil. Todavia, a sua nomeação, segundo Hilton, não satisfaz os paulistas. O interventor possuía o perfil que Vargas desejava, pois se encontrava fora da política há muito tempo, o que, teoricamente, garantia uma neutralidade, tanto em relação aos paulistas quanto aos tenentes⁷⁶.

A troca na interventoria de São Paulo é uma tentativa de Getúlio Vargas para acalmar os ânimos dos paulistas que se encontravam, desde o dia 19 de fevereiro, unidos através da Frente Única Paulista (FUP)⁷⁷. A FUP surgiu da aliança entre o PD e o PRP, que se aliaram para fazer oposição a Getúlio Vargas e ao Governo Provisório. A mesma época, foram organizadas as frentes únicas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, o que demonstra uma contestação ao Governo Provisório por setores políticos de todo o país.

Ao contrário do que se esperava, a nomeação de Pedro de Toledo não agradou aos tenentes, principalmente a Miguel Costa. Com base no seu prestígio diante da Legião Revolucionária, agora transformada em Partido Popular Paulista, passou a pressionar Pedro de Toledo.

Além da pressão política exercida por Miguel Costa, o interventor lidava com uma questão mais delicada: a formação do seu secretariado. No início, Toledo manteve os mesmos secretários do ex-interventor. Posteriormente, nomeou um novo secretariado, com a presença de políticos do PRP e do PD. Segundo Capelato, mesmo com um secretariado que atendesse os anseios do interventor, a agitação política no estado não arrefeceu, e a ideia de radicalização já havia ganhado corpo entre as elites políticas e a população de São Paulo⁷⁸. Raimundo Helio Lopes observou que no Norte do país a notícia de formação do novo secretariado não foi bem recebida por alguns interventores. Segundo o autor, o Norte:

... reagiu fortemente a essas nomeações, taxando tal composição como “absurda solução”, “inexplicável atitude”, “veemente repulsa” e “fracasso total revolução”.

⁷⁴ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 120.

⁷⁵ Pedro Manuel de Toledo nasceu na cidade de São Paulo em 29 de junho de 1860, proveniente de família experimentada na política. Foi delegado e chefe de polícia, deputado estadual, ministro, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário na Itália. Verbete Pedro Manuel de Toledo in: DHBB/CPDOC, S/P.

⁷⁶ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 37.

⁷⁷ A FUP foi fundada em 16 de fevereiro de 1932 e era o resultado da aliança entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD). Sua formação é uma resposta à larga influência tenentista e uma reação à política do Governo Provisório para o Estado. In verbete: Frente Única Paulista, DHBB/CPDOC, S/P.

⁷⁸ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, p. 18.

Os ânimos ficaram ainda mais exaltados quando, no início de junho, Pedro de Toledo enviou aos interventores nortistas um telegrama comunicando a nomeação que fizera, solicitando apoio para estabilizar seu governo diante da grave animosidade nacional. Juarez pediu aos interventores que respondessem positivamente ao comunicado, procurando contemporizar a situação e ainda tentando um acordo amistoso entre São Paulo e o Norte. Tal iniciativa criou uma inquietação entre Távora e os revolucionários nortistas, que não se conformaram com o pedido.⁷⁹

Alguns interventores do Norte chegaram a responder negativamente o pedido do tenente Juarez Távora. Para Lopes, os interventores nortistas enxergavam a região como a principal arma do Governo Provisório contra o “perrepismo” de São Paulo. Neste sentido, é significativo notar que o Norte do país contribuiu consideravelmente com Getúlio Vargas durante a Guerra de 1932. Este fato se torna mais perceptível quando o empenho da região na arregimentação de voluntários para o conflito foi considerável, podendo chegar a um terço de todo o efetivo no combate a São Paulo⁸⁰. As disputas políticas no âmbito nacional ficavam claras e os grupos políticos que futuramente travariam combates nos campos de batalhas se delineavam.

Durante a agitação política em torno da escolha do novo secretariado, uma série de manifestações ocorreu em São Paulo no mês de maio de 1932. O estopim para as manifestações foi a visita do ministro Osvaldo Aranha ao estado. A missão do então ministro da Fazenda era justamente administrar a discussão em torno do secretariado e o conflito entre Miguel Costa e a elite política do estado.

Entretanto, na noite do dia 23 de maio, a intensa disputa pelo poder de São Paulo entre as diferentes forças políticas deixou as suas primeiras vítimas. Em mais uma das manifestações no estado, o povo saiu às ruas, dessa vez para comemorar a composição do novo secretariado paulista. Durante a manifestação, a população decidiu atacar a sede do Partido Popular Paulista, e os membros que lá se encontravam se defenderam atirando nos manifestantes. O historiador Jeziel de Paula, através de testemunhos, descreveu o episódio da seguinte forma:

No instante em que a multidão exaltada começa a cantar o hino nacional brasileiro, alguns populares mais afoitos tentam arrombar as portas da sede do PPP e são recebidos a bala. O pânico instaura-se e, nesse caos generalizado, as pessoas tropeçam e caem no chão. Muitos são pisoteados e feridos a bala. O tiroteio estende-se por toda a madrugada que, naquela altura dos acontecimentos, havia sido engrossada pela reação armada da multidão. Grupos enfurecidos, espalhados pelo

⁷⁹ LOPES, Raimundo Helio *Um Vice-Reinado na República do Pós-30...*, p. 190.

⁸⁰ _____. *Um Vice-Reinado na República do Pós-30...*, p. 228.

gramado da Praça da República, utilizavam revólveres e espingardas de caça saqueadas de algumas lojas de armas.⁸¹

Ao final do confronto, além dos feridos, foram contabilizadas quatro mortes. Para Hernani Donato eles foram as primeiras vítimas da Guerra de 1932⁸². Após o episódio, criou-se o MMDC⁸³, organização que participou ativamente da mobilização que culminou na guerra, iniciada menos de dois meses depois. O caminho para a guerra estava praticamente selado.

Segundo De Paula, o 23 de maio se inseriu no mesmo universo dos antecedentes da Guerra de 1932, fazendo parte da cadeia de eventos que levaram ao conflito, de modo que “é considerado por muitos pesquisadores como o verdadeiro estopim do movimento constitucionalista”⁸⁴. A organização do MMDC marcou o início da conspiração e dos preparativos para a guerra. Esta movimentação não passou despercebida pelo Governo Federal que, atento aos movimentos conspiratórios, adotou contramedidas: entregou o comando absoluto da polícia do Distrito Federal ao tenente João Alberto; aumentou a vigilância nas principais vias de acesso que levavam à capital, com atenção especial para a Central do Brasil e para a rodovia Rio-São Paulo; promoveu o levantamento e o deslocamento das guarnições militares, com intensa movimentação no Vale do Paraíba; e aumentou gradativamente as forças federais no estado de São Paulo, lideradas pelo comandante da 2ª RM, o general Góis Monteiro⁸⁵.

Os conspiradores sabiam que São Paulo sozinho não conseguiria derrubar o Governo Provisório e, por isso, necessitavam do apoio de outros estados, onde o descontentamento com Vargas também era amplo. Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estados de considerável força política, que também possuíam as suas frentes únicas de oposição ao Governo Provisório, foram procurados pelos articuladores do movimento. Borges de Medeiros no Rio

⁸¹ DE PAULA, Jeziel. 1932: imagens construindo a história. Campinas/piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988, p.92.

⁸² “Amanhecia o 24 de maio e o cruzamento de rua e praça mostrava o que efetivamente fora: local do primeiro combate de uma guerra fratricida.” In: DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932...*, p. 55.

⁸³ Era uma referência aos nomes das vítimas: Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Antônio Américo de Camargo Andrade e Dráusio Marcondes. Posteriormente, o estudante Orlando de Oliveira Alvarenga, ferido no conflito, também viria a falecer.

⁸⁴ DE PAULA, Jeziel. 1932..., p. 88.

⁸⁵ DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932...*, p. 43. Pedro Aurélio de Góis Monteiro nasceu em São Luís do Quitunde (AL) no dia 12 de dezembro de 1889. Assentou praça em 1904, combateu a Coluna Miguel Costa-Luís Prestes, participou da revolução de 1930, no auge da crise entre São Paulo e o Governo Provisório foi nomeado comandante da Região Militar daquele estado e com a deflagração da Guerra de 1932 tornou-se o comandante do Destacamento do Exército de Leste. In verbete: Góis Monteiro, DHBB/CPDOC, S/P.

Grande do Sul e Artur Bernardes em Minas Gerais se comprometeram a apoiar o movimento armado⁸⁶.

No caso do Rio Grande do Sul, a oposição ao Governo Provisório era intensa e contava com amplo apoio de políticos proeminentes do estado. Além de Borges de Medeiros e Raul Pilla que integravam a FUG, o movimento incorporou as suas fileiras os políticos gaúchos envolvidos na crise do Heptálogo. Neste sentido, João Neves foi um dos principais articuladores do sul no Rio de Janeiro. Segundo Stanley Hilton, a campanha em prol da reconstitucionalização forjou uma aliança natural entre São Paulo e Rio Grande do Sul, que após o empastelamento do *Diário Carioca* e a consequente demissão em massa dos gaúchos, os estados chegaram a um entendimento militar. A dúvida sobre a participação do Rio Grande Sul pairava sobre o interventor do estado Flores da Cunha que, segundo Hilton, enfrentava um dilema “por um lado, ocupava um cargo de confiança de Vargas, para com quem sentia uma grande dívida político-moral; por outro, as raízes gaúchas de Flores da Cunha eram profundas, ou seja, precisava-se sentir em harmonia com a elite política do Rio Grande do Sul”⁸⁷.

O presidente do Governo Provisório tinha no seu estado natal uma intensa oposição. Em telegrama enviado a Francisco Antunes Maciel Júnior, participante da revolução de 1930 e futuro ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo, Vargas escreveu:

O Estado do Rio Grande tornou-se o porta-voz desses meus acusadores e desafetos políticos, mantendo uma campanha incessante e sistemática contra mim, desde o início do Governo Revolucionário. Essa campanha assumiu diversas fases. Primeiro, a falta de colaboração, o gandismo, consistindo em ocultar todo o esforço despendido proveitosamente na administração do País e divulgando, apenas, as restrições e as críticas dos jornais que exploram a opinião pública para viver dela, num crescendo, atiraram-se aos ataques diretos, enveredando, definitivamente numa campanha pessoal de descrédito. O único objetivo colimado passou a ser, então, o enfraquecimento do Governo, a diminuição de sua autoridade, e o seu desprestígio (...).⁸⁸

No entanto, para que a participação do Rio Grande do Sul fosse consolidada era vital a adesão do interventor do estado. Para Hilton, três fatores incomodavam Flores da Cunha: a reconstitucionalização do país, a eliminação do tenentismo e a reconciliação dos políticos gaúchos com Getúlio Vargas. As medidas adotadas pelo Governo Provisório no sentido de reconstitucionalizar o país, a entrega de São Paulo aos paulistas com a nomeação de Pedro de Toledo e a demissão do ministro da Guerra em 28 de junho de 1932, identificado com o

⁸⁶ Dos autores que abordam a guerra de 1932, é Stanley Hilton quem mais aprofunda a intensa negociação que antecedeu o estouro da guerra, ver *A guerra civil brasileira...*, pp.41-100.

⁸⁷ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 51.

⁸⁸ Getúlio Vargas *apud* SILVA, Helio. 1932: a guerra paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 49.

tenentismo, general José Fernandes Leite de Castro, conquistaram o apoio do interventor para o Governo Provisório⁸⁹.

Em Minas Gerais, a oposição ao Governo Provisório também era ampla. Eminentes políticos do estado se comprometeram em apoiar politicamente o movimento contra o governo, entre eles Mário Brant, ex-presidente do Banco do Brasil, Djalma Pinheiro, envolvido com a política mineira e que também participou da revolução de 1930, e Artur Bernardes. Ainda segundo Hilton, elementos se comprometeram a apoiar o movimento em diversas guarnições do Sul de Minas. No entanto, para o autor, o estado mineiro não inspirava muito a confiança de que iria aderir ao conflito contra Vargas. O interventor do estado, Olegário Maciel, vinha apoiando o regime federal desde o início e no intuito de manter o apoio mineiro, Osvaldo Aranha o mantinha constantemente informado dos acontecimentos. Ainda assim, quando a guerra irrompeu, foi necessária a prisão do comandante da IV Região Militar, general Firmino Borba, para evitar que houvesse um levante contra o governo na região⁹⁰.

Podemos observar que houve uma intensa mobilização do Governo Provisório e da oposição no sentido de arregimentar forças para o combate que irromperia. Neste caso, sabia-se, por ambos os lados, que era vital contar com o apoio de Minas Gerais e do Rio Grande Sul para que a vitória fosse alcançada. No entanto, no dia 9 de julho de 1932, quando rebentou o movimento armado em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul permaneceram ao lado de Getúlio Vargas. Ainda que tivesse a oposição de políticos proeminentes nestes estados, a mobilização do governo central conseguiu ser mais efetiva do que a sua oposição.

A Guerra de 1932 durou 85 dias e o seu principal campo de batalha foi o estado paulista, aonde se formaram dois *fronts* principais, ao sul e ao norte de São Paulo. Os números são extremamente divergentes, Marco Antonio Villa calcula em quase 85 mil combatentes, aproximadamente 55 mil das tropas federais e 30 mil das tropas constitucionistas. Já Frank D. MacCann chega a cifra de 70 mil soldados lutando por São Paulo, enquanto o Governo Provisório contava com 80 mil⁹¹. Tanto São Paulo quanto o Governo Provisório recorreram à formação de batalhões compostos por voluntários. Inclusive, foram os batalhões voluntários que mais sofreram com a precariedade da situação material, faltando desde casacos até armamentos⁹².

⁸⁹ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 60.

⁹⁰ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, pp. 46, 74-75 e 98-100.

⁹¹ Vide VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932...*, p. 38 e MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria...*, p.421.

⁹² HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, pp. 101-121.

O número de mortos também é significativo. Segundo Jeziel de Paula, somente do lado constitucionalista morreram cerca de 634 soldados. Para este autor, esse número é bastante considerável, pois representa quase o dobro dos pracinhas mortos em combate pela Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial⁹³. Ainda que o número de baixas por parte do Governo Provisório nunca tenha sido divulgado, Frank D. MacCann recorreu ao testemunho do adido militar norte americano que, após percorrer os locais de batalha, estimou em 1050 mortos e cerca de 3800 feridos⁹⁴. Esse aspecto mórbido, típico de todas as guerras, mostra o quanto a Guerra de 1932 foi violenta.

Para além de São Paulo, também encontramos o *front* de batalhas no estado do Mato Grosso. Episódios do conflito também ocorreram em outros estados como Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará e Amazonas⁹⁵. Na cidade de Óbidos, região do Baixo Amazonas do Pará, uma unidade pequena do Exército se rebelou e declarou apoio à causa constitucionalista⁹⁶.

Contudo, diante do isolamento de São Paulo, o desfecho da guerra não poderia ser outro. Caso nenhum estado se aliasse aos paulistas, a guerra estaria perdida. São Paulo se viu isolado e sozinho contra as tropas do Governo Federal e a sua tentativa de angariar o apoio de outros estados, mesmo durante o conflito, fracassou⁹⁷. Nesse sentido, o coronel Euclides Figueiredo⁹⁸, comandante da 2ª Divisão de Infantaria em Operações das tropas paulistas que lutaram na guerra, acreditava que São Paulo não poderia contar apenas com o fator surpresa para avançar em direção ao Rio de Janeiro. Segundo Figueiredo, São Paulo deveria ter um

⁹³ Existem divergências na historiografia para o número de mortos nas tropas de São Paulo. O próprio Jeziel de Paula acredita que esse número tenha alcançado a marca de 830, o autor menciona também que alguns consideram o impressionante número de 1.000 mortes. Todavia, somente o número oficial atinge uma média superior a sete mortes por dia. Para as tropas legalistas, Jeziel de Paula acredita não ser possível realizar afirmações concretas, pois o Governo Provisório nunca divulgou informações a este respeito. Cf. páginas 30 e 176 em DE PAULA, Jeziel. 1932...

⁹⁴ MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria...*, p.422.

⁹⁵ DE PAULA, Jeziel. 1932..., p. 30.

⁹⁶ A revolta é o tema da dissertação de mestrado de OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade federal do Pará, Belém do Pará.

⁹⁷ Para Hilton, o destino de São Paulo havia sido selado já nas 24 horas iniciais do conflito, pois com a defecção do Rio Grande e de Minas Gerais a derrota dos paulistas era certa já que não estavam preparados para uma guerra de desgaste. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 100.

⁹⁸ Euclides de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1883. Ingressou no Colégio Militar em 1893, em 1911, enquanto segundo-tenente, realizou um estágio de dois na Prússia Oriental, fazendo parte do grupo de oficiais denominados como Jovens Turcos (oficiais que foram treinados pelo Exército Prussiano com intuito de modernizarem o Exército Brasileiro), em 1912 passou a primeiro tenente e foi um dos fundadores da revista *A Defesa Nacional*. Em 1930 se manteve fiel ao governo de Washington Luís, o que o levou a ser preso durante alguns dias. Em fevereiro de 1932, o coronel Euclides Figueiredo, que se encontrava no Rio de Janeiro, começou a planejar um levante armado contra o Governo Provisório. Em 8 de julho de 1932 viaja para São Paulo e assume o comando geral das tropas paulistas contra o governo de Getúlio Vargas. posteriormente, com a chegada do General Bertoldo Klinger, o coronel Euclides Figueiredo assumo o comando da 2ª Divisão de Infantaria em Operações. In verbete: Euclides Figueiredo, DHBB/CPDOC, S/P.

plano de cobertura, que permitisse que as tropas paulistas passassem da defensiva para a ofensiva. Nas palavras do coronel “Atirar tôda a tropa para diante, sem mais consideração de ordem militar, seria correr a uma aventura, contando simplesmente com a surpresa; seria pôr em risco, desde o comêço, todo o sucesso garantido até ali”⁹⁹. Ainda dissertando sobre os motivos que o levou a adotar uma postura de defesa, o comandante explicou que:

Embora o levante na capital e nas guarnições militares do Estado fôsse de primordial importância, tal êxito local não poderia assegurar a vitória à Revolução. Nem o movimento tinha finalidades que ficassem circunscritas à terra bandeirante: seus objetivos eram nacionais. Por isso buscou São Paulo alianças em todo o Brasil, e três unidades da Federação – Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso lhe haviam assegurado, pela palavra de representantes eminentes, completo, eficiente e decisivo apoio moral e material. Era preciso, portanto, uma vez satisfeita aquela primeira condição, dar tempo a que os aliados de São Paulo pudessem enviar ao teatro dos acontecimentos as suas hostes revolucionárias [...].¹⁰⁰

Sobre outra perspectiva deste momento da guerra, Hélio Silva na sua obra *1932: A guerra paulista*, menciona que, a causa constitucionalista possuía simpatia na capital. Relata esse autor que, segundo alguns depoimentos, Benjamin Vargas, irmão de Getúlio Vargas, teria dito quando estava se dirigindo para o teatro de operações que se “Euclides Figueiredo tivesse prosseguido rumo ao Rio, seria recebido com flôres”¹⁰¹. Para o coronel Figueiredo, o apoio da guarnição militar da capital era fundamental, mas esta sempre foi uma incógnita nos momentos duvidosos do país e seria muito arriscado contar com o seu apoio, sobretudo porque seus oficiais eram escolhidos criteriosamente pelo Governo, dada a sua proximidade com a sede do poder Federal¹⁰².

O isolamento de São Paulo e a capacidade de mobilização do Governo Provisório para evitar que a oposição conquistasse a adesão de outros estados foram fundamentais para o desfecho da guerra. Os paulistas e os articuladores do movimento acabaram se rendendo no dia 02 de outubro de 1932. No mesmo dia, ocorreu a deposição de Pedro de Toledo, que em 09 de julho fora aclamado governador do estado.

1.2 A Guerra de 1932 através da sua historiografia: um balanço bibliográfico

⁹⁹ FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1981, p. 142.

¹⁰⁰ _____. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932...*, pp. 141-142.

¹⁰¹ Benjamin Vargas *apud*: SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista...*, p. 113.

¹⁰² FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932...*, p. 66.

É vasta a literatura que compreende a Guerra de 1932. O historiador Jeziel de Paula, aponta no seu livro, publicado em 1998, que havia 271 obras sobre o conflito ¹⁰³. Contudo, é digno de nota que boa parte destas obras se resume a memorialistas, fruto das reminiscências e dos ideais de ex-combatentes ou participantes do conflito. Além disso, como era de se esperar, as obras sobre o tema possuem como principal delimitação espacial o estado de São Paulo. Desse modo, poucas são as abordagens que priorizam outras regiões.

Não obstante, sobre a Guerra de 1932 existem importantes trabalhos que nos ajudam a desvelar diferentes aspectos do conflito. Sendo assim, no intuito de realizarmos um levantamento historiográfico sobre a Guerra de 1932, selecionamos na literatura acadêmica trabalhos que contemplem diferentes visões da guerra. Apesar de acreditarmos que a historiografia existente consegue responder a questões importantes sobre o evento, também defendemos que ainda existem lacunas para serem preenchidas. Neste sentido, o balanço bibliográfico realizado neste trabalho caminha em dois sentidos: analisar as principais questões trabalhadas pelos historiadores sobre o conflito, assim como investigar a centralidade de algumas dessas questões; e apontar eventuais caminhos que ainda podem ser trilhados para a contribuição historiográfica sobre o tema.

A primeira produção acadêmica sobre a Guerra de 1932 foi um artigo publicado pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Trata-se de um trabalho publicado em 1949 pelo sociólogo Florestan Fernandes e intitulado *A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*¹⁰⁴. É interessante notar que o primeiro trabalho acadêmico sobre o conflito tenha ocorrido após 17 anos do seu acontecimento e 4 anos após o fim do Estado Novo. Este artigo foi escrito com base no diário do ex-combatente das tropas paulistas Paulo Duarte e explora as relações sociais entre os soldados. Segundo Fernandes, o objetivo do texto foi explorar a guerra como um fenômeno social. Esta preocupação, segundo o autor, era oriunda dos “acontecimentos que envolveram o mundo Ocidental na Segunda Guerra Mundial e as controvérsias provocadas pela aplicação bélica da energia atômica”¹⁰⁵. Ainda sobre o artigo, Fernandes afirma que procurou indicar uma forma de discussão sociológica dos seguintes problemas:

... relações de personalidade e cultura; tipos de ajustamento e controle sociais; reação circular; relações de companheirismo; ética militar; função da liderança; e, como extensão da apreciação deste problema, repercussões de interesses sociais

¹⁰³ DE PAULA, Jeziel. 1932..., p. 25-26.

¹⁰⁴ A referência do texto é: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, n. 123, p. 23-35, mar. 1949. No entanto, o nosso aceso a este artigo foi através do livro: FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

¹⁰⁵ FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes...*, p. 184.

antagônicos e de diferenças ideológicas no sistema organizatório do exército constitucionalista.¹⁰⁶

No decorrer do artigo, destacamos a análise de Florestan Fernandes do comportamento social e emocional do soldado Paulo Duarte durante a guerra e, como “pouco a pouco, o autor conseguiu despojar-se dos ‘vícios de paz’, incorporando à sua personalidade valores que lhe permitiam compreender os ‘encantos da guerra’”¹⁰⁷. Para demonstrar esta mudança no comportamento do Paulo Duarte, Fernandes observou a alteração na reação do soldado diante dos cadáveres e como esta se tornou mais indiferente com o passar do tempo. Num segundo momento, sublinhando os aspectos sociológicos da Guerra de 1932, o autor defende que o fracasso da “Revolução Constitucionalista” podia ser atribuído, em parte, por aquilo que chama de “funcionamento inadequado dos referidos mecanismos grupais de regulamentação e de organização das atividades coletivas”¹⁰⁸. Para o autor, havia um desequilíbrio naquilo que denominou como “sistema organizatório do exército constitucionalista”, o que gerava instabilidade emocional na tropa e:

Por isso, como se constata por meio de diversas descrições, o “medo” eclodia com relativa frequência, substituindo por emoções desintegradoras o inaproveitamento cultural das aptidões e qualidades pessoais dos combatentes.¹⁰⁹

Para este momento, ao analisar o diário, Florestan Fernandes parece não ter levado em consideração que havia voluntários civis nas tropas de São Paulo, que nunca receberam treinamento militar e, portanto, não estavam preparados para as situações de guerra. O próprio autor nota que havia preconceito entre os oficiais de carreira e os oficiais civis e que isto também interferia no “sistema organizatório do exército constitucionalista”¹¹⁰. Mais à frente, Fernandes também atribuiu o fracasso de São Paulo à desorganização militar, pois esta permitiu estabelecer uma relação de comportamento entre o líder e a tropa. Nas suas palavras:

Embora outros fatores estivessem envolvidos, além das relações do tipo líder-e-soldado e soldado-e-líder, as descrições evidenciam que o exercício inadequado das funções de liderança foi umas das principais causas do fracasso militar da revolução constitucionalista.¹¹¹

¹⁰⁶ FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes...*, p. 200.

¹⁰⁷ _____. *Florestan Fernandes...*, p. 186.

¹⁰⁸ _____. *Florestan Fernandes...*, p. 189.

¹⁰⁹ _____. *Florestan Fernandes...*, p. 191.

¹¹⁰ _____. *Florestan Fernandes...*, p. 194.

¹¹¹ _____. *Florestan Fernandes...*, p. 195.

Para Florestan Fernandes, o problema da oficialidade era mais complexo. O autor percebeu na sua análise uma diferença de comportamento dos oficiais voluntários para os militares. Entre os primeiros, ainda devia se distinguir os “constitucionalistas” dos que apenas participavam da “revolução constitucionalista”. Segundo Fernandes, do ponto de vista sociológico, foi evidente que os ideais do movimento não conseguiram empolgar grande parte da oficialidade, quer das corporações militares ou civis. Para ele:

A falta de comunhão dos valores da revolução constitucionalista impediu o funcionamento dos mecanismos de ação recíproca do líder sobre a massa e da massa sobre o líder. Parece que a revolução constitucionalista fracassou seja na criação dos ideais políticos, que deveriam orientar a opinião pública, canalizar suas manifestações e coordenar as disposições inconformistas do povo, seja na propagação daqueles ideais. O clima de exaltação política confinava-se aos núcleos urbanos mais densos, e a consistência dos valores que deviam presidir a “ação revolucionária” era pequena, em comparação com as consideráveis proporções do movimento.¹¹²

Sendo assim, para o autor, a ideia de constitucionalização assim como os ideais do movimento 1932 não conseguiram permeabilizar os oficiais e até mesmo a população do estado de São Paulo. Neste sentido, podemos conjecturar que Fernandes pode ter alicerçado o seu artigo em uma imagem sobre a Guerra de 1932 construída pelo Governo de Getúlio Vargas de que o movimento foi a expressão de políticos “carcomidos” da “República Velha” e, que se encontravam alijados do poder. Esta hipótese pode ser reforçada, sobretudo, se levada em consideração a nossa observação de que o artigo foi escrito quatro anos após o término da Era Vargas.

Não obstante, é de 1966 a primeira obra que adquiriu certa notoriedade diante da academia e que procura narrar os acontecimentos de 1932 sob uma perspectiva histórica. Trata-se de *1932 – a guerra paulista* escrito por Hélio Silva, livro que faz parte de sua coleção *O ciclo de Vargas*¹¹³. Apesar de Hélio Silva não ser um historiador de ofício, o seu trabalho ganhou notoriedade no meio acadêmico por coletar e apresentar inúmeras fontes, o que não se restringiu apenas à Guerra de 1932, mas a todo o período de 1930¹¹⁴. A contribuição documental de Silva fica evidente ao longo das 398 páginas que compõem o livro. Nele o leitor se depara com uma miríade de telegramas, cartas, convenções militares,

¹¹² FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes...*, pp. 196-197.

¹¹³ Os títulos dos livros que compõem esta coleção são: *1922 – Sangue na areia de Copacabana*; *1926 – A grande marcha*; *1930 – A revolução traída*; e *1931 – Os tenentes no poder*.

¹¹⁴ Se levados em consideração todos os livros da coleção. ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 F. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 39.

anteprojeto do programa do PD, manifestos e até a publicação dos exilados que se encontravam em Lisboa após o fim da guerra¹¹⁵.

A obra de Silva, apesar de contribuir consideravelmente para a Guerra de 1932 com a compilação de fontes realizadas por ele, do ponto de vista historiográfico, é extremamente marcado por uma visão factual do processo. O próprio autor faz questão de frisar na introdução do seu livro que não “poderia jamais escrever um livro contra São Paulo. Seria agir contra mim mesmo, porque estava unido aos paulistas, como tanta gente desta boa terra carioca. Dei-lhes o que de mim tinha de melhor”¹¹⁶.

A narrativa de *1932 – a guerra paulista* se concentra basicamente na transcrição da documentação e praticamente não há análise do autor em cima dos fatos apresentados pelas fontes. Segundo o historiador Marcelo Santos de Abreu, o que Hélio Silva pretendia era:

... fixar a verdade dos acontecimentos a partir do confronto de falas dissonantes: as vozes dos antagonistas da cena política aparecem em seu texto na infinidade de documentos transcritos pelo autor. Hélio Silva, entretanto, desloca a interpretação para o leitor no futuro. E preocupa-se em se ater aos fatos por dois motivos. Em primeiro lugar, Silva defendia essa concepção de história por oposição a outras possibilidades de escritura vigentes em seu tempo. Afirmava que a história era o fato, o documento e a política, distanciando-se, por exemplo, dos marxistas que supunham o acontecimento como fenômeno das mudanças socio-econômicas. O segundo motivo que levava Hélio Silva a narrar os acontecimentos consubstanciava-se no fato de que o autor, passados 34 anos, sentia-se comprometido com a “causa paulista”.¹¹⁷

Dessa forma, conforme Abreu aponta, tanto a inspiração memorialística de Hélio Silva, quanto a sua própria concepção de História marcaram a sua obra. Ainda assim, para Abreu, “com todas as críticas que se podem fazer sobre sua intenção quase memorialística, o rigor do método assegura a sua validade como material de referência sobre os acontecimentos de 1932”¹¹⁸.

Em 1980, foi publicado o livro *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Esta obra foi o resultado de um projeto desenvolvido no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). O livro coordenado pela historiadora Angela Maria de Castro Gomes, tem ainda a contribuição dos historiadores Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho, Dulce Chaves Pandolfi, Maria Helena de Magalhães Castro, Helena Maria Bousquet Bomeny e Lúcia Lahmeyer Lobo. Nesta obra,

¹¹⁵ Ver as páginas 261-264 para a lista dos proscritos. Para além das fontes que encontrarmos no decorrer do livro, Silva compilou boa parte destas no anexo do livro que vai da página 267 à 385. SILVA, Helio. 1932: a guerra paulista...

¹¹⁶ Ver SILVA, Helio. 1932: a guerra paulista..., p. 26.

¹¹⁷ ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista...*, p. 43.

¹¹⁸ _____. *Os Mártires da Causa Paulista...*, p. 43.

encontramos, grosso modo, uma análise sobre a década de 1930, mais precisamente os anos que vão de 1930 a 1937, onde é pontuado os diferentes embates e projetos políticos que disputaram o poder no período. No entanto, para a análise aqui proposta nos atemos ao capítulo intitulado *Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*, redigido por Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho.

No capítulo supracitado, os historiadores se dedicaram principalmente à análise do “caso” paulista no momento posterior à Guerra de 1932, até um segundo momento assinalado pela promulgação da Constituição de 1934. Não obstante, o texto também aborda o conflito de 1932, expondo o debate político que levou o país a uma guerra civil. Neste sentido, o trabalho contribuiu de uma maneira sem precedentes para a historiografia, isto porque analisa o conflito de 1932 como uma “guerra civil” e como o resultado de uma disputa política mais ampla que o estado de São Paulo. Para os autores, desde a revolução de 1930 havia um intenso debate sobre a centralização e a descentralização do poder político no país. Esta discussão colocou em lados opostos dois setores básicos que apoiaram o movimento de 1930, notadamente o tenentismo e as oligarquias regionais dissidentes¹¹⁹. Em São Paulo, esta disputa foi mais acentuada e “tal confronto assumiria contornos especiais, quer pela incisiva intervenção do tenentismo amparado pelo Governo Provisório, quer pela radical reação das forças políticas paulistas”¹²⁰.

Para os autores, a política nacional de centralização, implementada pelo Governo Provisório no estado paulista através dos tenentes, foi o principal fator que levou à Guerra de 1932. Os embates entre o interventor João Alberto, que além de tenente era “estrangeiro”, com a oligarquia paulista representou a discussão centralização/descentralização. Sendo assim, a Guerra de 1932 foi uma reação dos paulistas ao declínio político do estado, afastado “dos centros de decisão da política nacional e até mesmo da política regional”¹²¹. Nesta razão, os autores concluem que o “caso” paulista foi emblemático e que “constitui, no que se refere a todo este confronto entre tenentismo e oligarquias, um laboratório por excelência”¹²².

É de 1981 o livro *O Movimento de 1932: a causa paulista*, escrito pela historiadora Maria Helena Capelato. Sua obra foi publicada às vésperas do aniversário de meio século da guerra. Nesta, a autora aborda os principais acontecimentos políticos que levaram ao desgaste

¹¹⁹ GOMES, Ângela de Castro (Coordenação). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 239-240.

¹²⁰ _____. *Regionalismo e centralização política...*, pp. 239-240.

¹²¹ _____. *Regionalismo e centralização política...*, p. 239.

¹²² _____. *Regionalismo e centralização política...*, p. 241.

da relação entre o Governo Federal e a elite política paulista. A principal insatisfação de São Paulo seria com a influência que o grupo tenentista exercia no estado e com o desgaste deles com os membros do PD.

Segundo a autora, a questão da constitucionalização ficava em segundo plano e os próprios:

... diretores do PD sempre tinham sido de opinião de que a Constituinte poderia ser protelada se o Governo do Estado fosse entregue ao partido. O que se pretendia efetivamente era a nomeação, para a Interventoria, de um paulista, civil e membro do Partido. Não se contestava, pois, o caráter da Interventoria. Essa luta pelo poder revestiu-se de uma conotação legalista expressa no movimento pró-constitucionalização do país.¹²³

A própria política do Governo Provisório procurava atender as eventuais demandas do estado paulista. Esta constatação ficou clara com a decisão do Tesouro Federal, diante da crise econômica que atingiu a economia cafeeicultora, de comprar todo o estoque de café retido¹²⁴.

O trabalho de Capelato se destaca ainda pela inserção de um terceiro elemento na Guerra de 1932, a classe operária. Sobre este aspecto, afirma que 1932 fora o ano em que mais ocorreram greves na década de 30 e que essa perturbação da ordem incomodava a classe dominante paulista.

Ainda segundo Capelato, a interferência contínua do Governo Provisório no mundo do trabalho, sobretudo a partir das promulgações das leis sociais que procuravam atender determinadas reivindicações do movimento operário, incomodavam a elite paulista. Na cidade pairavam os ideais comunistas, através da ação do PCB, e anarquistas, por meio dos anarco-sindicalistas¹²⁵.

Para Capelato, a questão operária estava presente e o seu elemento não poderia ser desprezado pelos historiadores. Em suas palavras, conclui que “o conflito de classes, embora ausente no ideário do Movimento de 32, nele esteve presente e fundamentou a luta pela *Ordem*”¹²⁶. Ainda que aborde a questão operária, o livro trata do assunto de uma maneira secundária, delegando para outros historiadores a tarefa de explorar mais o assunto.

Sete anos depois da publicação de Capelato, é editado o livro do historiador Holien Gonçalves de Bezerra intitulado *O jogo do poder: Revolução paulista de 32*. Nesta obra o autor se dedica a estudar a participação das diferentes classes no movimento de 32, levando

¹²³ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, p. 48.

¹²⁴ _____. *O movimento de 1932...*, p. 21.

¹²⁵ _____. *O movimento de 1932...*, pp. 65-69.

¹²⁶ _____. *O movimento de 1932...*, p. 65.

em consideração o papel dos trabalhadores - urbanos e rurais -, da classe média e da classe dominante.

Na visão do autor, o trabalhador paulista não se sensibilizou com a guerra por entender que a causa do conflito não fazia parte dos seus interesses, mas sim da classe dominante. Esta última, por sua vez, conseguiu cooptar a classe média, pois segundo Bezerra:

É um traço característico da classe média sua postura mais conservadora do que revolucionária [...] Os integrantes desta classe acumularam certo capital, seja em bens seja em conhecimentos e habilidades profissionais. Sentem-se injustiçados se uma nova sociedade vier anular os frutos de seus esforços, nivelando a todos aquilo que foi conseguido com extremo sacrifício somente por alguns.¹²⁷

Dessa maneira, para Bezerra, a classe média seria uma “massa de manobra”, termo utilizado pelo autor, para a classe dominante, reproduzindo os seus valores com o afã de algum dia ascender ao nível da burguesia paulista.

Como podemos perceber, o trabalho de Bezerra é fortemente inspirado na historiografia marxista, corrente nos anos de 1970, mas que sofreria críticas ao longo da década de 1980. É perceptível o alinhamento ideológico do autor ao observamos na sua obra a ampla utilização de conceitos marxistas como “luta de classes”, “ideologia”, “classe dominante” e “cooptação”. Logo no início do livro, Bezerra afirma conceber o processo político de 1932 como um “momento privilegiado do processo das relações de classe no Brasil, onde aparecem com bastante clareza os mecanismos de dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade”¹²⁸. Ainda sobre o trabalho de Bezerra, o autor também defende a ideia de que a causa que levaria a burguesia paulista ao conflito não era a reconstitucionalização do país e esta não passava de pretexto para a reconquista do poder político.

A respeito do fim do Governo discricionário e retorno ao regime constitucional, o autor critica que “poucos autores fazem referência ao fato de que, desde inícios de 1932, Getúlio Vargas já havia prefixado a data das eleições (para a constituinte)”¹²⁹.

O livro de Stanley Hilton, *1932: A Guerra Civil Brasileira*, é uma das obras mais completas sobre o movimento de 1932. Ao todo são 14 capítulos que, entre outros aspectos, abordam as origens da guerra; a sua fase de conspiração; as suas inúmeras tramas que a permeiam; o conflito e suas consequências *fora* de São Paulo; os desdobramentos do conflito;

¹²⁷ BEZERRA, Holien Goncalves. *O Jogo do Poder...*, p. 71.

¹²⁸ _____. *O Jogo do Poder...*, p. 26.

¹²⁹ _____. *O Jogo do Poder...*, p. 76.

e a reconciliação do Governo Provisório com os paulistas¹³⁰. Para o autor, o conflito atingiu proporções nacionais e demonstra ao longo do seu livro, ainda que pontualmente, a participação das diferentes regiões do país. Justifica-se assim o subtítulo da sua obra, *A guerra civil brasileira*.

Hilton também considera a reconstitucionalização do país um pretexto por parte do estado de São Paulo, que ocultava a sua verdadeira intenção: a reconquista da autonomia política do estado. O retorno do país à ordem constitucionalista seria uma forma de reconquistar o poder político de São Paulo por vias legais e de maneira duradoura. O *status quo* pré-revolução de 1930 era o objetivo¹³¹.

Ao contrário das obras mencionadas anteriormente, o autor prioriza uma abordagem mais política do movimento em detrimento do componente social. A constelação de personagens do livro remete a homens proeminentes do cenário político que se envolveram no conflito. Destacam-se, assim, Getúlio Vargas, João Alberto, Pedro de Toledo, o general Bertholdo Klinger, general Góis Monteiro e o coronel Euclides Figueiredo. O livro se dedica também a algumas questões específicas bem interessantes. Como exemplo, vale citar o capítulo IX, intitulado *Guerra no ar*, no qual Hilton se dedica ao estudo da aviação durante a guerra¹³².

Contudo, para a análise que pretendemos desenvolver nesta dissertação, destaca-se o capítulo denominado *A quinta coluna constitucionalista*. Nele, o autor elenca uma série de fatos ocorridos fora do estado de São Paulo de características pró-constitucionalista. Demonstra, dessa forma, a conspiração contra o Governo Provisório em outras regiões como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o próprio Distrito Federal:

... onde uma pequena rede de dedicados ativistas trabalhava assiduamente organizando um sistema de fuga para militares que desejassem seguir para São Paulo, remetendo informações político-militares ao alto comando constitucionalista via uma estação rádio-emissora clandestina e articulando levantes em Minas Gerais e no próprio Rio de Janeiro.¹³³

¹³⁰ O livro começa ainda de uma maneira bem peculiar com uma narrativa criada pelo autor em que a guerra civil teria sido vencida pelos paulistas, o que pode surpreender aos mais desavisados. Conjecturamos que esta iniciativa de Hilton procura demonstrar a seriedade do conflito e, que poderia ter mudado os rumos políticos do país. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, pp. 09-15.

¹³¹ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 21.

¹³² De modo geral, na visão do autor, o emprego da Força Aérea, pelos dois lados, fora bastante valorizado. Entretanto, sua valorização muita das vezes não se dava tanto pela possibilidade de estrago dos aviões, mas principalmente pelo efeito moral que ocasionava nas tropas inimigas, sobretudo porque as técnicas e os aviões ainda eram *rústicos*.

¹³³ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 299.

Outro trabalho que estuda o movimento de 32 é o livro *Tenentismo e Revolução Brasileira* de Vavy Pacheco Borges, publicado no ano de 1992, fruto de sua tese de doutorado. Nesta obra, a historiadora não tem como foco apenas o ano de 1932, mas sim a conjuntura de 1930 a 1932. A autora estuda a dinâmica e tensões no estado de São Paulo envolvendo a Legião Revolucionária, o líder tenentista Miguel Costa, e a elite política paulista. Para a observação desse período, Borges utiliza a imprensa como a sua principal fonte¹³⁴. Com base na análise das fontes, afirma que o principal motivo de insatisfação do estado de São Paulo foi a perda de autonomia para o Governo Provisório, o que levou o conflito político às vias de fato¹³⁵. Para a autora, o estado de São Paulo é alvo de uma acirrada disputa pelo poder que:

... entre outubro de 30 e julho de 32, uma intensa luta pelo exercício do poder estadual, entre aqueles que nele se encontram e os que dele estão mais próximos; essa luta – na qual vejo duas fases – chega até a extrema violência de ataques mortais a partidos e de uma guerra civil.¹³⁶

As duas fases a que Borges se refere são o período da interventoria de João Alberto no estado paulista e o que se segue após a sua demissão, em 15 de julho de 1931. Em ambos os períodos, a disputa pelo poder político era acirrada e tinha como principais personagens os tenentes, o PD e o PRP. Para a autora, foi do embate entre essas forças que gerou-se a tensão política que redundou na Guerra de 1932.

Em 1998, o historiador Jeziel de Paula publicou sua dissertação de mestrado através do livro intitulado *1932: Imagens construindo a História*. No seu trabalho, De Paula analisa o movimento através das inúmeras imagens e fotografias produzidas no contexto e sobre a guerra. O autor considera que as imagens se constituem importantes fontes primárias e que auxiliam a compreensão do fato histórico. Representam uma parte do real, do acontecido, e são, nessa perspectiva, “um índice, como uma pegada indicando a passagem de alguém”¹³⁷.

Para o autor, a versão dos vencidos predomina na vasta literatura sobre o tema, isto porque a literatura que versa sobre o tema, com cerca de 270 livros, foi escrita pelos memorialistas, na sua grande maioria composto por ex-combatentes e participantes do movimento. Para De Paula, essas memórias foram redigidas às pressas, ainda em combate ou logo após o fim do conflito e “contam uma história que fala mais de seus ideais, seus sonhos e

¹³⁴ A autora analisou cinco jornais ao todo: *O tempo* e o *Correio da Tarde*, órgãos da LR; *Diário Nacional*, *Diário Carioca* e o *Estado de S. Paulo* representando o que Borges chamou de a “imprensa democrática”.

¹³⁵ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, p. 185.

¹³⁶ _____. *Tenentismo e Revolução Brasileira...*, p. 32.

¹³⁷ DE PAULA, Jeziel. *1932...*, p. 22.

suas paixões do que da realidade que os gerou”¹³⁸. Ainda que, na perspectiva deste, a Guerra de 1932, em parte, teria ocorrido “pelos inevitáveis desdobramentos do amálgama de interesses que fundia momentaneamente os múltiplos e contraditórios projetos da revolução liberal de outubro de 1930”¹³⁹.

Em função dos 85 dias de conflito, da amplitude do movimento e do alto número de mortos, De Paula acredita que a melhor terminologia para o evento seja guerra civil, em detrimento de revolução, pois este termo sempre fora utilizado na história brasileira para designar qualquer tipo de movimento armado¹⁴⁰.

Para a questão da participação dos trabalhadores de São Paulo na guerra, De Paula infere que estes participaram sim do conflito. O autor chega a identificar, tanto nos jornais quanto em memórias publicadas após o conflito, que alguns operários chegavam a doar os seus salários para a causa paulista. Além disso, nota que boa parte dos batalhões voluntários civis foram formados em bairros operários como o Brás, Água Branca, Mooca, Lapa, Vila Mariana e Penha¹⁴¹. Esta análise de De Paula seria alvo de críticas bem consistentes por parte do historiador Marcelo Santos de Abreu. Segundo este, De Paula não teria levado em consideração as circunstâncias que ocasionaram o engajamento do operariado na causa, que poderia ter ocorrido por conta do “desemprego, achatamento salarial e forte repressão ao movimento operário”¹⁴².

Ainda sobre o livro, De Paula se esforça para demonstrar que, no estado de São Paulo, o movimento eclodido defendeu interesses nacionais, se opondo àqueles que atribuem ao movimento um caráter regionalista ou separatista¹⁴³. O autor constrói boa parte dessa hipótese através das inúmeras imagens da Guerra de 1932 em São Paulo e que denotam um caráter mais nacional do que paulista. A análise, apesar de correta quando observada numa perspectiva em que tanto a insatisfação quanto a mobilização contra o Governo Provisório era nacional, nos parece exagerada ao longo da obra. Neste caso, como nota o autor, o movimento realmente não era regionalista, mas para o caso de São Paulo estava em jogo mais os interesses particulares do estado do que a preocupação com outras unidades da federação¹⁴⁴. Neste sentido, acreditamos que as imagens analisadas pelo autor, também podem possuir

¹³⁸ _____. 1932..., p. 29.

¹³⁹ DE PAULA, Jeziel. p. 30.

¹⁴⁰ _____. 1932..., p. 30.

¹⁴¹ _____. 1932..., p. 118.

¹⁴² ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista...*, p. 81.

¹⁴³ DE PAULA, Jeziel. 1932..., p. 219.

¹⁴⁴ É o caso da já mencionada obra de BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder...*, ver principalmente a página 86.

outro significado, como a tentativa de legitimar a insatisfação paulista perante os outros estados.

O trabalho de Jeziel de Paula procurou demonstrar que os motivos que levaram São Paulo à guerra são desdobramentos do intrincado contexto político do país e que atingiam o estado paulista de maneira mais acentuada. Ainda assim, a causa paulista, segundo o autor, era repleta de brasilidade.

No ano de 2002 a Guerra de 1932 completou 70 anos. Em comemoração à efeméride, foi lançado o livro *1932: História da Revolução de 32*, de Hernâni Donato. A obra, de caráter laudatório, defende a ideia de um movimento mais a favor da constituição e contra a ditadura do que pela autonomia política administrativa de São Paulo. Antes de prosseguirmos com a análise desta obra, vale ressaltar que o autor foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Donato foi um verdadeiro entusiasta da Guerra de 1932, para o autor, uma “Revolução”. Além da obra escolhida para a nossa análise, escreveu mais dois trabalhos sobre o tema, nomeados *A Revolução de 32* e *Breve história da Revolução de 32*, lançados respectivamente em 1982 e 1997.

Donato se refere ao movimento como sendo cívico-político e militar e, ao longo da obra, tece argumentos que tentam demonstrar que São Paulo estava contra a ditadura, deixando a questão da disputa pelo poder político do estado em segundo plano. Quando do discurso realizado em 25 de janeiro de 1932, em um dos comícios políticos que antecederam o conflito e mobilizavam o povo para o combate, na visão do autor as duas diretrizes que norteariam o movimento se esclarecem. Dessa forma, a causa mor de 1932 era a luta contra a ditadura, e a ideia de separatismo, se presente, era mínima:

Oposição ao regime ditatorial; clamor pelo fim da segregação imposta ao Estado na comunhão nacional. Que ele pudesse, como podiam todos os demais Estados, escolher o seu secretariado, as autoridades. Observar que nem nesse comício nem nas manifestações seguintes, mesmo depois da guerra, os adversários nunca foram tachados de brasileiros, ou cariocas, baianos, mineiros etc., mas sim de ditatoriais.¹⁴⁵

Neste caso, acreditamos que as afirmações de Hernâni Donato são parciais. O autor parece ter levado para a sua análise o mesmo entusiasmo que São Paulo levou para a Guerra de 1932. O autor, além de defender que a principal causa paulista era contra o “regime ditatorial”, acaba vitimizando São Paulo, ao partir do pressuposto de que apenas este estado sentiu a política de centralização adotada pelo Governo Provisório desde a revolução de 1930.

¹⁴⁵ DONATO, Hernâni. *História da Revolução de 1932...*, p. 39.

Uma das obras mais recentes sobre 1932 é *A revolução de 1932: constituição e cidadania* lançada em 2010 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e escrita por Marco Antonio Villa. Para Villa, a Guerra de 1932 é motivada por dois grandes elementos que justificam a queda de popularidade de Getúlio Vargas no estado de São Paulo, já que este fora ovacionado no estado dois anos antes, durante a revolução de 1930. Assim, para o autor, a autonomia política do estado e a realização de uma nova Constituição foram as principais questões de São Paulo. Apesar da queda de popularidade de Vargas no estado paulista, Villa diz que:

A questão central, que pode justificar essa mudança, é a da autonomia do estado: ao assumir o Governo Provisório, Getúlio nomeou para São Paulo um interventor que, além de não ser paulista, atendia aos interesses dele e não aos dos cafeicultores. Os paulistas também exigiam uma nova Assembleia Nacional Constituinte e eleições para presidente, já que consideravam o governo de Getúlio ilegal.¹⁴⁶

O autor afirma que mesmo com as trocas na interventoria de São Paulo, as mudanças não atenderam ao perfil desejado pelos paulistas¹⁴⁷, criando, assim, um embate entre a elite paulista e o chefe do Governo Provisório. Por isso, Getúlio Vargas passa a ser *persona non grata* no estado. Somente em 7 de março de 1932 os paulistas tiveram a sua demanda atendida, com a escolha do embaixador Pedro de Toledo para o cargo de interventor. Ainda assim, se tratava de uma escolha polêmica, já que o embaixador estava distante da política paulista e tinha 72 anos.

Villa lembra ainda que o desgaste político na relação entre o Governo Federal e São Paulo foi estimulado pelo movimento tenentista. Politicamente presente desde o início da revolução de 1930 no Estado, os tenentes eram os principais opositores do PD e também do enfraquecido PRP. Os tenentes, segundo esse autor, não só se tornaram um obstáculo ao projeto político do PD de assumir a interventoria do estado, como procuravam adiar a eleição para a Constituinte, porque sabiam que uma Constituição e um Congresso em pleno funcionamento retirariam o poder político do eclético grupo, que não tinha um projeto claro para o país.

Para o autor, como os tenentes eram uma das principais bases de apoio político ao seu governo, Getúlio Vargas precisava atender as suas demandas, ou parte delas. Villa conclui então “que o maior obstáculo para a efetivação da redemocratização, exigida por São Paulo,

¹⁴⁶ VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932...*, p. 21.

¹⁴⁷ Como vimos anteriormente, o desembargador Laudo de Camargo era civil e paulista, mas a sua escolha para a interventoria pelo Governo Provisório já se deu num contexto de intenso desgaste entre os paulistas e Getúlio Vargas.

não era o Chefe do Governo Provisório, ou seja, não era Getúlio Vargas, mas sim uma parcela considerável da sua base de sustentação política”¹⁴⁸.

Notamos que a questão da autonomia política do estado paulista não é deixada de lado pelo autor. Contudo, ressalta que havia um interesse dos paulistas pela reconstitucionalização do país e que, de certa forma, não possuía vínculo com o objetivo precípua do movimento.

Com base na historiografia analisada por nós, a questão da autonomia política do estado paulista surge como a principal causa que levou a Guerra de 1932. Como vimos, mesmo que indiretamente, tanto os trabalhos que apontam para este caminho, como o livro da Capelato, intitulado *O movimento de 1932 – a causa paulista*, quanto os trabalhos que pontuam São Paulo como a vanguarda política que lutava pela reconstitucionalização do país, a questão da independência administrativa do estado, cerceada desde a revolução de 1930, se faz presente. De certo modo, é a única questão efetivamente perceptível em todos os trabalhos analisados.

Entretanto, conseguimos perceber que a historiografia sobre a Guerra de 1932 também procurou se debruçar sobre outros elementos, como: o nível de adesão da população paulista a guerra; o envolvimento ou não dos trabalhadores à causa paulista; se o movimento realmente tinha cunho separatista; o papel dos diferentes atores políticos no conflito; o *front* de guerra, tais como as dificuldades enfrentadas por ambos os lados; o uso bélico de aviões pela primeira vez na História do país; o significado do evento, ou seja, se era uma revolução, revolta ou guerra civil; e tanto outros.

Os diferentes elementos abordados pela historiografia do tema contribuem consideravelmente para uma reconstrução histórica do evento. Acreditamos que a memória construída sobre a guerra, que a tratou quase sempre como um conflito essencialmente regionalista, acabou influenciando decisivamente a produção acadêmica. O estabelecimento dessa memória provavelmente acabou desestimulando historiadores de outras regiões do país a se interessar pelo tema. Defendemos a ideia de que o movimento de 1932 foi efetivamente uma guerra civil e nacional. Ele envolveu diferentes setores da sociedade e regiões do país, como, inclusive, algumas obras historiográficas já pontuaram, mesmo que timidamente. Desse modo, recentemente foram elaborados trabalhos que caminham nesta direção, alargando a compreensão sobre o conflito bem para além das fronteiras paulistas.

¹⁴⁸ VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932...*, p. 25.

Podemos assim inferir, até aqui, que as obras analisadas giraram em torno das seguintes perguntas: Que motivos levaram São Paulo à guerra? Que grupos sociais participaram do movimento? Qual foi a amplitude da guerra?

Também conseguimos identificar que, nos trabalhos analisados, a preocupação maior se concentra nas respostas das duas primeiras perguntas, e, em São Paulo, ficando a questão da amplitude da guerra – ou seja, seus desdobramentos, suas ligações com os outros estados e com a conjuntura política nacional – em segundo plano. Em alguns casos, essa questão é pouco analisada. Já em outros, procurava se demonstrar pontualmente a amplitude do movimento para demonstrar que São Paulo não era o único estado insatisfeito com o Governo Provisório de Vargas¹⁴⁹.

Esse posicionamento da historiografia faz parte da *luta pelo enquadramento da memória do evento*, como apontado por Abreu¹⁵⁰. O autor chama a atenção para o fato da maior parte da produção bibliográfica sobre 1932 se concentrar em terras bandeirantes, o que por sua vez acaba impactando também na perspectiva que estes livros abordam. Percebe-se, assim, que a maior parte das publicações retratavam a perspectiva paulista em detrimento da ditatorial¹⁵¹. Para o autor, trata-se de uma verdadeira luta pelo *enquadramento da memória do evento*, que explicaria o porquê de predominar na historiografia sobre o tema que a Guerra de 1932 pertence a São Paulo, com poucos trabalhos se dedicando a outros espaços.

Se, em um primeiro momento, a concentração de publicações bibliográficas no estado de São Paulo levou a crer que o movimento sedicioso fora apenas um conflito regional, ao mesmo tempo dão a entender que o restante do país se encontrava em normalidade e que o Governo Provisório não possuía oposições significativas fora do estado paulista.

No entanto, a política e a composição do Governo Provisório – como o caso dos tenentes – levaram a insatisfações, criando setores oposicionistas que não se contentaram apenas em assistir, mas que procuraram, de alguma forma, apoiar os paulistas, seja conspirando ou se rebelando contra o Governo Federal. O que afirmamos é que, apesar do

¹⁴⁹ Das obras mencionadas neste artigo a que mais se dedica à análise da Guerra de 1932 fora de São Paulo é o livro de Stanley Hilton *1932: A Guerra civil Brasileira*, sobretudo no capítulo nomeado como a “Quinta coluna constitucionalista”.

¹⁵⁰ ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista...*, pp. 85-94.

¹⁵¹ Termo utilizado pela bibliografia pró São Paulo numa tentativa de desqualificar o Governo Provisório. Capelato observa essa denominação para a Legião Revolucionária de São Paulo que foi taxada como extremista e ditatorial, ver CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, pp. 59-60. Abreu confirma essa hipótese através do trabalho de Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e Revolução Brasileira*. Para o autor trata-se de uma “designação pejorativa atribuída pelos constitucionalistas aos “outubristas” que defendiam a prorrogação do regime de exceção a fim de extinguir todas as resistências ao processo revolucionário iniciado em 1930”, ver ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista...*, p. 89.

front de batalhas se encontrar em São Paulo, o estado bandeirante não estava sozinho na sua insatisfação e outros elementos se mobilizaram, a favor de São Paulo, fora do estado.

É interessante notar que a própria historiografia sobre 1932 já apontava para um caminho em que a mobilização para a guerra era nacional, tanto a favor do Governo Provisório quanto contra ele. Ainda que algumas dessas obras abordem muito rapidamente esses conflitos, elas nos dão indícios da verdadeira proporção que a guerra atingiu.

O próprio livro *1932 – A guerra paulista* de Hélio Silva, já pontuava movimentos dissidentes do governo de Getúlio Vargas fora de São Paulo e que chegaram a pegar em armas contra as tropas legalistas. Segundo Silva, fazia parte dos planos dos paulistas que a capital da República se sublevasse contra o Governo de Vargas, o que seria o remate à sublevação do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais¹⁵². Para o autor estava claro que:

A insurreição paulista era, politicamente, um movimento articulado pelas frentes únicas do Rio Grande e de São Paulo a que estavam tácitamente ligados aos perremistas mineiros, ameaçados pelos camisas pardas de Francisco Campos e Olegário Maciel.¹⁵³

O principal político no Rio Grande do Sul contra o Governo Provisório foi Borges de Medeiros. Sua influência se alastrava pela Brigadas Militares do estado sulista. O Exército do Sul, comandando pelo general Valdomiro de Lima, chegou a demonstrar sinais de infiltração de elementos leais a Medeiros. De modo que alguns elementos das Brigadas chegaram a afirmar que não avançariam mais contra os paulistas em obediência ao seu chefe gaúcho. O general Lima contou com a força policial pernambucana para conter a insubordinação das tropas¹⁵⁴. Junto a outros políticos proeminentes da Frente Única Riograndense e de seus adeptos, Borges de Medeiros, com o intuito de aliviar os paulistas ao manter parte da tropa do Rio Grande no estado, chegou a realizar um movimento contra o Governo do interventor Flores da Cunha, mas foi derrotado em Cerro Alegre no dia 20 de setembro¹⁵⁵.

Em Minas Gerais, Hélio Silva observou que o interventor:

... Olegário Maciel via-se às voltas com o entusiasmo popular, voltado para a causa dos paulistas, ao mesmo tempo que deixava transparecer sua inquietação quanto às atividades de alguns políticos mineiros. Receava que a vitória de São Paulo fôsse o predomínio do bernadismo em Minas¹⁵⁶.

¹⁵² SILVA, Helio. 1932..., p. 144.

¹⁵³ _____. 1932..., p. 149.

¹⁵⁴ _____. 1932..., p. 166.

¹⁵⁵ In verbete: Borges de Medeiros, DHBB/CPDOC, S/P.

¹⁵⁶ SILVA, Helio. 1932..., p. 174.

O estado mineiro, que também chegou a organizar uma Frente Única contra o Governo Provisório, tinha o ex-presidente Artur Bernardes liderando a oposição a Getúlio Vargas. A princípio, o apoio do ex-presidente deu-se no campo político, mas com a eclosão do conflito, organizou um movimento armado contra Vargas, mas também não obteve sucesso. Bernardes acabou sendo capturado no dia 23 de setembro, três dias após a captura de Medeiros no Rio Grande¹⁵⁷.

Maria Helena Capelato observou a insatisfação desses dois estados contra o governo de Vargas, mas não abordou detalhadamente a sublevação parcial deles contra o Governo Provisório, dedicando-se somente a uma rápida análise das frentes únicas desses estados. Capelato também afirma que havia uma estreita relação entre São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Contudo, como vimos, após a eclosão do movimento, os interventores do Rio Grande e de Minas Gerais permaneceram ao lado do Governo Federal¹⁵⁸.

Mesmo Hernâni Donato, entusiasta do movimento que chamou de “movimento cívico-político-militar”, chegou a observar que a Guerra de 1932 foi preparada em vários estados, apesar de, na sua perspectiva, estar centralizada no estado de São Paulo¹⁵⁹. No Rio Grande do Sul, Donato em uma das suas obras de louvor Guerra de 1932, escreveu no capítulo *A luta constitucionalista em outros Estados* que:

Os constitucionalistas gaúchos combateram sempre em menor número e quase desarmados, nas jornadas de Pelotas, Rio Fão, Reizinho Macedo, Santa Maria, São Gabriel, Soledade, Vacaria, ultimando a campanha no confronto de Cerro Alegre ou da Estância de Nicanor Barbosa. Ali, os derradeiros 204 deles, entre os quais Borges, Luzardo e os principais chefes militares – encontraram-se cercados por 640 governistas. O choque custou 26 mortos e 41 feridos, para ambos os lados. Os cabeças da revolta, aprisionados. Borges confinado no Recife.¹⁶⁰

No estado de Minas Gerais, Donato afirma que após a decisão do interventor Olegário Maciel decidir ficar ao lado do Governo Provisório, Artur Bernardes lançou um manifesto condenando o regime de Getúlio Vargas e Maciel. Posteriormente, segundo Donato, o ex-presidente se dirigiu a Viçosa, onde:

... reuniu centenas de constitucionalistas. Nas montanhas, criariam dificuldades militares para o governo estadual que, devendo combatê-los, diminuiria a pressão sobre o flanco paulista. Cristiano Bastos, Mario Brandt e Arthur, filho do líder,

¹⁵⁷ In verbete: Artur Bernardes, DHBB/CPDOC, S/P.

¹⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, pp. 17-19.

¹⁵⁹ DONATO, Hernani. *Breve História da Revolução de 1932: comemorando os 65 anos do evento*. São Paulo: Lerlisa Editora, 1997, p. 7.

¹⁶⁰ DONATO, Hernani. *Breve História da Revolução de 1932...*, p. 78.

deram estrutura ao plano que envolveu o recebimento de material bélico em caixotes destinados à Companhia de Força e Luz.¹⁶¹

Hernani Donato ainda elencou movimentos de contestação ao Governo Provisório no Mato Grosso, Ceará, Pará, Amazonas, Bahia e Rio de Janeiro. Em sua última obra sobre o evento, sem aprofundar muito a questão, Donato também observou que havia apoio a São Paulo no Distrito Federal:

No Rio, a polícia comandada por João Alberto prendia os suspeitos de simpatia pela causa constitucionalista e por São Paulo. Vargas e João Alberto sabiam igualmente que o general João Gomes e o coronel Brazílio Tarborda chefiariam o provável levante e a tomada do governo. E cercaram-nos de vigias. O navio *Pedro I*, presiganga na Baía de Guanabara, enchia-se com presos.¹⁶²

O trabalho do historiador brasileiro Stanley Hilton contempla também a guerra fora de São Paulo. Em 1932 – *a guerra civil brasileira*, Hilton aborda a intrincada negociação entre as frentes únicas para o levante militar e como, na última hora, as negociações falharam, ficando os interventores de Minas e Rio Grande a favor do Governo Provisório¹⁶³.

Como vimos anteriormente, Stanley Hilton percebeu que havia uma rede de conspiração contra o Governo Provisório no próprio Distrito Federal. Mais ainda, segundo Hilton, era importante que os militares da capital aderissem ao movimento e por isso os conspiradores chegaram a entrar em contato com o general João Gomes¹⁶⁴, o coronel Euclides Figueiredo e o também coronel Basílio Taborda¹⁶⁵, todos servindo no Distrito Federal. Gomes não concretizou o seu apoio à causa paulista, mas Figueiredo chegou a comandar as tropas paulistas no Vale do Paraíba ao lado de Taborda. Este último, havia inclusive prometido sublevar a Vila Militar na capital, mas não obteve sucesso¹⁶⁶.

¹⁶¹ _____. *Breve História da Revolução de 1932...*, p. 76.

¹⁶² DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932...*, p. 64.

¹⁶³ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 100.

¹⁶⁴ João Gomes Ribeiro Filho nasceu em Maceió no dia 9 de março de 1871. Em 1889 entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha. Como segundo-tenente combateu a Revolta da Armada e já como general-de brigada combateu a Coluna Prestes na cidade de Fortaleza (CE). Segundo o coronel Euclides Figueiredo, João Gomes havia se comprometido a levantar a Vila Militar em nome de São Paulo, onde era comandante da 1ª Brigada de Infantaria. João Gomes não aderiu ao movimento e logo após o fim da Guerra de 1932 foi promovido a general-de-divisão. In: Verbete João Gomes, DHBB/CPDOC, S/P.

¹⁶⁵ Basílio Taborda nasceu no Paraná no dia 20 de maio de 1877. Ingressou na carreira militar em novembro de 1894. Em outubro de 1931 foi promovido a coronel, ficando adido ao Estado Maior do Exército, nessa função recrutou adeptos para o movimento constitucionalista que se iniciava em São Paulo. Em julho de 1932, com a eclosão da guerra, viajou para São Paulo para se incorporar aos rebeldes, sendo em consequência considerado desertor e reformado administrativamente em agosto de 1932. Voltaria a ativa em 1934 com a anistia política concedida pelo governo. Encerrou a sua carreira como general-de-divisão em 1939. Faleceu em 2 de agosto de 1973. In verbete: Basílio Taborda, DHBB/CPDOC, S/P.

¹⁶⁶ No final das contas, seria criado na Vila Militar o Centro de Instrução de Voluntários para a guerra. Ver HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 174.

O livro de Hilton é repleto de casos em que demonstra o apoio de civis e militares à causa paulista, mas existe uma centralidade da capital no que diz respeito a movimentos pró São Paulo. Basta uma rápida lida no capítulo XII do livro para percebermos a atenção dada pelo autor ao apoio não só de elementos militares, mas políticos e civis também. Esta atenção dada pelo autor ao movimento pró São Paulo no Distrito Federal em detrimento de outras regiões foi alvo de críticas por parte de Raimundo Helio Lopes. Lopes defende que as ações constitucionalistas no Norte do país não podem ser encaradas como fatos isolados e consequentemente minimizados. Nas palavras deste autor, em sua tese de doutorado publicada em 2014, defende que as ações conspiratórias no Norte do país:

... podem ser pensadas a partir de dois ângulos distintos. No primeiro deles, se abordadas caso a caso, podem ser minimizadas, posto não terem uma efetivação concreta, sendo seus promotores desqualificados nas comunicações oficiais enviadas a Vargas. Tal avaliação foi feita por Hilton, que cita esses movimentos e conclui que “toda a boa vontade, energia e auto-sacrifício de elementos constitucionalistas no Norte e Nordeste não resolveriam o problema militar de São Paulo” (Hilton, 1982:308-310). Mas, se pensados coletivamente, atentando aos elos e padrões que os une – como as datas, os personagens envolvidos, o *modus operandi* e os objetivos comuns –, fica claro que a ação constitucionalista no Norte, a despeito de todas as dificuldades, conseguiu alguns resultados, considerados preocupantes.¹⁶⁷

A tese de doutorado de Lopes se insere numa perspectiva historiográfica que analisa a Guerra de 1932 sobre um prisma mais amplo. Mesma ótica empreendida na dissertação de mestrado do autor. Nesta última, Lopes identifica uma guerra nacional e não local, que se insere numa perspectiva muito mais ampla que a do seu ano de acontecimento. Segundo Lopes, a Guerra de 1932:

... sendo mensurada em 85 dias, iniciou-se em 9 de julho e terminou em 2 de outubro do mesmo ano, ela teve complexas ligações com outros eventos mais longos, como a chamada “Revolução de 1930”, sua política administrativa, as diversas interventorias estaduais, os projetos de República e constituições que se confrontavam ...¹⁶⁸

¹⁶⁷ LOPES, Raimundo Helio *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. O termo Norte utilizado pelo autor é uma denominação de divisão geopolítica que compreende os seguintes estados: Território federal do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. O autor justifica a utilização deste termo através do primeiro capítulo da tese intitulado *O Norte do pós-30: os revolucionários, seu herói e suas lutas*.

¹⁶⁸ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 17.

São duas as dissertações que apontam para o que consideramos uma nova abordagem sobre a Guerra de 1932: o já mencionado trabalho de Raimundo Helio Lopes, intitulado *Os Batalhões Provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional* (Ceará, 1932), e a pesquisa de Walter Pinto de Oliveira denominada *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Em ambas as dissertações a guerra seria estudada fora de São Paulo, mas, dessa vez, não seria como nas obras analisadas anteriormente, de maneira transversal. Ela agora seria o objeto principal de análise, nos estados do Ceará e Pará, respectivamente.

Estes estudos se dedicam a demonstrar a amplitude da guerra em outros estados. É o que nos mostra o historiador Raimundo Helio Lopes com a sua dissertação defendida no ano de 2009. Lopes enfatiza que a Guerra de 1932 representou mais do que um simples confronto regional; e o que estava em jogo eram as diferentes propostas de governo. Uma delas representando o Brasil antes da revolução de 1930 – favorável ao estado de São Paulo -, e a outra, o modelo político centralizador adotado pelo governo federal desde então. Dessa forma, nos discursos oficiais da Interventoria e da imprensa, o estado do Ceará se envolveu no conflito a favor do governo de Vargas, pois o ideal que ascendera com os revolucionários de 1930 é o de que todos os estados receberiam a devida atenção, favorecendo o estado do Norte que até então era preterido pelos estados do Sul.

Apesar do posicionamento do estado do Ceará, Lopes observou que havia também dissenso, por meio dos periódicos, o autor nota que havia movimentos favoráveis à reconstitucionalização do país no estado e conclui que:

... indícios levam a crer que no Ceará a oposição ao Governo, por mais que reprimida e silenciada, possuía certa organização e procurava enfraquecer o apoio que o Governo Provisório tinha no Estado, utilizando para isso outros meios, como panfletos. Até mesmo seus inimigos políticos ressaltavam a difusão de suas palavras, mostrando certo temor na adesão de pessoas a esta causa.¹⁶⁹

Ainda assim, a mobilização do estado manteve-se favorável ao Governo Federal, e girava em torno do eixo central de que a luta era contra os responsáveis pela política que até 1930 desfavoreceu o Ceará:

Nessa construção, a Primeira República surgia como um período negro para a nação, em que o federalismo que a marcou favorecia exacerbadamente São Paulo, tornando-o a “locomotiva nacional”, enquanto o restante do país sofria com a falta de atenção por parte dos poderes públicos.¹⁷⁰

¹⁶⁹ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios...*, p. 54.

¹⁷⁰ _____. *Os batalhões provisórios...*, p. 38.

Em 2012, Walter Pinto Oliveira defendeu o trabalho *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Na dissertação defendida por Oliveira na Universidade Federal do Pará, o autor se dedica ao estudo da revolta de uma unidade do Exército ocorrida na cidade de Óbidos, localizada no Pará.

O autor observa que também ocorreram manifestações pró-constituente no estado, sobretudo a partir da criação do Partido Constitucional do Pará em maio de 1932. O levante se declarou sob os comandos do general Bertholdo Klinger em São Paulo. Segundo Walter Pinto Oliveira, os motivos que levaram ao levante do Forte de Óbidos foram heterogêneos, e envolviam desde questões como a insatisfação de sargentos, geradas pelo não comissionamento dos mesmos, até a postura autoritária do interventor do estado, Magalhães Barata.

No entanto, o autor descreve o seu trabalho como “uma tentativa de apreender as condições que levaram à irrupção da primeira reação armada ao movimento tenentista na Amazônia”¹⁷¹. Além disso, a revolta do Forte de Óbidos se insere numa conjuntura maior, de apoio a São Paulo, e visava a promoção de distúrbios nos estados do Norte, com o intuito de dispersar a atenção das forças militares nortistas, enfraquecendo o esforço de guerra voltado para o *front* paulista. Sendo assim:

A adesão de um grupo de militares inferiores e civis da distante cidade de Óbidos à causa constitucionalista não pode ser interpretada como um ato isolado desprovido de nexos com o movimento mais amplo liderado por São Paulo, tendo como único significado a queda do interventor paraense, como faz supor um autor que escreveu sobre o tema. Trata-se, sim, de uma estratégia dos líderes do Sul com vista a enfraquecer as forças do Exército contra as quais lutavam os paulistas naquele momento.¹⁷²

Pelo o que aqui foi exposto, fica evidente que alguns trabalhos historiográficos apontam para uma guerra de proporção nacional, com mobilizações a favor ou contra o Governo Provisório. A própria capital do país, de fundamental importância para a manutenção do Governo Provisório, foi palco de tensões e conflitos.

O presente trabalho se coaduna na lógica de que a Guerra de 1932 foi uma guerra civil e nacional. E, em diálogo com as dissertações apresentadas¹⁷³, nos propomos a entender o

¹⁷¹ OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, p. 169.

¹⁷² _____. *Memórias de uma Revolta esquecida...*, p. 169.

¹⁷³ Referimos-nos as pesquisas de Raimundo Helio Lopes e Walter Pinto de Oliveira, analisadas por nós anteriormente, respectivamente intituladas *Os Batalhões Provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento*

Distrito Federal durante a Guerra de 1932. Para tanto, iniciaremos no próximo capítulo pelo cotidiano da capital durante a guerra.

CAPÍTULO 2 - UMA CIDADE EM GUERRA: MOBILIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UM *FRONT INTERNO* NO DISTRITO FEDERAL

2.1 *O governo domina inteiramente a situação: o cotidiano do Distrito Federal durante a guerra*

No dia 14 de julho de 1932, o jornal *O Radical* informou que, por conta do início da guerra civil, Getúlio Vargas havia parado de realizar o seu tradicional passeio do Palácio Guanabara ao Catete. Contudo, no dia 13 de julho, quatro dias após o início do conflito, Vargas retornou ao seu tradicional passeio. O periódico explicou que:

Todos os dias, o senhor Getulio Vargas, acompanhado apenas pelo seu ajudante de ordens, tenente Amaro da Silveira, dirige-se, democraticamente, a pé, do Palacio Guanabara ao do Cattete, á hora do inicio dos despachos. Os moradores da rua Paysandu [...] já se habituaram, após o almoço, a ver aquelle democratico civil, ladeado por um militar, passando tranquilamente, ao trabalho. Algumas vezes, em dias mais radiosos, o Chefe do Governo prolonga o passeio. Vae de uma ponta a outra da praia do Flamengo. Nos primeiros dias que precederam á agitação paulista, os moradores da rua Paysandu perderam de vista, á hora habitual, o Chefe do Governo e seu ajudante de ordens. [...] Mas, transcorrida essa primeira phase, o sr. Getulio Vargas voltou, tranquilo e sorridente, aos seus hábitos. E, hontem, fez novamente o mesmo trajecto, accrescido, á noite, com uma excursão pela praia do Flamengo, áquela hora repleta de familias, que lhe promoveram demonstrações de sympathia e admiração.¹⁷⁴

Pelo advento da guerra, Vargas havia deixado de realizar o seu passeio, mas, poucos dias depois, já retomaria a sua caminhada habitual. Mais ainda, “tranquilo e sorridente”¹⁷⁵. Dessa forma, os moradores da rua Paysandu, acostumados com a rotina de Vargas, podiam presenciar novamente o “democrático civil”¹⁷⁶ passear após o almoço. Fica evidente com esta matéria que o intento do jornal e do governo era de tranquilizar a população da capital do país. Além disso, demonstrava que a situação se encontrava sobre o controle do governo e a rotina na cidade não deveria ser afetada. Ainda que os jornais da cidade se encontrassem censurados desde o dia 12 de julho com o decreto 21.611 de 1932¹⁷⁷, não podemos afirmar

¹⁷⁴ *O Radical*, RJ, 14/07/1932.

¹⁷⁵ *O Radical*, RJ, 14/07/1932.

¹⁷⁶ *O Radical*, RJ, 14/07/1932.

¹⁷⁷ *O Correio da Manhã* transcreveu o decreto que criou o Departamento de Censura e Publicidade na repartição da Polícia do Distrito Federal, o decreto não contém muitas informações além de explicar que a sua criação possui relação com a situação anormal. Posteriormente, no dia 16 de julho, o periódico informava que o Departamento foi instalado no prédio da Imprensa Nacional e era chefiado por Rivadavia Corrêa Meyer. No dia 14, o jornal transcreveu o “Decreto n. 21.611, de 12 de julho de 1932 – Crea na Repartição da Policia do

que esta matéria havia sido disparada pelo próprio governo. Entretanto, sabemos que *O Radical* era um jornal tenentista e que representava os interesses do Governo Provisório¹⁷⁸. Segundo José Augusto Drummond, “o denominador político inicial do tenentismo posterior a outubro de 1930 foi a defesa da ortodoxia da Revolução de Outubro de 1930, mais especificamente, do governo ‘Ditatorial’ de Vargas, auto-intitulado de Governo Provisório”¹⁷⁹ e foi nesta direção que atuava *O Radical* na imprensa carioca.

Se no caso de *O Radical* a matéria sobre o passeio de Getúlio Vargas parecer ter sido voluntária, este não foi o caso do jornal *Correio da Manhã*. Este último, através de uma nota emitida pelo Palácio Guanabara, noticiou que o tradicional passeio do chefe do Governo Provisório voltou a se repetir no dia 14 de julho. A nota afirmou que por volta das:

... 8 1/2 horas da noite, o sr. Chefe do governo provisório deixou o palácio Guanabara, em companhia de seu ajudante de ordens, tenente Garcez, afim de realizar o seu habitual passeio até á praia do Flamengo. [...] O passeio de s. ex. o chefe do governo provisório prolongou-se por cerca de tres quartos de hora.¹⁸⁰

Neste caso não vemos uma matéria tão longa quanto a anterior, o *Correio da Manhã* simplesmente transcreveu a nota emitida pelo Palácio Guanabara. Entretanto, novamente, nos parece clara a mensagem que o Governo Provisório desejava passar para a população carioca, de normalidade e de controle da situação por parte do governo representada na figura de Getúlio Vargas¹⁸¹. Neste sentido, ainda devemos ponderar sobre o efetivo sucesso do governo em conseguir alcançar os seus objetivos com esta estratégia. Sendo assim, devemos considerar que tratou-se de um período em que os jornais também eram utilizados como instrumentos políticos e representavam interesses, este dado torna relativa a efetividade de matérias oficiais e confeccionadas através de notas emitidas pelo próprio governo.

Districto Federal o Departamento de Censura e Publicidade [...] O chefe do governo provisório da Republica do Estados Unidos do Brasil, considerando que o levante militar, de que foi teatro, ultimamente, a capital do Estado de S. Paulo, tem preocupado, como era natural, a atenção da policia do Districto Federal, que, como lhe cumpre, tem agido no caso com o maximo interesse, resolve crear, naquella repartição, o Departamento de Censura e Publicidade.” *Correio da Manhã*, RJ, 14 e 16/07/1932.

¹⁷⁸ O jornal *O Radical* começou a circular em 1º de junho de 1932 e foi publicado por quase duas décadas a mais, precisamente até 9 de outubro de 1954. O seu surgimento ocorreu exatamente no contexto de agravamento da crise política que atingia o Governo Provisório no ano de 1932 e a sua criação surgiu da necessidade do Governo Provisório e do movimento tenentista ter uma imprensa favorável aos seus interesses. *O Radical* teve a sua fundação tutelada pelo “tenente” João Alberto, à época chefe da Polícia do Distrito Federal. In verbete: *O Radical*, DHBB/CPDOC.

¹⁷⁹ DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista...*, p. 211.

¹⁸⁰ *Correio da Manhã*, RJ, 14/07/1932.

¹⁸¹ O passeio de Getúlio Vargas voltou a ser notícia do *O Radical* no dia 24 de julho, quando o “dr. Getulio Vargas, chefe do governo provisório, passou, como de costume, hontem, pelo centro da cidade, tendo passado na Avenida Rio Branco às 17 horas e 30”. *O Radical*, RJ, 24/07/1932.

Ainda a respeito da efetividade destas matérias, o diário do jornalista Sertório de Castro, publicado em 1934 com o título de *O diário de um Combatente desarmado: A revolução de São Paulo vista e apreciada do Rio de Janeiro*, é uma importante fonte que nos ajuda a enxergar sobre um prisma diferente as matérias dos jornais e o cotidiano do Distrito Federal durante o conflito. Durante a guerra de 1932, Sertório de Castro era correspondente de *O Estado de São Paulo* no Rio de Janeiro. O autor foi um verdadeiro entusiasta de São Paulo e na sua visão havia um ânimo favorável aos revolucionários paulistas entre os cariocas¹⁸². Segundo Castro, o intuito do seu livro era demonstrar para São Paulo que não estavam sozinhos em sua “revolução” e esperava que com o seu livro o estado paulista:

Ficará sabendo que si a cidade do Rio de Janeiro, e si o povo brasileiro, não o secundaram, de armas em punho, para ajudal-o a vencer, ou para participar de seu ingente sacrificio, foi porque os comprimio sob seu peso opressivo a mão de ferro, que defendendo a dictadura, defendia a casta que estava no poder.¹⁸³

A obra de Sertório de Castro tem um relevante valor histórico para a reconstrução do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro durante a Guerra de 1932. Devemos aqui levar em consideração, mais uma vez, que os jornais se encontravam censurados, o que significa que as notícias veiculadas eram pré-selecionadas pelo Governo Provisório, impedindo uma visão mais ampla da população sobre os acontecimentos, assim como para os historiadores que se utilizam desta fonte para estudar o período. Em contrapartida, ao analisarmos *O diário de um Combatente desarmado* devemos considerar que Castro foi um simpatizante do movimento iniciado em São Paulo e opositor do Governo Provisório. Durante o conflito, foi preso duas vezes por conta da sua simpatia pela causa. Na primeira vez em que foi preso o motivo aparente era por ser simpatizante de São Paulo. Nesta ocasião, ficou preso entre os dias 3 e 10 de setembro e foi solto por conta de um pedido do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ao chefe de polícia, por conta do dia do jornalista. O Capitão João Alberto, chefe da polícia, declarou, em resposta ao ofício da ABI, que as “detenções não haviam sido motivadas por questões concernentes a serviços jornalísticos, mas porque essas pessoas exerciam actividade politica, afim de embaraçar a manutenção da ordem publica”¹⁸⁴. Castro não ficou muito tempo em liberdade e foi preso novamente no dia 13 de setembro, desta vez o

¹⁸² ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista...*, p. 101.

¹⁸³ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado: A revolução de São Paulo vista e apreciada do Rio de Janeiro*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1934, pp. 5-6.

¹⁸⁴ _____. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 219-220.

autor narra um interessante episódio sobre a sua prisão, segundo ele, o capitão João Alberto teria dito que o “dia do jornalista é um só. Eu tenho os outros 364...”¹⁸⁵.

Antes de prosseguirmos com a análise do diário escrito por Sertório de Castro, devemos observar que a análise de uma fonte histórica que envolve a escrita de “si” requer cuidados metodológicos inerentes a sua especificidade. No nosso caso, analisar a escrita de um diário não significa que o historiador irá entrar em contato com o passado, ou seja, com os fatos como eles ocorreram. Em melhores palavras, Angela de Castro Gomes afirma que:

Nesses casos, está descartada a priori qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de se nítido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem.¹⁸⁶

O estudo de um diário ainda requer interpretações, estas devem levar em consideração a construção subjetiva que o autor tem dele mesmo. Na verdade, segundo Gomes, a ideia é considerar que “a escrita de si” envolve mais editores do que autores e, é “como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando se, através dele, um autor e uma narrativa”¹⁸⁷.

A escrita de um diário ainda envolve questões relativas à memória, o que reforça os cuidados que o historiador deve tomar ao trabalhar com este tipo de fonte. Novamente, o risco que se corre é de tomar a “escrita de si” como uma escrita da verdade, fruto de uma “ilusão biográfica”. Antonio Paulo Rezende, ao analisar o diário de Gilberto Freyre, também observou as particularidades do diário como fonte histórica e da sua relação com a memória. Para ele, o aspecto seletivo da memória reforça a afirmação de que o presente é um tempo de síntese e que este dialoga com outros tempos. Ainda para Rezende, a seletividade da memória “possui ritmos, dissonâncias, harmonias, contrapontos. Não há, portanto, como procurar no diário a memória exata do que aconteceu”¹⁸⁸. Entretanto, não deve o historiador fugir da “escrita de si” por conta da sua relação com a memória. Ao analisar esta questão, Sabrina

¹⁸⁵ Sertório de Castro ganharia a sua liberdade novamente apenas no dia 04 de outubro de 1932. CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 225-229.

¹⁸⁶ GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

¹⁸⁷ _____. *Escrita de si, escrita da História...*, p. 16.

¹⁸⁸ REZENDE, Antonio Paulo. “Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História...*, p. 78.

Loriga no texto *A tarefa do historiador*, diz que a história reconhece a sua dependência com relação a memória e que através do princípio da equidade mede e corrige a memória¹⁸⁹.

A despeito desta questão, devemos ressaltar que, no primeiro momento, a leitura do *Diário de um combatente desarmado* não nos pareceu ter sido redigido durante o conflito. A ampla e minuciosa visão que o autor descreveu alguns eventos e que certamente foram acessados por Castro posteriormente, provavelmente através da imprensa, reforçam esta hipótese. No entanto, na anotação do dia 30 de setembro, quando já se encontrava preso pela segunda vez, o jornalista registrou que foi transferido de presídio. Ao chegar ao novo local de detenção precisou ser revistado e por esta ocasião relatou que se o policial tivesse procurado “um pouco mais, e teria encontrado, dobradas entre a meia e a sola do pé, algumas folhas deste diário.”¹⁹⁰ Mesmo com esta anotação, não podemos afirmar que os registros de Sertório de Castro foram inteiramente escritos durante os dias de conflito. Entretanto, ainda que o livro de Castro possa ter relatos construídos após os seus acontecimentos, não podemos descaracterizá-lo enquanto um diário. Devemos atentar que todas as características de um de um trabalho desta natureza se encontram na obra: o registro diário de informações; relatos dos acontecimentos; e registros dos pensamentos íntimos do autor. Celso Castro, diz que a palavra *diário* pode ter múltiplas significações e a sua definição “engloba um contínuo que abrange desde uma simples “agenda” global de acontecimentos ao registro dos pensamentos “íntimos” de seu autor”.¹⁹¹

Sendo assim, acreditamos que o diário publicado por Sertório de Castro foi composto por relatos pessoais do próprio autor e informações oriundas de outros meios, como notícias veiculadas na imprensa ou através do contato com outras pessoas. Além disso, como a sua publicação ocorreu em 1934, distante dois anos da guerra, também podemos conjecturar que o autor ainda possa ter realizado modificações no texto após a guerra.

Os registros de Sertório de Castro demonstram que este não só sabia que a imprensa estava censurada como também estava ciente de que muitas matérias eram veiculadas por ordem do governo, o que fazia com que suspeitasse das notícias publicadas na imprensa. A respeito da matéria veiculada pelos jornais no dia 14, o autor escreveu que:

¹⁸⁹ O texto redigido por Loriga trata da memória alinhada com o estudo de Paul Ricoer. De maneira positiva, a autora menciona que Ricoer compreende o problema do esquecimento relativo a memória como o lado “sombrio da região iluminada da memória”. GOMES, Angela de Castro e SCHIMDT, Benito Bisso (organizadores). *Memórias e narrativa (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 25-27.

¹⁹⁰ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 274-275.

¹⁹¹ CASTRO, Celso. “O diário da Bernadina”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História...*, pp. 236-237.

O palacio Guanabara, mandava á noite, um communicado que os jornaes deveriam publicar com grande estrepito no dia seguinte. Continha uma informação sensacional que bastava, sem duvida, para tranquilisar completamente a nação, ardendo toda na fé revolucionaria dos tenentes da dictadura , pois equivalia á segurança de que o sr. Getulio Vargas não temia perigos, dispunha de algum tempo para outras coisas que não conferenciar com seus ministros e dar ordens de caracter militar, e já contava com a victoria segura.¹⁹²

Não era nenhum segredo que a matéria foi oriunda de uma nota emitida pelo governo, o que significa que mais pessoas sabiam. Todavia, é a percepção do autor que nos chama atenção, pois este notou que o intuito da matéria era claramente procurar tranquilizar a população demonstrando a “vitória segura” do governo. Pela leitura do diário, notamos que havia por parte de Sertório de Castro, uma clara desconfiança das matérias publicadas pelos jornais. No entanto, neste sentido, não podemos afirmar que a estratégia adotada pelo Governo Provisório foi em vão. Como observamos anteriormente, o jornalista foi um claro simpatizante do movimento iniciado em São Paulo e a sua visão a respeito das notícias veiculadas nos jornais certamente foi influenciada pelo seu posicionamento político de oposição. Esta análise é reforçada pelo registro do dia 22 de julho, quando Castro anotou ironicamente sobre Getúlio Vargas e o seu passeio “Mas a dictadura, baixinha, muito gordinha, mãos para traz, protegida nos flancos, na vanguarda e na retaguarda, passeiava no Flamengo por volta das 9 horas, pratica considerada indispensável para emmagrecer...”¹⁹³.

Por razões óbvias, manter a ordem na capital era fundamental para o Governo Provisório. A sede administrativa do país não poderia correr riscos e eventuais ataques na capital poderiam ser decisivos para que o desfecho da guerra fosse contrário ao desejado pelo governo. Era necessário demonstrar que a população carioca estava, na sua grande maioria, do lado do governo. O que estava em jogo era a própria legitimidade do Governo Provisório, que era testada num momento desfavorável. Robert M. Levine definiu a Guerra de 1932 como a “crise mais tempestuosa do regime”¹⁹⁴ Vargas. O autor também percebeu a importância da legitimidade para o governo. Segundo suas palavras:

O governo provisório foi a primeira ditadura estabelecida no Brasil a lutar por legitimidade, introduzindo um sistema autoritário centralizado que sobreviveu em muito ao fim do próprio governo provisório, em 1934.¹⁹⁵

¹⁹² Anotação do dia 14 de julho de 1932. CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 54.

¹⁹³ Apesar deste registro se referir ao dia 22 de julho, acreditamos se tratar de uma observação do dia 23 de julho. Nossa suspeita deriva dos fatos de que foi no dia 24 de julho que o passeio de Getúlio Vargas voltou a ser matéria dos jornais e porque após este registro Sertório de Castro passou do dia 22 para 28 de julho. CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 75.

¹⁹⁴ LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 53.

¹⁹⁵ _____. *Pai dos Pobres?...*, p. 56-57.

Raimundo Helio Lopes observou no Ceará um intenso esforço do Governo Provisório no sentido de se legitimar durante a Guerra de 1932. Para o caso estudado por Lopes, o Governo Federal atuou procurando relacionar a guerra iniciada por São Paulo ao modelo político da Primeira República que, para a população, remontava a uma memória de desleixo e esquecimento do poder central com a região. Um exemplo claro utilizado pelo governo e pela interventoria chefiada pelo capitão Carneiro de Mendonça estava no esforço realizado pelo poder central de combate a seca no estado cearense, que aumentou gradativamente desde que Getúlio Vargas assumiu o poder¹⁹⁶. Para o autor, o processo de construção da legitimação da guerra foi uma estratégia utilizada pelo governo para vencer o conflito fora do campo bélico e não dever ser menosprezado, “ao contrário, ele representa um campo de luta onde os ideais foram reafirmados e defendidos pelas partes em combate”¹⁹⁷. Esta frente de batalha era fundamental, pois “ambos os lados sabiam que, para vencer a guerra, era primordial a adesão de várias pessoas a suas tropas e, não menos importante, o apoio da população. A guerra não era ganha apenas na luta armada.”¹⁹⁸

Na capital do país eram comuns as notas emitidas pelo governo e pela polícia no intuito de diminuir o apoio da população a São Paulo e de transmitir a confiança na vitória do Governo Federal. Logo no início do conflito, a Polícia, possivelmente preocupada com possíveis perturbações na capital, procurou tranquilizar a população com nota emitida no dia 10, ou seja, no dia seguinte à deflagração da guerra. A nota, ao mesmo tempo em que explicava os últimos acontecimentos, informou que:

Explodiu hontem, em São Paulo, um movimento sedicioso, do qual participam apenas dois corpos da guarnição daquelle Estado. O movimento se acha circumscripito á capital de São Paulo, estando o resto do paiz em perfeita ordem. O governo domina inteiramente a situação, já havendo recebido dos interventores dos Estados a segurança de se encontrarem em condições de prestar auxilio efficaz ao restabelecimento da ordem. Póde considerar-se como certo que os rebeldes, isolados em São Paulo e não podendo contar com adehsão de novas forças, acabam por depôr as armas dentro de um praso relativamente curto.¹⁹⁹

A nota emitida pela polícia do Distrito Federal procurou reduzir a ação de São Paulo contra o governo dizendo que apenas dois corpos da guarnição do estado participavam do

¹⁹⁶ O autor demonstra que não se tratava apenas de uma questão retórica do Governo Provisório e demonstrou que entre 1932 e 1933, anos de seca no Ceará, o investimento realizado na região aumentou. LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios...*, pp. 47-48.

¹⁹⁷ _____. *Os batalhões provisórios...*, p. 71.

¹⁹⁸ _____. *Os batalhões provisórios...*, p. 71.

¹⁹⁹ *Correio da Manhã*, RJ, 11/07/1932.

movimento sedicioso. O movimento teria um caráter regionalista não obtendo a adesão de outras regiões e por este motivo, devido ao seu isolamento, o conflito deveria ter um desfecho favorável ao governo e sem muita demora. A nota realizada pela Chefatura da Polícia e destacada na primeira página do *Correio da Manhã*, à época um dos jornais de maiores circulações da cidade²⁰⁰, demonstra que desde os primeiros dias da Guerra de 1932 havia uma preocupação em tranquilizar a população da capital. A questão dizia respeito não apenas à ordem, mas como já vimos no primeiro capítulo havia uma crença de que uma significativa parcela da população carioca apoiava o movimento contra o governo de Getúlio Vargas, inclusive o general Góis Monteiro, comandante das tropas do Governo Provisório, pensava desta forma²⁰¹.

Para o governo, além da manutenção da ordem e de procurar tranquilizar a população carioca, também era fundamental que a rotina da capital não fosse abalada. Dito de outra forma, para que a população não sentisse o clima de incertezas que uma guerra civil pode proporcionar, era importante que a rotina do carioca não fosse significativamente alterada, o entretenimento e o lazer, assim como o comércio não deveriam sofrer grandes alterações. Neste sentido, a mensagem que o governo procurava passar era de um conflito regional que não demandava maiores preocupações, sendo certa a vitória do Governo Provisório. O futebol era um desses exemplos. Durante toda a Guerra de 1932 os jogos continuaram e, em 2 de outubro de 1932, o Botafogo se consagrou campeão do equivalente ao torneio carioca atual, em cima do Bonsucesso, o placar 5x4 para o Botafogo²⁰². O mesmo serviu para o campeonato do tradicional jogo de “Basket-Ball”²⁰³. Os Teatros e jantares dançantes, também continuavam funcionando normalmente. Em 12 de julho, *O Radical* anunciou os espetáculos do dia: no Trianon aconteceria *Chauffer*, comédia de Joracy Camargo; no Recreio, *O Homem Misterioso*; no Republica, a “Flor do Bairro”, opereta portuguesa; no Eldorado, *Dante*, ilusionista famoso; e no Rialto, *Moulin Bleu*, variedades²⁰⁴. Por fim, no dia 26 de julho, o Cristo Redentor, uma das principais atrações turísticas da cidade inaugurada no ano anterior, ainda ganhou um inédito sistema de iluminação²⁰⁵.

Em matéria intitulada “Uma viagem as alegrias da cidade” o jornal *O Radical* procurou demonstrar que o movimento “contra-revolucionário” em nada teria alterado a

²⁰⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 41.

²⁰¹ Ver a página 17 do presente trabalho e HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 294.

²⁰² *Correio da Manhã*, RJ, 03/10/1932.

²⁰³ *O Radical*, RJ, 12/07/1932.

²⁰⁴ *O Radical*, RJ, 12/07/1932.

²⁰⁵ *O Radical*, RJ, 26/07/1932.

diversão da população carioca. Segundo o jornal, alguns cidadãos doentes do fígado dizem que o Rio “é de uma insipidez horível. Não tem para onde ir-se”, enquanto que outros, dizem se tratar de uma cidade maravilhosa que em “cada recanto ha um bazar de alegrias...”. O jornal enviou um repórter aos lugares que considerava de maior destaque na cidade, demonstrando as inúmeras possibilidades de diversão na cidade, assim como a normalidade dos serviços. Na Cinelândia, afirmou que a diversão ficava por conta dos cinemas; nos teatros o jornal afirmou que “dizem os empresários que a temporada é boa. Bilheterias sempre frequentadas.”, para os domingos, o jornal diz que a diversão fica por conta do futebol e das corridas de cavalo que não sofreram interrupção por conta da guerra civil. O jornal escreveu ainda que, para as pessoas que possuem poucos níqueis, as praças e jardins nos bairros se tornam uma excelente opção de passeio, sem contar os inúmeros circos que se instalam nos subúrbios da cidade²⁰⁶.

Por mais que a cidade mantivesse em parte a sua rotina normal, em outros setores era inegável a atipicidade do momento por conta da guerra que atingia o país. Visando o esforço de guerra, várias medidas foram adotadas na capital para melhor atender as tropas do Governo Provisório e para a melhor manutenção da ordem na cidade. Já no dia 11 de julho, a Central do Brasil passou para a jurisdição militar, sendo ocupada por uma companhia de fuzileiros, e visando à “manutenção da ordem pública”, no dia 13 de julho, Getúlio Vargas, por meio de decreto colocou a Polícia Militar do Distrito Federal sob o comando da 1ª Região Militar²⁰⁷.

O intenso movimento de tropas também alterou o cotidiano da cidade. Não obstante, a chegada ou a partida de tropas da capital federal comumente acabavam em demonstrações de apoio ao Governo Provisório. Foi assim no embarque do 3º Regimento de Infantaria (3º R.I) em direção a São Paulo. A cobertura realizada pela imprensa aliada, publicou que:

Hoje de manhã a Avenida Rio Branco viveu alguns instantes de profundo civismo com a passagem do 3º Regimento de Infantaria. Conforme já noticiámos, essa força do Exercito Nacional seguiu hoje; em auto-omnibus da Viação Excelsior, para São Paulo, onde vae oferecer ataques ás tropas sediciosas. Quando aquelles vehiculos passavam pela Avenida Rio Branco, uma verdadeira multidão ocorreu, saudando entusiasticamente a valente mocidade militar. E assim, ao som das palmas vibradas pelo publico, a tropa do 3º R.I. cantando hymnos patrioticos partia, erguendo no ar os seus lenços brancos. Este espetaculo comoveu a todos que assistiram.²⁰⁸

A respeito dos embarques de tropas ou das suas chegadas, cenas como esta se repetiriam, quase sempre com a presença do patriotismo e de manifestações em favor do

²⁰⁶ *O Radical*, RJ, 01/09/1932.

²⁰⁷ *O Radical*, RJ, 11 e 13/07/1932.

²⁰⁸ *O Radical*, RJ, 11/07/1932.

Governo Provisório. Dessa forma, segundo *O Radical*, no dia 20 de julho, o carioca teria recebido carinhosamente o 4º batalhão de Brigada Militar de Pelotas (RS), sendo digna de:

... registro a maneira por que o povo carioca recebeu os destemidos briosos e disciplinados soldados do 4º Batalhão, que vem formar ao lado dos seus companheiros que aqui, se acham, promptos a defender, seja por que meio fôr, o governo constituído.²⁰⁹

O cenário voltaria a se reproduzir inúmeras vezes até o fim do conflito. Foi assim por ocasião da chegada do 20º B.C. e 29º B.C. da Bahia e de Natal, quando uma “compacta massa de povo que, entusiasmamente, palmeou a tropa que acabava de pisar a terra carioca”²¹⁰ e no desembarque do 22º Batalhão de Caçadores, aquartelado em João Pessoa e o 1º Batalhão da Polícia Militar da Bahia quando foram recebidos no armazém 13 do cais do porto “por numerosos populares, que os saudaram entusiasmamente” além de algumas autoridades do governo²¹¹. Raimundo Helio Lopes observou que os embarques de tropas representavam um momento patriótico e de mobilização da sociedade a favor do Governo Provisório e tinha nestes o seu ápice. Lopes ainda afirma que:

A mobilização, todavia, em Fortaleza atingia seu ponto mais alto nos embarques das tropas para o front de batalhas, pois nesses momentos, mais do que nunca, a Interventoria e os diversos apoiadores do Governo Provisório construíam um clima favorável à causa governista, fortalecendo mais ainda a relação entre os cidadãos e a guerra.²¹²

Sertório de Castro também nos legou o relato sobre a chegada do 4º Batalhão de Brigada Militar de Pelotas. De maneira minuciosa e crítica, descreveu que:

... ao som de uma marcha de sua banda de musica, desfilava dahi a momento pela avenida Rio Branco o primeiro contingente da Brigada Militar que o Sr. Flores da Cunha havia podido mandar para ajudar a dictadura viver. Tornava-se necessária a teatralidade daquelle desfile festivo, e bem se comprehendia porque. Alguns dos agentes de policia que constituíam, em todos os pontos frequentados da cidade, quasi metade da multidão em transito, ensaiaram algumas palmas que morreram sem éco, á passagem dos soldados gaúchos. Tinham ido recebê-los ao cães todas as figuras graduadas da dictadura. Lá estava tambem, vestindo como si fosse um

²⁰⁹ *O Radical*, RJ, 20/07/1932.

²¹⁰ *O Radical*, RJ, 21/07/1932. Agradecemos a professora Marly de Almeida Gomes Vianna pela observação sobre as origens do 20º e 29º Batalhões de Caçadores. Isto porque, na matéria do *O Radical* consta que o 20º B.C. era de Natal enquanto o 29º da Bahia.

²¹¹ *O Radical*, RJ, 23/07/1932.

²¹² LOPES, Raimundo Helio. A Cidade e A Guerra: a campanha de mobilização e o cotidiano de Fortaleza durante a Guerra de 1932. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 2009, pp. 15-17. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62782/61918>>. Acesso em: 11 Fev. 2017.

general, seu novo uniforme de coronel, o capitão João Alberto, umas das mais finas flores da corrente dos tenentes.²¹³

Apesar do confuso registro²¹⁴, notamos que Castro nos oferece um contraponto a matéria publicada pelo *O Radical*. Para o autor, a empolgação não atingiu toda a multidão, de modo que na sua visão, a recepção do carioca não teria sido tão calorosa quanto afirmou o periódico. Devemos ressaltar também que Sertório de Castro chegou a perceber a importância da teatralidade daquele momento. Ainda que a sua visão sobre o momento fosse distinta da registrada pelo *O Radical*, fica evidente que a visão política do jornalista predominou no seu neste registro. A reincidência destes desfiles, assim como a sua admissão por parte do Governo Provisório, demonstram que estes representaram um momento de mobilização a seu favor e por isso aceitáveis.

Ainda que pudesse descaracterizar o cotidiano da capital, as manifestações realizadas pela população por ocasião da movimentação de tropas eram vistas com bons olhos pelo Governo Provisório, porque legitimavam a causa governista. Em outras palavras, havia uma seleção por parte do governo sobre como a guerra deveria afetar o cotidiano da cidade. O conflito deveria fazer parte e mobilizar a sociedade carioca desde que fosse favorável ao governo e não rompesse com a manutenção da ordem, o que poderia por em perigo o próprio Governo Provisório. É neste contexto, que a imprensa aliada, como principal meio de comunicação de massa no período, adquiriu um papel fundamental de representar os interesses do governo na capital federal.

O Radical, como um periódico representante dos interesses do Governo Provisório, atuava constantemente em duas frentes de batalha que acabavam por se complementar. Na primeira, procurava tranquilizar a população carioca demonstrando que a vitória do governo era certa; na segunda, e consequente desdobramento da primeira, garantir a legitimidade do Governo Provisório. Em matéria publicada no dia 3 de setembro, conseguimos perceber bem a intenção do jornal. *O Radical* lembrava-se da matéria do dia 1 de setembro e afirmava que:

Ainda outro dia, fixando aspectos das diversões predilectas do carioca commentavamos a absoluta normalidade da capital, cuja complexa vida continúa sob o mesmo confiante e fecundo rythmo, sem a mais leve alteração consequente ao movimento rebelde que desfallece nos campos do norte paulista [...] Essa situação da capital da Republica, centro reflexo da vida em todo o território nacional, só pode ser sincera, desapaixonadamente interpretada como o resultado de confiança e lealdade do povo com o Governo Provisorio [...] Incontestavelmente é na capital da

²¹³ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 66.

²¹⁴ Transcrevemos o texto exatamente como ele se encontra no diário publicado. Não é possível saber se o registro original se encontrava desta forma ou se foi erro da editora.

Republica onde mais se accentúa, em traços eloquentes, esse espirito de confiança e solidariedade ao poder dirigente nesta hora decisiva. Basta atentar-se ao panorama da vida da cidade. É o mesmo de todos os dias. Os trabalhos e diversões não soffreram a mais leve variação, assim como os elementos, de toda sorte, necessarios ao consumo diario da população.²¹⁵

Segundo o jornal, a diversão, o consumo diário e o ritmo de vida do carioca - mas não só do carioca, de outras regiões do país também - continuavam absolutamente normais, o que representava por parte da população uma demonstração de confiança e lealdade para com o Governo Provisório. O periódico diria ainda, que um dos melhores índices da normalidade de abastecimento da cidade eram as inúmeras feiras livres que ocorrem em todos os cantos da cidade. Estas eram subordinadas à constante vigilância do Estado, que atuava no intuito de reprimir eventuais comerciantes que poderiam se aproveitar do momento e não respeitar a tabela de preços estipulada pelo governo.

De certa forma, apesar dos esforços do governo de manter a rotina da cidade, como era antes de 9 de julho, parecia impossível que o clima de guerra não atingisse a cidade. É o que percebemos no artigo publicado pelo *Correio da Manhã* e assinado pelo jornalista Bastos Tigres²¹⁶, intitulado *Em marcha á ré*. O autor mencionou que, apesar de estarem vivendo em uma época de guerra, se fazia necessário que as pessoas continuassem a viver. Para Bastos Tigres:

A guerra civil é uma calamidade: é ponto em que estão acordes optimistas, pessimistas e “s’enfichistas”; mas, com ser uma calamidade, ella não faz a vida parar; bem ou mal, todas as actividades têm de prosseguir; a parada, a estagnação, a inercia seriam a guerra silenciosa, a parda tonitroante guerra de canhoneio e fuzilaria. Calamidade sobre calamidade. Entretanto, que se vê na capital do paiz, por um phenomeno de sugestão collectiva, é um entibramento geral de vontades, um colapso de energias, uma arrastada molleza em e de todos, como se a população inteira tivesse retornado dos campos de batalhas, cansada e estropiada. É preciso reagir contra essa outra guerra, parda, baça, apathica, tediosa. Ella só faz aggravar os males da convulsão intestina que ensaguenta serras e valles, dentro do paiz. Se até certo ponto é comprehensivel esse estado psychico da população, preocupada que está com dia de amanhã, evitando fazer despesas, gastando o menos possivel, por outro lado devemos considerar que, chegando aos extremos, essa assustada prudencia virá peorar ainda mais a situação futura. Se param as actividades, se nada se inicia, se nada se continua, se tudo fica adiado para “quando isso acabar”, teremos depois, de reiniciar a vida em ultra-pessimas circunstancias.²¹⁷

²¹⁵ *O Radical*, RJ, 03/09/1932.

²¹⁶ Em um período que a publicidade ganhava cada vez mais espaço na imprensa, Bastos Tigres também se notabilizou por textos publicitários, como o conhecido *slogan* farmacêutico “Se é Bayer é bom”. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 94-95.

²¹⁷ *Correio da Manhã*, RJ, 13/08/1932.

Bastos Tigres reconheceu o fato de que a guerra civil que afligia o país era um grande mal comum a todos, mas que mesmo assim ela não poderia fazer a vida parar. Era necessário combater a inércia e a estagnação da população, que representavam uma verdadeira “guerra silenciosa”. No entanto, de acordo com a matéria, nesta frente de combate parecia que a batalha estava sendo perdida. Tigres afirmou que a população parecia cansada, mutilada, como se tivesse retornando de um “verdadeiro” campo de batalha. Não obstante, era preciso que a população reagisse contra essa guerra, pouco visível, pálida, apática e tediosa. Segundo o autor, a guerra civil em andamento justificava o estado psicológico da população, que procurava evitar despesas e não gastar muito. Entretanto, o autor ressaltou que se tratava de uma prudência ocasionada pelo medo e que apenas iria piorar a situação, sobretudo num momento posterior quando as atividades retornassem ao normal. Neste trecho inicial do artigo, há uma clara preocupação do autor com a economia que devia estar sendo afetada pela prudência da população em poupar dinheiro. Ainda que a percepção do autor pudesse ser de cunho mais particular do que geral, devemos perceber que o clima de guerra o afetava e que talvez não fosse o único. Dessa forma, a sensação de normalidade que parecia ser almejada em algumas notas pelo governo não estava sendo plenamente alcançada.

Sertório de Castro realizou algumas anotações sobre o clima e a movimentação no centro urbano da cidade. No dia 27 de julho, o jornalista registrou que:

O centro urbano perdia, cada vez mais, à noite, seus aspectos interessantes. A frente do Itararé, ocupada pelo inimigo – a polícia – estava quase deserta. A fila de mesas era agora singela, encostada às paredes. As calçadas, com seu espaço ampliado, ficavam num inteiro abandono, apenas trafegadas pelos poucos transeuntes, e si um ou outro inadvertido das ordens reinantes se detinha para trocar duas palavras, logo se apressava um guarda em sahir da fila que ocupava ao longo dos passeios, mantendo a mão e a contra-mão, para convidá-lo a não parar. A ditadura temia os grupos de mais de um, e devia ter motivos muito sérios para desconfiar das pessoas que paravam nas calçadas para conversar. A’ noite, então, nem meio fio era isto permitido. Era, para muita gente, a morte do único divertimento ao alcance de todas as bolsas que oferecia a cidade nesta hora melancólica, mas cheio de alvoroços sadios, da vida nacional.²¹⁸

O registro de Castro nos dá a entender que a polícia do Distrito Federal tinha orientações específicas de evitar aglomerações no centro da cidade e que a noite esta vigilância era maior. A anotação de Castro é do dia 27 de julho, quando a guerra ainda estava no início e que a postura da população carioca quanto ao conflito devia ser uma incógnita para o Governo Provisório. Neste sentido, como veremos mais à frente, a polícia de fato precisou

²¹⁸ A região do centro do Rio de Janeiro denominada de “frente do Itararé” pelo autor se localiza na Avenida Rio Branco, próxima a sede do Clube Naval. Mais a frente retornaremos a questão. CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 94.

agir contra manifestações de oposição ao Governo Provisório. Além disso, a polícia também estava preocupada com possíveis encontros de conspiração contra o governo. Ainda segundo Sertório de Castro, a tristeza no centro urbano durante a noite somente aumentaria. No dia 28 do mesmo mês, o autor tornou a relatar que:

Nem nas calçadas da Cinelandia, ponto de encontros e de palestras despreocupadas, trecho garrido e alegre da cidade para onde convergiram sempre, nas horas consagradas ao passatempo do cinema, as famílias do nosso escol social, tornavam-se permitidos os grupos de mais de um – o maior terror da ditadura nas suas angustias.²¹⁹

Neste registro, Sertório de Castro nos fornece outra visão sobre a Cinelândia, sendo um contraponto a matéria do *O Radical*, analisada anteriormente, que dizia ser a região motivo de diversão por causa do cinema. Segundo o autor, no local não era mais permitido a reunião de grupos. Neste caso específico, não é possível definir quais das versões mais se aproximam do verdadeiro movimento na Cinelândia. A princípio, a diferença poderia se explicar pela distância entre os registros, já que a anotação de Castro é do dia 28 de julho, enquanto a matéria do *O Radical* é de 1 de setembro. No entanto, esta hipótese não nos convence muito, pois a guerra acabou em 2 de outubro, ou seja, após um mês da publicação do *O Radical* quando o Governo Provisório ainda deveria estar alerta. Diante deste impasse, cabe aqui analisar o papel do jornal *O Radical*, de reforçar o aspecto de normalidade da cidade. Outrossim, também devemos conjecturar que mesmo que o governo de Getúlio Vargas desejasse passar uma imagem de tranquilidade e de normalidade no Distrito Federal, esta não podia sobrepor a necessidade maior de garantir a segurança do regime. De certa forma, era inevitável que a cidade mantivesse o cotidiano inalterado.

A respeito da questão da prudência do carioca na hora de realizar despesas, mencionada no artigo de Bastos Tigres, acreditamos que esta poderia ter outra origem. Inclusive o próprio *Correio da Manhã* vinha acompanhando de perto. Por conta da guerra e com a maior movimentação de pessoas na capital, o abastecimento da cidade havia se tornado mais uma das preocupações do governo, sendo necessário que ações fossem tomadas para evitar o desabastecimento do Rio de Janeiro. No dia 16 de julho, quase um mês antes da publicação do artigo *Em marcha á ré*, o *Correio da Manhã* dedicou boa parte das suas páginas a problematização do abastecimento da cidade e transcreveu por completo o decreto do governo que criava uma Comissão de Reabastecimento. Tratou-se do:

²¹⁹ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 98-99.

Decreto n. 21.634, de 15 de julho de 1932 – Dispõe sobre a criação de uma comissão composta de membros de varios Ministerios e da Prefeitura destinada a regular o reabastecimento da população civil desta capital. O chefe do governo provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista a necessidade eventual de regular o reabastecimento em viveres, combustivel, lubrificante, etc., bem como de transporte de emergencia, da população civil desta capital, decreta: art. 1.º -Fica creada uma comissão composta de um representante do estado maior do Exercito e outro da Armada, um do serviço de intendencia, na qualidade de delegados dos Ministerios da Guerra e da Marinha, e de representantes dos Ministerios da Agricultura (especialista em estatistica), e da Viação e Obras Publicas (especialista de transportes) e da Prefeitura do Districto Federal (especialista em reabastecimento) para estudo prévio do problema e organização, segundo directivas do Ministerio da Guerra. Art. 2.º - Caberá, em caso emergente, a essa comissão a direcção do reabastecimento, de conformidade com as normas que forem adoptadas pelo governo. Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrario.²²⁰

A Comissão ficou responsável por ordenar o abastecimento não só de gêneros alimentícios, mas também de outros produtos essenciais para a rotina da cidade e, possivelmente, para suprir a necessidade do Exército e da Armada. O periódico *O Radical* também acompanhou a criação da Comissão de Reabastecimento, que era composta pelos seguintes membros: coronel Julião Freire Esteves (presidente); coronel José Coelho Netto (pelo Estado Maior do Exército); capitão de corveta João Baptista Bellaremy (pela marinha); dr. Annibal Martins Ferreira (pela prefeitura do Distrito Federal); dr. Arthur Tavares Filho (pelo Ministério da Agricultura); dr. Braulio Eugenio Mueller (Ministério da Viação). A diversificação da superintendência da comissão demonstra a preocupação geral do governo com a questão do abastecimento. Além dessa constituição, a Comissão de Reabastecimento possuía poderes discricionários e se reuniu pela primeira vez no dia 18 de julho para elaborar os planos de ação²²¹. A questão do abastecimento era bem específica, pois além da guerra civil ter provavelmente alterado a rotina produtiva do Distrito Federal, assim como do país, a cidade também passou a receber um número maior de pessoas, civis ou militares²²², por conta da guerra.

Ainda na edição do dia 16 de julho, o *Correio da Manhã* publicou uma matéria que justificava a criação da Comissão de Reabastecimento. Segundo o jornal:

Innumeros tem sido os pedidos de informações, em cartas e por telephone, sobre a situação de possivel anormalidade do nosso mercado, a respeito dos generos de consumo forçado. Adeanta-se mesmo que já muitos negociantes do varejo tem augmentado os seus preços sem nenhuma justificativa allegando motivos que

²²⁰ *Correio da Manhã*, RJ, 16/07/1932.

²²¹ *O Radical*, RJ, 19/07/1932.

²²² Durante quase todo o período em que se estendeu a Guerra de 1932, a cidade do Rio de Janeiro recebeu constantemente tropas de diferentes regiões do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul e do Norte. Ficou estabelecido na Vila Militar do Rio de Janeiro o Centro de Instrução de Voluntários que recebia as tropas irregulares vindo do norte do país. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 174.

felizmente ainda não existem, visto tratar-se de mercadorias providas dos Estados do Rio, de Minas e do Rio Grande do Sul. Além disto, existe uma Directoria de Abastecimento, órgão da Prefeitura, incumbida de regular por intermedio de uma tabella de preços, que organiza e revê quinzenalmente, estabelecendo ainda mais, sanções para os transgressores dos seus limites maximos.²²³

O jornal criticou a postura de alguns negociantes que estavam aumentando os preços de produtos oriundos de outras regiões, quando teoricamente apenas os produtos vindos de São Paulo se encontravam com o abastecimento interrompido. O *Correio da Manhã*, insistindo neste aspecto, denunciou os abusos dos açambarcadores dos gêneros de primeira necessidade. O jornal afirmou que conhecendo pela experiência sabia que:

... elles não collaboram nunca com as autoridades nas iniciativas de emergencia. Ao contrario. Tudo fazem para dobrarem as afflicções que flagellam o consumidor. Fraudam as recommendações do poder publico. Mentem á clientela atônita e desprevenida. Impõem condições extorsivas no acto de venda. E, quando a imprensa honesta, com o dever de ser vigilante, brada, por providencias repressivas, esses açambarcadores guarnecem a retaguarda, occultando os “stocks” e dando-se as mãos criminosas, sejam quaes forem as suas nacionalidades, para que a esfolia da população se verifique rapida e segura.” Para o jornal “Não basta affixar tabelas, discriminando os preços das mercadorias. É preciso fazer cumpril-as. E cumpril-as com o mais absoluto rigor, punidos severamente os infractores. Está em jogo a defesa de toda a população.”²²⁴

Já existia na cidade do Rio de Janeiro uma repartição municipal de abastecimento. O Departamento de Abastecimento era dirigido pelo capitão Uchôa Cavalcanti, mas que foi chamado a servir na sua unidade por conta da guerra em São Paulo. Entretanto, por conta da situação anormal, o controle do abastecimento da cidade passou para a Comissão de Reabastecimento criada pelo Governo Provisório. Em uma reportagem sobre este assunto, o *Correio da Manhã* tentou falar com o então diretor da Comissão de Abastecimento (municipal), Sr. Martins Ferreira, sem sucesso, pois o diretor se encontrava atarefado. O jornal recorreu aos funcionários da repartição que “foram accordes em afirmar que não deve haver intranquilidade, por parte da população carioca, visto como são grandes os “stocks” dos generos de primeira necessidade”²²⁵.

Com a urgência da situação, a Comissão de Reabastecimento não demoraria a deliberar sobre as atitudes que deveriam ser tomadas para manter a normalidade do abastecimento da cidade. Assim, no dia 21 de julho, comunicou à comissão que:

²²³ *Correio da Manhã*, RJ, 16/07/1932.

²²⁴ *Correio da Manhã*, RJ, 16/07/1932.

²²⁵ *Correio da Manhã*, RJ, 16/07/1932.

... de accôrdo com os poderes que lhe foram conferidos, declara que todas as pessoas, firmas commerciaes, empresas ou companhias, estabelecidas nesta Capital, e que negociam, ou tenham adquirido quaesquer quantidades de assucar, arroz, farinha de mandioca e de trigo, feijão, milho, sal, acima de dez sacos, manteiga, azeite, banha, sabão, leite condensado acima de duas caixas, xarque acima de dois fardos, toucinho, cebola, acima de dez kilos, deverão entregar, na séde desta Comissão, no pavimento terreo do Ministerio da Agricultura, á praça Marechal Ancora, nesta cidade na próxima sexta-feira, 22 do corrente mez das 10 até ás 16 horas, um memorandum, mencionando os “stocks” dos gêneros acima indicados e existentes na tarde de quinta-feira, 21 do corrente, com especificação da quantidade e da qualidade dos nomes dos possuidores ou depositantes dos depositários e dos locais onde se acham armazenados. Ficam sujeitos ás penas da lei os que, obrigados a esta declaração, deixarem de satisfazê-la no dia e hora determinados. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1932. – (a) Coronel Julião Freire Esteves, presidente da Comissão de Reabastecimento do Districto Federal.²²⁶

Com a nota transcrita acima fica claro a preocupação do Governo Provisório com o abastecimento da cidade que poderia ser afetado pela situação “anormal” em que se encontrava o país. Nos chama a atenção o fato de que a Comissão de Reabastecimento desejava ter o controle amplo do estoque de alimentos, quer fossem de empresas, firmas comerciais e até de “pessoas”; para tanto, bastava atingirem a quantidade estipulada pela comissão para que fossem obrigados a relatar a quantidade exata e o produto em estoque. Mais ainda, a evidente preocupação do governo se tornou mais clara com a urgência da nota emitida, pois a decisão foi tomada no dia 20, publicada no dia 21 e estipulava que a população tinha até às 16 horas do dia 22 para entregar o memorando com os estoques. O prazo estabelecido pela comissão de fato era apertado e no dia 30 de julho o *Correio da Manhã* anunciou a decisão do órgão de prorrogar o prazo para a entrega dos relatórios. A Comissão de Reabastecimento teria tomado esta decisão porque tinha verificado que nem todas as pessoas, firmas comerciais ou companhias estabelecidas na capital haviam realizado a declaração dos seus estoques. O novo prazo passou então para o dia 2 de agosto até às 18 horas. Dessa vez a comissão alertou aqueles que não haviam cumprido a decisão e informava das consequências que poderiam ocorrer e caso não cumprissem a determinação, estes poderiam ter que pagar uma multa:

... de 200\$000 a 50:000\$000, além de outras penalidades previstas no decreto 21.652, de 19 de julho de 1932. Communica, outrossim, a Comissão que, por intermédio dos seus fiscaes procederá immediatamente ás verificações necessárias, para efeito do cumprimento dessa determinação e que agirá contra os recalcitrantes com a máxima energia. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1932.²²⁷

²²⁶ *O Radical*, RJ, 21/07/1932.

²²⁷ *Correio da Manhã*, RJ, 30/07/1932.

A medida da Comissão de Reabastecimento parece ter surtido efeito, e no dia 03 de agosto comunicou e procurou tranquilizar a população afirmando que, após realizar a apuração do estoque, havia constatado que a cidade possuía quantidade suficiente de gêneros alimentícios de primeira necessidade. A comissão também informou a punição de uma firma, a Prista & Cia. que, recebeu a multa de 200\$000 (duzentos mil réis), por ter tentado exportar para fora do Distrito Federal sem o “visto” da comissão, conforme previa o decreto desta última²²⁸.

Além de proibir que trapiches e armazéns realizassem remessa de gêneros alimentícios de primeira necessidade para fora da capital, sem o devido registro da Comissão de Reabastecimento, que estava funcionado no Ministério da Agricultura, também foi realizado um tabelamento dos preços destes mesmos produtos. Na tentativa de evitar eventuais abusos nos preços dos produtos, a Comissão resolveu:

... dirigir um apello á população do Districto Federal, convidando-a a prestar os seus valiosos auxilios, no sentido de exigir dos commerciantes o fiel cumprimento da tabella, podendo qualquer contravenção, conscientemente apurada, ser levada ao conhecimento da mesma Commissão, pelo telephone 3-0393, provisoriamente.²²⁹

Já no dia 17 de agosto, o *Correio da Manhã* noticiou que o próprio Getúlio Vargas assinou o decreto 21.726 de 15 de agosto de 1932, que instituía a criação de um corpo de fiscais para a Comissão de Reabastecimento. O corpo deveria: fiscalizar os stocks de víveres, lubrificantes, combustíveis, etc., observar se os preços estavam condizentes com a tabela fornecida de preços máximo – esta deveria, inclusive, estar fixada em local visível - além de lavrar autos de infração. O fiscal poderia sempre que achar necessário solicitar uma declaração dos estoques, independentemente de firmas comerciais, empresas ou companhias. Em caso de resistência por parte dos comerciantes, o fiscal deveria comunicar ao chefe da fiscalização. O decreto previa a multa ou penalidade e, nos casos em que a quantia estabelecida não fosse paga, o estabelecimento podia ter a licença suspensa em até 15 dias²³⁰. O jornal elogiou o decreto do Governo Provisório sobre a Comissão de Reabastecimento. No entanto, afirmava que:

... convém não esquecer o governo de que nem todo o encarecimento provém da especulação, havendo productos cujos preços se elevam em virtude de grande procura e escassa offerta, consoante uma das poucas leis que persistem no tumulto da anarchia economica actual. Temos, entre esses productos, um de grande

²²⁸ *Correio da Manhã*, RJ, 03/08/1932.

²²⁹ *Correio da Manhã*, RJ, 21/07/1932.

²³⁰ *Correio da Manhã*, RJ, 17/08/1932.

importância, e cujas condições de abastecimento são bem conhecidas do sr. Getúlio Vargas, por proceder de seu Estado natal, o Rio Grande do Sul. Referimo-nos ao xarque.²³¹

Segundo o jornal a produção de charque no Rio Grande do Sul continuava normal e com produção acumulada. Contudo, os fazendeiros gaúchos reclamavam que não existiam meios suficientes para transportar o charque e o mais prejudicado nessa história era o povo carioca por não ter os seus interesses representados²³². Devemos observar que, mesmo com a censura da imprensa, o *Correio da Manhã* cobrava do governo medidas que evitassem o encarecimento de produtos.

Notícias sobre a carestia de alguns produtos e a escassez de outros eram recorrentes no *Correio da Manhã*. Como nos mostra a edição de 19 de julho, sempre dedicando um bom espaço do jornal a esta questão, o periódico dizia, sem especificar a fonte, que tem sido noticiada a falta de carne verde para a cidade. Em decorrência dessas notícias o jornal se dirigiu até a Diretoria Geral de Abastecimento, que explicou:

... o mercado de carnes verdes, embora sentindo a falta de suprimentos de gado procedente de Barretos, São Paulo, não sofrerá alteração nesta capital. Disseram-nos que o director, dr. Annibal Martins Ferreira, vem tomando providencias tendentes ao supprimento da carne e contrarias á elevação do seu preço.²³³

Mais uma vez a declaração do órgão ligado ao governo procurava tranquilizar a população dizendo que o mercado de carne fresca na cidade não seria alterado. Segundo a diretoria, o gado continuava a chegar vindo dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e que a Central do Brasil facilitava a chegada deste. O jornal também inquiriu se o aumento no valor das carnes que tem sido noticiado já era justo. Para a diretoria, no entanto, este provável aumento não se justificaria e exemplifica dizendo que:

... no dia 16, o abate de gado para consumo de ante-hontem, foi de 860 bois, com 165.592 kilos e 261 vitellos, com 18.836 kilos, pesos esses que, adicionados a outras carnes brancas abatidas no mesmo dia, accusam um total de 224.948 kilos.

A Diretoria Geral de Abastecimento não forneceu nenhum dado sobre a média de abate de carne fresca da cidade ou se de fato esta quantia era o suficiente. Com isto somos obrigados a inferir que se tratava de quantia suficiente, sem maiores alterações na oferta de gado.

²³¹ *Correio da Manhã*, RJ, 19/08/1932.

²³² *Correio da Manhã*, RJ, 19/08/1932.

²³³ *Correio da Manhã*, RJ, 19/07/1932.

Ainda nesta mesma edição, o *Correio da Manhã* falou sobre a dificuldade de abastecer a cidade. Para o jornal, uma cidade populosa como a capital federal precisava da colaboração de outras regiões para ser abastecida, mas tem tido dificuldades “uma vez que S. Paulo está com suas communicações commerciaes cortadas, e que dali nos vêm habitualmente varios productos da lavoura e da pecuaria paulista, que aqui são consumidos pelo carioca”²³⁴. O jornal advertiu o Governo Provisório e salientou a necessidade de minimizar a questão do abastecimento da cidade e, no caso das carnes, sugeriu que as carnes destinadas a exportação fossem aproveitadas para o consumo interno. Dizia que no cais da capital havia grandes frigoríficos:

... onde se fazem de depositos de carne para ser enviada ao estrangeiro, e seria curioso saber-se de quanto dispõem esses verdadeiros reservatorios do precioso alimento, para que se possam supprir com os seus “stocks” accumulados as deficiencias naturaes, acima apontadas e decorrentes da propria engrenagem no mercado da carne no Rio.²³⁵

Além de sugestões sobre como o Governo Provisório deveria proceder com o estoque de carnes na cidade, o jornal recomendou maior atividade da comissão encarregada pelo abastecimento e que era responsável por defender o “estômago do carioca”. Afirmava ser necessário o combate das “almas cúpidas, inspiradas pelo espírito comercial que não possuem nenhum freio de ordem afetiva e humanitária” e que se aproveitavam da situação de anormalidade para elevarem os preços, o que por sua vez impactava mais nas classes menos favorecidas.

O diário *O Radical* também chegou a abordar a questão do abastecimento do Distrito Federal. No entanto, devido ao posicionamento de porta voz do Governo Provisório – no topo da primeira página do jornal, o mesmo se auto intitulava como “A VOZ DA REVOLUÇÃO” - procurava minimizar a questão ou até mesmo considerá-la inexistente. Este foi o caso da crítica realizada pelo jornal à matéria publicada pela agência de notícias United Press. Esta forneceu para o *Diario de Noticias* de Lisboa informação de que devido a “revolução paulista” começava a escassear os víveres na cidade. Segundo *O Radical*, o:

... coronel Julião Esteves, que se dedica com afincos aos trabalhos da Superintendencia do Abastecimento, deveria ouvir o director da United Press no Rio sobre o assumpto. Acreditamos que esse cavalheiro poderá fornecer informações

²³⁴ *Correio da Manhã*, RJ, 19/07/1932.

²³⁵ *Correio da Manhã*, RJ, 19/07/1932.

interessantes, pois se mostra conhecedor de detalhes do abastecimento do Rio, ignorado por todos, principalmente pela população.²³⁶

Na matéria em questão, o jornal procurou tratar de forma irônica o assunto dizendo que “talvez fosse oportuno providenciar para que o jornalista americano não passe sem o seu costureiro bife.” O jornal transcreveu ainda a informação fornecida pela United Press ao *Diario de Noticias*. Na matéria, a agência afirmou que:

No Rio de Janeiro começam a escassear os viveres, em virtude das comunicações com o sul estarem interrompidas. Nota-se grandemente a falta de carne e isto porque os grandes frigoríficos se encontram instalados em S. Paulo. O Governo fez saber que castigará com pesadas multas todos aqueles que especulem com os generos alimentícios.²³⁷

Em outra ocasião, *O Radical* citou problemas com a fabricação do pão, pois se desenhava uma falta do trigo. Contudo, o jornal não mencionou e nem relacionou a crise do trigo com a guerra civil e recomendou saídas alternativas, como a fabricação do pão *mixto* que possuía uma porcentagem de 20% a 30% de farinha de mandioca, ou então, com farinha de batata²³⁸.

Além da farinha de trigo, o fermento, igualmente necessário para o fabrico do pão, também apresentou sinais de escassez. Em 19 de julho, o *Correio da Manhã* informou que a empresa Standard Brands of Brazil precisou encomendar do exterior uma remessa de fermento. A medida se fazia necessária porque a fábrica da empresa ficava no estado de São Paulo²³⁹. No dia seguinte, o Jornal noticiou que a empresa Standard Brands of Brazil, responsável pelo fermento fresco Fleischmann, fretou um dos hidroaviões da empresa Panair para trazer o fermento do exterior (a matéria não especificou o local). Na entrevista concedida pelo presidente da empresa, Sr. John P. McGlaughlin, este disse que a empresa fretou aviões de grandes portes em outras ocasiões, mas que era a primeira vez no Brasil. Ainda segundo o presidente, dentro de quatro meses seria inaugurada uma fábrica no estado do Rio de Janeiro, mas que por conta da impossibilidade de comunicação com São Paulo essa era a única possibilidade. A empresa responsável pelo transporte aéreo do produto, a Panair, chegou a receber elogios do presidente da companhia de fermentos que teria cooperado com a operação e quebrado o recorde de encomendas vindas de fora do país, ao trazer dois terços de uma

²³⁶ *O Radical*, RJ, 10/08/1932.

²³⁷ *O Radical*, RJ, 10/08/1932.

²³⁸ *O Radical*, RJ, 19/08/1932.

²³⁹ *Correio da Manhã*, RJ, 19/07/1932.

tonelada de fermento Fleischmann. No que diz respeito ao custo do fermento, o presidente afirmou que:

Não há duvida que o custo do transporte aereo de cada um dos pacotes de fermento, que vendemos aos padeiros a razão de 3\$000 nos sahirá para mais de 50\$000. Mas esse sacrificio nada representa, quando está em jogo a reputação de 60 annos de Serviço Fleischmann.²⁴⁰

A empresa Standard Brands of Brazil não apenas procurou contornar a dificuldade imposta pela guerra civil trazendo o seu produto de fora do país, como garantiu a manutenção do preço de venda do fermento aos padeiros, ainda que este fosse custar mais caro para a empresa. Tal atitude poderia realmente estar relacionada à reputação de mais de 60 anos da empresa, como também poderia significar uma manutenção do mercado de fermento ou poderia ser uma determinação do governo para a empresa. Na teoria, ao não repassar o custo do transporte para o produto, o preço final do pão também não deveria aumentar. No entanto, não sabemos se a quantidade importada pela empresa era o suficiente para normalizar o abastecimento de fermento para a cidade. Da mesma forma, também não é possível afirmar que o preço do pão não iria aumentar caso a quantidade fosse suficiente, tendo em vista que alguns padeiros poderiam se aproveitar da situação de anormalidade e especular sobre o preço e que era, como visto anteriormente, prática comum segundo o *Correio da Manhã*.

Evitar que a população do Distrito Federal não sentisse os efeitos da Guerra de 1932 na questão de abastecimento dos gêneros alimentícios se demonstrou uma tarefa difícil para o Governo Provisório. Não somente houve dificuldades em abastecer a cidade como também denúncias de produtos com os preços elevados. Ainda que a elevação dos preços de determinados alimentos pudesse ter relação com a especulação dos comerciantes e não com a dificuldade em abastecer a cidade, o que aqui nos interessa é perceber que a população da capital sentia os efeitos da guerra no seu cotidiano. Entretanto, também é provável que sem as medidas adotadas pelo Governo Provisório, como a criação da Comissão de Reabastecimento, o impacto do conflito seria muito maior.

O conflito que envolvia o país exigia do Governo Provisório um grande esforço de guerra. Para além das medidas necessárias para combater o movimento de oposição ao Governo Provisório, era preciso garantir a ordem no restante do país. Neste sentido, no Distrito Federal, era fundamental garantir o apoio da população para a causa governista, minimizando ao máximo o impacto da guerra na rotina da população. A tarefa não era fácil,

²⁴⁰ *Correio da Manhã*, RJ, 20/07/1932.

mas o governo se esforçava, como sucedeu no caso do tradicional desfile de 7 setembro. Em matéria realizada no dia da comemoração cívica, *O Radical* anunciou que:

Este anno, a cidade, infelizmente, não terá o espetaculo de uma parada militar, no dia festivo que hoje passa. As bandeiras penderão melancolicamente das fachadas, sobre as ruas tristes e desertas de onde a vida habitual terá fugido. O dia apenas será mareado pelo número vermelho das folhinhas. Dia monótono e sem côr no rythmo nervoso da cidade.²⁴¹

O jornal prosseguiu e afirmou que:

... todos os soldados do Brasil estão, a esta hora, nas trincheiras, attendendo ao appello da Nação ameaçada em sua unidade. Todas as armas estão empenhadas na defesa do ideal de outubro, visado pelo golpe de aventura dos politiqueiros decahidos.²⁴²

Segundo o periódico, a parada militar não ocorreria porque os soldados se encontravam no *front*, combatendo em defesa do ideal da revolução de 1930. Aqui é importante notar que *O Radical*, em um raro momento, admitiu que o país se encontrava com a sua unidade ameaçada. Trata-se de uma exceção que não caracteriza o grosso das matérias realizadas pelo jornal durante os 85 dias de duração do conflito. Nesta matéria, podemos afirmar em primeiro lugar que o governo admitia que havia um empenho grande do Exército no sentido de combater os inimigos da “Nação” e, dessa forma, justificava a ausência do desfile. Mas, ao mesmo tempo, procurava desqualificar o movimento iniciado em São Paulo, por se tratar de uma aventura dos políticos que se encontravam aliçados do poder com o advento da revolução de 1930²⁴³.

Apesar da gravidade do momento e da matéria realizada pelo *O Radical*, a parada militar acabou acontecendo, ficando ao encargo da Marinha cumprir esta missão. Ainda segundo o periódico, a:

... passagem da grande data nacional da independencia serviu de pretexto para que o governo desse hontem uma prova publica de tranquilidade e força. No momento exacto em que a offensiva do boato procurava inquietar a população carioca com a difusão insensiva de boatos alarmantes, o ministro da Marinha para commemorar o 110º anniversario da nossa emancipação politica, determinava um brilhante desfile do Regimento Naval pela cidade, com evoluções de uma esquadrilha de hydro-aviões sobre a estatua de Pedro I.²⁴⁴

²⁴¹ *O Radical*, RJ, 07/09/1932.

²⁴² *O Radical*, RJ, 07/09/1932.

²⁴³ A estratégia de afirmar que a Guerra de 1932 foi realizada por políticos decadentes da Primeira República também foi utilizada na imprensa do Ceará. Ver LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios...*, pp. 25-40.

²⁴⁴ *O Radical*, RJ, 08/09/1932.

Pela matéria podemos perceber que o tradicional desfile de 7 de setembro, naquele ano, representou mais que a comemoração de uma data cívica, o seu acontecimento significou uma demonstração de força e tranquilidade por parte do governo, diante da população da cidade, num momento em que boatos inquietavam a sociedade carioca. O *Correio da Manhã* também acompanhou a parada militar e fez uma matéria sobre o evento. De maneira mais detalhada, o jornal nos conta que o desfile realizado pelo corpo de fuzileiros navais começou às três horas e que:

... sob o commando do capitão de mar e guerra Melciades Portella Ferreira Alves, deixou o pátio do Arsenal de Marinha, saindo pelo portão do Cães dos Mineiros, depois prestar continência ao ministro da Marinha e a outras autoridades da Armada, então no ministério, seguiu pela rua Visconde Inhaúma, Avenida Rio Branco, rua da Assembléa, largo da Carioca, rua no mesmo nome e Praça Tiradentes. Chegado a referida praça, o Corpo de Fuzileiros Navaes fez alto, e, após dez minutos de parada, ocupando os lados onde estão situados o Theatro Carlos Gomes e o antigo edificio do Ministerio da Justiça, desfilou, retornando á rua da Carioca, por onde havia subido, e depois de attingir o largo do mesmo nome, subiu a rua Treze de Maio, entrando pela de Senador Dantas, até a do Passeio. Depois de dar uma volta pelo Passeio Publico, descendo do lado do mar, alcançou, de novo, a Avenida Rio Branco até á rua Visconde de Inhaúma, retornando ao Arsenal de Marinha. Durante todo o trajecto os Fuzileiros Navaes foram alvo, de entusiasticas palmas por parte do povo, e, sempre que os populares divisavam o pavilhão nacional, se descobriam, em signal de respeito ao symbolo sagrado da Patria.²⁴⁵

Como pudemos constatar, demonstrar “força e tranquilidade” para a população da capital federal do país demandou uma atenção especial por parte do Governo Provisório. Neste sentido, o governo de Getúlio Vargas parece não ter evitado esforços. No entanto, diante da gravidade da situação, nem sempre o resultado esperado era alcançado, forçando o governo a criar estratégias que minimizassem o impacto da guerra na cidade e consequentemente garantisse o apoio e legitimação da população carioca. A atuação do Governo Provisório no Distrito Federal se constituiu, então, num verdadeiro *front* interno, que é definido por Roney Cytrynowicz como a mobilização de toda a sociedade para apoiar o Estado. Este autor, analisando o cotidiano do estado de São Paulo durante a Segunda Mundial, afirma que no *front* interno:

Não se tratava apenas de oferecer toda a retaguarda e a infra-estrutura econômica e militar para os exércitos, mas de se preparar para bombardeios contra alvos claramente civis e, essencialmente, de manter todas as esferas da vida privada e

²⁴⁵ *Correio da Manhã*, RJ, 07/09/1932.

pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidos a uma lógica e a um controle que escapavam à compreensão do indivíduo.²⁴⁶

Foi neste sentido que o Governo Provisório atuou no Distrito Federal, capitalizando e mobilizando o apoio da população a seu favor e, conseqüentemente, se legitimando. A Guerra de 1932 também estava nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

2.2 A *offensiva* e a *contra-offensiva dos boatos*: a disseminação de boatos e a repressão do Governo Provisório aos boateiros

Na matéria realizada pelo jornal *O Radical* sobre o desfile do dia 7 de setembro, o periódico mencionou que a realização da comemoração acontecia num momento importante em que “a *offensiva* do boato procurava inquietar a população carioca com a difusão intensiva de boatos alarmantes”. Durante a Guerra de 1932, inúmeros boatos circularam pela capital do país. Stanley Hilton narrou um episódio demonstrando como estes poderiam interferir na manutenção da ordem da cidade. Na ocasião, o plano foi disseminar boatos de que um corpo da Polícia Militar, juntamente com unidades da Marinha, pretendia se sublevar no dia 22 de agosto. Feito isso, no dia 22, bombas explodiram em diversos pontos da cidade e o acontecimento levou à aglomeração do povo em frente aos Ministérios da Marinha e do Exército, que haviam sido fechados e a segurança reforçada²⁴⁷. O episódio narrado por Hilton demonstra que os boatos poderiam causar graves perturbações da ordem na capital, o que poderia, possivelmente, animar simpatizantes do movimento debelado em São Paulo no Rio de Janeiro.

Robert Danrton, ao analisar a difusão de boatos na cidade de Paris durante o século XVIII, observou que o Estado se preocupava com a difusão dessas “notícias”. Segundo Danrton, os *nouvellistes* de Paris se reuniam em torno da Árvore de Cracóvia²⁴⁸ para difundir os boatos “e os ocupantes do poder os levaram a sério, porque o governo se preocupava com o que os parisienses estavam dizendo”²⁴⁹. Ainda segundo o autor, a polícia parisiense era sensível à opinião pública e, por isso, mantinha espiões infiltrados na população para saber a origem dos boatos. Para Danrton, a formação de uma opinião pública através de um poderoso

²⁴⁶ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 15.

²⁴⁷ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p. 304.

²⁴⁸ Trata-se de um castanheiro que ficava no centro de Paris.

²⁴⁹ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 42.

sistema de comunicação, no qual os boatos também se inserem, teria sido decisivo para o colapso do regime francês²⁵⁰.

A própria cidade do Rio de Janeiro já havia presenciado a capacidade dos boatos de atingir a população. José Murilo de Carvalho ao estudar os motivos que levaram a eclosão da Revolta da Vacina²⁵¹, sugere que a campanha realizada pela oposição tenha sido um dos principais fatores a atingir a população. O autor esclarece que a estratégia utilizada por aqueles era de disseminar entre a população a possibilidade de a vacina ser aplicada na coxa das mulheres e filhas, quando na verdade era injetada no braço com a ajuda de uma lanceta. Segundo Carvalho “Buscou se então explorar a idéia da invasão do lar e da ofensa à honra do chefe de família ausente ao se obrigarem suas filhas e mulher a se desnudarem perante estranhos”. Os líderes da revolta ainda espalhavam agentes pelos centros populares para dizerem que a vacina seria aplicada nas coxas das mulheres e filhas, junto à virilha²⁵².

Durante a Guerra de 1932, Raimundo Helio Lopes também se deparou com a ampla disseminação de boatos no Ceará. O autor encontrou casos em que foram espalhadas falsas notícias sobre a morte de soldados, que haviam partido para o *front* de batalhas em São Paulo. Algumas famílias chegavam a procurar os jornais para verificarem a veracidade da informação. O impacto desses boatos, para Lopes, não pode ser minimizado, sobretudo porque abalavam o alistamento de voluntários ao espalharem que “a morte estava próxima dos alistados embarcados para o *front*”²⁵³. Em outro trecho, o autor diz que:

Os boatos dos inimigos do Governo não se limitaram à capital cearense. [...] Os boateiros estavam também articulados e estabelecidos nos municípios interioranos, conseguindo grande notoriedade para as suas ações, tanto que a culpa do limitado número de voluntários alistados na cidade foi atribuída justamente à ação dos “reacionários e derrotistas”.²⁵⁴

O governo do Estado, ciente dos efeitos negativos que os boatos ocasionavam, procurou reprimir os boateiros e, em nota oficial publicada no dia 25 de agosto através do jornal *O Nordeste*, comunicava à população cearense que a Delegacia Auxiliar de Polícia havia realizado a prisão de um boateiro que se encontrava em casa redigindo uma série de “notícias”. Na região, o governo também contou com a ajuda dos jornais aliados para

²⁵⁰ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington...*, p. 90.

²⁵¹ Revolta popular contra a lei de vacinação obrigatória que instituía a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu entre os dias 10 e 16 novembro de 1904. Para mais detalhes sobre a revolta vide CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 91-139.

²⁵² CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...*, p. 131.

²⁵³ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios...*, p. 55.

²⁵⁴ _____. *Os batalhões provisórios...*, p. 59.

combater os boatos. Neste caso, para a imprensa cearense “o boato surgia como uma doença social que se propagava, prejudicando a população” ²⁵⁵.

No Distrito Federal, *O Radical* combateu intensamente os boatos e desde o início do conflito realizava intensa campanha contra eles. Para tanto, tratava-os como assevera sua definição clássica: inverídicos, inofensivos na sua grande maioria e fruto da imaginação fértil do povo. A imprensa aliada considerava alguns deles nocivos, no entanto, dizia que estes ocorriam sem maiores repercussões. Na coluna do diário intitulada *A desmoralização do boato*, o periódico afirmava que:

Evitando adoptar qualquer medida systematica de repressão ao boato, a policia revelou uma maliciosa *fidura*. Além de permitir que o povo se divertisse com um dos sports mais econômicos e inofensivos do momento – que é esse de inventar e divulgar mentiras – as autoridades policiaes deram um golpe de morte no próprio boato, desmoralizando-o. E o phenomeno se comprehende e explica sem dificuldade. Sendo a divulgação do boato uma coisa permitida a toda gente, os boateiros, com a imaginação em effervescencia, inventaram logo nos primeiros momentos da sedição de São Paulo, os boatos mais descabellados. Com o correr dos dias os factos se foram encarregando naturalmente de desmentir as balelas ingênuas. Mas, os boateiros, que já haviam inventado tudo o que podiam, com a sua capacidade criadora literalmente exgotada, cahiram na repetição. Plagiando-se a si mesmos, começaram a reeditar as mesmissimas noticias que haviam espalhado quinze dias atraz. Resultado: a opinião publica torceu-lhes o nariz, ironica e descrente. O boato estava irremediavelmente desmoralizado! E assim se exgotou, dentro de quinze dias, por excesso de liberdade, a capacidade boatogenica dessa gente... ²⁵⁶

Para o jornal, tratava-se de um esporte de prática inofensiva e econômica e o seu advento serviu para o entretenimento do povo. O periódico prosseguiu dizendo que a polícia havia conseguido vencê-lo através da sua desmoralização. Segundo a matéria, assim que rebentou o conflito em São Paulo, inúmeros boatos dos mais “descabellados” foram criados, com o passar do tempo e a não confirmação destes, foram sendo desmentidos. Eles teriam caído na repetição por conta da limitação de criatividade dos boateiros. No fim, teria sido exatamente o fato de terem circulado com tanto liberdade pela cidade que fez com que a capacidade de produzi-los se esgotasse. Entretanto, devemos salientar que a atuação do *O Radical* no sentido de combater os boatos minimizando-os, poderia ter um efeito indesejado que era o de propagá-los mais ainda, tendo em vista a constância com que o jornal abordava o assunto.

Fez parte da estratégia do Governo Provisório combater os boatos desvalorizando-os, tratando-os como um passatempo inofensivo. Este posicionamento foi adotado desde o início

²⁵⁵ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios...*, p. 56.

²⁵⁶ *O Radical*, RJ, 21/07/1932.

do conflito e ficou bem claro com a matéria publicada pelo *Correio da Manhã* no dia 13 de julho, quatro dias após ser deflagrada a guerra. O jornal dizia que:

As antes-salas do palacio Guanabara nessas ultimas noites têm sido ponto de reunião dos politicos e militares. Commentam-se as noticias que chegam de toda parte. Por vezes o sr. Getulio toma parte nas palestras. Numa dessas foi elle abordado por um grupo que indagou: ‘Por que não determina o senhor que se aja energicamente contra os boateiros?’ E o dictador sorrindo: ‘Da policia já me falaram sobre a necessidade de uma medida repressiva ao boato. Sou contrario. O povo gosta do boato. Sente prazer em conhecer e transmitir a outrem o boato que sabe de antemão mentiroso. Mas mesmo assim, isso lhe dá prazer. Ora, nessa hora de tão pouco prazer, mesmo como chefe de um governo discricionário, terei o direito de tirar ao povo um prazer que nada custa? Creio que não...’²⁵⁷

Diante das inúmeras reuniões necessárias para cessar a guerra que acontecia no país, Getúlio Vargas foi indagado do porquê de não tomar nenhuma atitude para repreender os boateiros da cidade, o líder do governo chegou a reconhecer que a própria polícia já havia sugerido atitudes contra estes. No entanto, Vargas era contra a adoção de medidas que repreendessem os boateiros, pois se tratava de um passatempo prazeroso em um momento difícil para a população. Mas o próprio presidente demonstrava apreensão em meio a tantos boatos contrários ao governo e no dia 22 de agosto anotou em seu diário “É preciso ter o espírito muito resistente a todos estes boatos e nervosismos para se impressionar”²⁵⁸. Ainda devemos observar que da entrevista de Getúlio Vargas ao seu registro no seu diário íntimo, temos o espaço de um mês, o que demonstra como os boatos vão ganhando força e impacto. Como veremos, ocultar os seus verdadeiros pensamentos, demonstrando uma tranquilidade inabalável para a população, era uma qualidade exercida com maestria por Getúlio Vargas.

No entanto, o Governo Provisório e o jornal *O Radical* passaram a contar com um adversário de peso a partir do dia 2 de setembro. Isto porque o jornal *A Manhã*, começou a publicar uma coluna intitulada *O Boateiro*. O jornal era publicado semanalmente e pertencia ao irreverente jornalista Aparício Torelli, que ficou mais conhecido pelo pseudônimo Barão de Itararé, em alusão à batalha que não aconteceu na revolução de 1930²⁵⁹. O surgimento desta coluna seria explicado pelo jornal. No dia 2 de setembro, o semanário publicou que:

É com o maximo pezar e o maior constrangimento moral que inauguramos os trabalhos desta folha, vendo-nos na dura contingencia e em face do indeclinável

²⁵⁷ Correio da Manhã, RJ, 13/07/1932.

²⁵⁸ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p. 125.

²⁵⁹ Aparício Torelli nasceu em São Leopoldo no Rio Grande do Sul em 1895. Foi jornalista, membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e eleito vereador do Distrito Federal pelo PCB em janeiro de 1947. Logo após a sua eleição, o jornalista teria seu mandato cassado com a suspensão da legenda do PCB. In verbete: Aparício Torelli, DHBB/CPDOC, s/p.

dever de atacar de rijo a indecente imprensa nacional, a quem saudamos com fraternal carinho. Não se pode negar nem obscurecer o que já é do conhecimento publico. Os nossos prezados e ignobeis colegas de tostão, desde que irrompeu o movimento sedicioso de São Paulo, estão revelando uma profunda desídia, para não dizer um mutismo criminoso. É deante deste facto inominavel que erguemos o nosso protesto e registramos a nossa repulsa, sob pena de incidirmos, também nós, nos mesmos anathemas e nas mesmas recriminações da opinião sensata do paiz.²⁶⁰

Para o jornal, a imprensa nacional não estava contemplando as notícias contrárias ao Governo Provisório e que a principal função da coluna *O Boateiro* era torná-las públicas. Acreditamos que a nova coluna do *A Manhã* foi uma estratégia deliberada do jornal para conseguir noticiar movimentos contrários ao governo de Getúlio Vargas durante a Guerra de 1932. Sobre a égide do nome *O Boateiro*, o jornal poderia, teoricamente, publicar notícias sem que fosse questionado. A postura pública de Getúlio Vargas e do próprio jornal *O Radical* de afirmar que os boatos eram inofensivos, deve ter censurado a própria repressão no caso da coluna *O Boateiro*. Mais ainda, se a repressão ao jornal ficasse evidente desde o primeiro momento, iria contradizer a postura de minimizar o conflito e que o governo vinha adotando na capital do país. O jornal *A Manhã* soube explorar este fato e durante a curta existência da coluna *O Boateiro*, de 2 à 23 setembro, mesclou fatos com boatos. Este recurso foi utilizado desde a primeira edição. Nesta, o jornal explicou que:

Si as forças dictatoriaes aprisionam em Bury um batalhão inteiro dos rebeldes, a imprensa local se embandeira em arco e abre columnas para decantar o notavel feito d'armas; si as tropas legaes avançam sobre o Tunnel, as folhas cariocas espetaculosamente se derramam em elogios aos heroes; si o general João Francisco, deixando Ourinhos à esquerda, atravessa, a nado, com seu adextrado piquete de lanceiros o Paranapanema, envolvendo e desbaratando o inimigo pela frente e pelos flancos, as columnas dos jornaes sensacionalistas desdobram-se, em letras garrafaes, cantando em prosa e verso a epopéa joãofranciscana do famoso caudilho do Caty. Entretanto, do que se passa do lado de lá nada sabemos e tudo ignora a opinião publica, em virtude do silencio propositado dessa imprensa unilateral, facciosa e parcial, à qual saudamos com effusão e sympathia. Porque essas gazetas, que vivem arrotando uma fementida neutralidade, não noticiam tambem a prisão do general Valdomiro Lima, que a estas horas deverá estar sendo conduzido, fortemente escoltado, para a capital paulista, por um numeroso contingente sob as ordens do coronel Taborda? Por que esses mesmos falsos arautos da opinião nacional, que alardeiam, a cada passo, uma fingida imparcialidade, não estampam a noticia verídica e insophismavel da proclamação da Segunda Republica de Piratiny, no Rio Grande do Sul, em cuja séde do governo, em Santa Maria da Bocca do Monte, pontifica a figura egregia, benemerita e venravel que é o augusto dr. Antonio Borges de Medeiros. Por que silenciam, para esconder, a fuga precipitada para a Argentina do general Flores da Cunha? Por que não falam da deposição do tenente Juracy Magalhães? Por que não se referem á sublevação da esquadra no Alto Amazonas? Por que não noticiam a retomada de Queluz, pelas forças paulistas? Por que não vehiculam a informação da recente reconquista de Itararé pelos rebeldes? Pois é justamente para noticiar amplamente esses factos notorios e irrefutaveis que aqui estamos na estacada, terçando armas e maneando a pena, na retranca dos linotypos.

²⁶⁰ *A Manhã*, RJ, 02/09/1932.

É para dar, corajosamente, sem reticências covardes nem vacilações pusilânicas, o relato authenticos dos acontecimentos, que exprimem a verdade do presente momento, que aqui estamos, serenos e impertubaveis, firme e convictos, para preencher esta lamentavel lacuna. Os que tiverem coragem que nos acompanhem. N. da R. – Si o leitor fôr bom patriota, tire cópias e passe adiante, aos amigos e conhecidos.²⁶¹

Neste trecho, podemos observar que *O Boateiro* mencionou as notícias sobre a campanha do Governo Provisório. No entanto, quando se tratou de movimento contrário ao governo, a coluna mesclou boatos com fatos. Neste caso, os boatos seriam: a prisão do general Valdomiro Lima; a fuga do interventor Flores da Cunha; a deposição do tenente Juracy Magalhães; a retomada das cidades de Queluz e Itararé. Em contrapartida, as notícias seriam: o levante no Alto do Amazonas - trata-se do levante do Forte de Óbidos; e o levante realizado por Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Ao confundir propositalmente fatos com boatos, a redação do *A manha*²⁶² flexibilizou a sua definição sobre o que era real e o que era fictício. Esta confusão, além de compreender o raciocínio humorístico do jornal, também devia servir para a censura. Para esta, tudo que saia na coluna *O Boateiro*, era sempre boato.

Ainda que a estratégia do governo para com os boatos fosse de minimizá-los publicamente, o potencial de perturbação da ordem deste incomodava. Neste sentido, há de se questionar como era possível que *A Manha* circulasse após a publicação do *O Boateiro* mesmo com o estabelecimento da censura desde o início do conflito. Diante do seu potencial de mobilização e de formação da opinião pública, a sua propagação com certeza era indesejada pelo governo do Distrito Federal. Sendo assim, a circulação de um jornal com uma coluna intitulada *O Boateiro* com certeza não deveria ser bem vista pela censura. Para respondermos a esta questão, procuramos pesquisar na bibliografia existente trabalhos que contemplassem *A Manha* ou o jornalista Aparício Torelli. A nossa pesquisa pouco nos revelou. Notamos que o grosso da bibliografia sobre o semanário *A Manha*, foi produzido por acadêmicos de área de comunicação social, que pouco estudaram o jornal durante a Guerra de 1932²⁶³. Diante da dificuldade que encontramos em responder a esta pergunta com base nos

²⁶¹ *A Manha*, RJ, 02/09/1932.

²⁶² Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, a maioria dos textos publicados eram de autoria do Aparício Torelli. Nas palavras do Dicionário, Torelli: “(...) em uma primeira fase do jornal assinava, como diretor-presidente, sob o pseudônimo de Apporely. Entre muitos outros pseudônimos, figuravam em suas colunas alguns escritores conhecidos como Manuel Bandeira, Henrique Pongetti e Mendes Fradique.” In verbete: *A Manha*, DHBB/CPDOC, s/p.

²⁶³ Como exemplo citamos a tese de AGUIAR, Odailton Aragão, intitulada *O Barão de Itararé e seus Almanhaques - Os almanhaques do jornal A Manha*. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Encontramos na página 64 a única análise sobre o período. Nesta, Aguiar diz que no “período, as constantes provocações que Aporelly publicava através d'A Manha terminariam por levá-lo à prisão a 2 de setembro de 1932, na então famigerada Quarta Delegacia Auxiliar do Rio de Janeiro, responsável pela ordem política e social”. *A Manha* também foi objeto de estudo de

trabalhos existentes, construímos uma hipótese alicerçada em nossa observação teórica das matérias do *O Boateiro* e dos fatos.

Defendemos assim, que o jornal sofreu a censura do Governo Provisório. Entretanto, a censura não evitou a primeira circulação da coluna *O Boateiro*, que é, de todas as 4 edições, a mais política e perigosa para o governo. Como constatamos nas duas citações anteriores, o jornal falava abertamente de boatos contrários ao governo, além de realizar pesada crítica sobre a parcialidade da imprensa nacional. Esta hipótese, leva em considerações alguns fatores. Em primeiro lugar, o Barão de Itararé foi preso logo após a publicação do *O Boateiro*, no dia 2 de setembro. O próprio jornal noticiaria na edição seguinte, dia 9 de setembro, que Torelli havia sido preso e solto posteriormente. O semanário publicou esta notícia na coluna *O Boateiro* e não na primeira página ou em qualquer outra seção do jornal. Dessa forma, *A Manhã* procurou vincular a prisão de Itararé ao motivo. Ainda sobre a sua prisão, antes de ser solto, segundo o semanário, as autoridades advertiram o jornalista para que tomasse cuidado com a sua “linguinha de prata”²⁶⁴. Além disso, devemos ressaltar que, desde o início da guerra, o jornal *A Manhã* já tinha publicado 6 edições sem nenhum tipo de censura ou prisão. Outro fator que reforça a nossa hipótese, é que após a primeira edição do *O Boateiro*, as matérias e críticas amenizaram, a ponto de algumas nem mais abordarem os boatos e parecerem mais uma continuidade do jornal.

Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci, ao trabalhar com a relação entre intelectuais e o Estado na década de 1930 e início de 1940, utiliza a ideia de “liberdade de fachada” e que acreditamos se aplicar a aparente contradição de prender Aparício Torelli e permitir a publicação do *O Boateiro* por mais algumas edições. Andreucci afirma que a captação de “determinados intelectuais funcionava também como uma espécie de propaganda oficial, criando uma liberdade de ‘fachada’, situação que contribuía para referendar o processo de legitimação do regime”²⁶⁵. O caso de Monteiro Lobato, analisado pelo autor, é mais esclarecedor. Segundo Andreucci:

... no caso de Monteiro Lobato, que depois de ser preso, foi posto em liberdade enfatizando-se a ‘boa vontade’ do presidente em dar-lhe um indulto. No entanto, ao mesmo tempo, o livro infantil *Peter Pan*, escrito por Lobato, era proibido de ser

JACOBUS, Rodrigo Maciel. *Um nobre bufão no reino da grande imprensa: A construção do personagem Barão de Itararé na paródia jornalística do semanário A Manhã (1926-1935)*. 2010. 271 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁶⁴ *A Manhã*, RJ, 09/09/1932.

²⁶⁵ ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias: intelectuais e a Polícia Política (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006, p. 46.

vendido e adotado em escolas, reforçando essa estratégia governamental de ‘liberdade de fachada utilizada pelo governo.’²⁶⁶

Mesmo que a coluna *O Boateiro* tenha amenizado em alguns casos as publicações sobre os boatos, acreditamos que o jornal cumpriu o seu objetivo de propagar e disseminar fatos e boatos contrários ao Governo Provisório. De certa forma, ainda que *O Boateiro* tenha tido uma curta duração, com certeza serviu como fonte de informações para a população carioca. Ao mesmo tempo, o advento da prisão de Aparício Torelli também foi um indício do quanto os boatos incomodavam o governo na capital do país.

Na grande maioria das matérias, os jornais que combatiam os boatos não especificavam quais seriam os boatos, como se fossem proibidos de serem ditos. Assumindo esta postura, a imprensa aliada evitava a própria disseminação de boatos que poderiam vir a alardear a população, como no caso analisado por Stanley Hilton e mencionado anteriormente.

Em contrapartida, acreditamos que quando um determinado boato se difundia amplamente se fazia necessário a sua especificação no jornal para que pudesse ser desmentido, principalmente quando eram estimulados pelo próprio movimento de São Paulo, que se comunicava com a população carioca através da Radio Educadora²⁶⁷. Intitulada pelo *O Radical* como o “Estado-Maior do exército verbal do P.R.P” a Rádio Educadora possuía uma ampla capacidade de divulgação no país, pois o seu alcance chegava até o Ceará, onde também atuava espalhando boatos específicos para o Estado ²⁶⁸. Nestes casos, cabia a imprensa aliada desfazer eventuais estragos que estes boatos poderiam causar, desmentindo-os diante da população. Este foi o caso da edição de 5 de setembro do *O Radical*, quando o jornal afirmou que:

Mais uma vez a velha tática platônica da retaguarda foi posta em prática na última semana: para responder à violência arrasadora da ofensiva geral das tropas federais, foi intensificada no Rio a ofensiva do Boato. [...] O ponto visado desta vez pela ofensiva foi o Rio Grande, cuja atitude digna e firme ao lado da lei e da ordem continua a irritar os nervos dos empreiteiros da maquiagem. Esses boatos, porém, nenhuma impressão causaram entre aqueles que conhecem a verdadeira situação do Rio Grande, onde todas as forças políticas e militares estão coesas e resolutas em torno da grande figura épica de Flores da Cunha. ²⁶⁹

²⁶⁶ ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias...*, p. 46.

²⁶⁷ Hernâni Donato, ao narrar as ações do dia 9 de julho em São Paulo, diz que as emissoras atuantes no estado eram a Educadora, Cruzeiro do Sul e Record. In: DONATO, Hernani. *Breve História da Revolução de 1932...*, pp. 45 e 62.

²⁶⁸ Conforme matéria do jornal *O Povo* e analisada por Raimundo Helio Lopes em *Os batalhões provisórios...*, p. 58.

²⁶⁹ *O Radical*, RJ, 05/09/1932.

O periódico enfatizou a ofensiva realizada pelas tropas federais no campo de batalha e como as tropas paulistas não conseguiam responder neste campo, intensificaram os boatos na capital. O boato espalhado pela Rádio Educadora teria sido em torno de uma provável adesão do Rio Grande do Sul ao lado de São Paulo, fato desmentido e minimizado pelo jornal, porque nenhuma impressão teria causado entre aqueles que conheciam o verdadeiro posicionamento político do estado sulista. O jornal finalizou de forma irônica, dizendo que “é tempo, pois, dos exercitos do boato ensarilharem as suas armas: a sua offensiva, além de inutil, está resultando ridícula!”.

A ironia com que o jornal tratava os boatos procurou minimizar os seus efeitos diante da população da capital, que deveria menosprezá-los, não leva-los a sério. Apesar da estratégia adotada pelo *O Radical* os boatos não cessavam na cidade, o que levou o jornal a uma verdadeira campanha contra eles, na sua grande maioria sempre combatendo-os com ironia:

D. Boato ainda não esmoreceu. Vive artificialmente, mas consegue ainda os balões de oxigenio do publico que nelle vê um simile curioso de diversão, uma espécie de carnaval. No P.C. da Cinelandia o movimento continúa.
 -Sabes, o Neves avisa que a victoria é para breve.
 - Mas com tantas derrotas!
 O rapaz melifluo, os olhos mortos, exausto de esperar á noite, a ligação para o radio paulista, desanima.
 Não pegou.
 Nem podia vingar.
 O povo não leva mais em conta as “blagues” do substituto eventual de Zé Pereira, o representante de Momo aqui na capital carioca. D. Boato agóra não inspira mais boletins. Está a desistir do Radio. Anda macambusio, melancólico. Meditativo. É que o chefe de Policia acabou com os seus “palpites”. Com a resolução da policia dar passagem aos que desejassem lutar na frente paulista. D. Boato que espalhara estar a cidade cheia de admiradores da “coragem cívica paulista”, verificou, constrangido, a mentira da sua pilheria. Nem elle mesmo embarcou. E O P.C do patusco anda assim sem prestígio. D. Boato ficou arrolhado dentro do vidro. Coitado!²⁷⁰

O jornal desqualificou o boato e reconheceu que ainda não havia esmorecido, o que mostra como essa onda de informações que circulava fora das redes legais era forte e ampla, além de popular. Entretanto, a sua sobrevivência se dava porque a população o achava divertido, uma espécie de carnaval. Assim, “D. Boato”, representante maior deste carnaval, se encontrava triste porque o povo não lhe concedia mais a atenção inicial e por isso não inspirava mais boletins, o que é, de certo modo, desmentido pela insistência do próprio jornal em dizer que eles estavam esmorecendo. O estado de espírito de “D. Boato” se explicava por

²⁷⁰ *O Radical*, RJ, 05/08/1932.

conta de um comunicado expedido dias antes pelo coronel João Alberto. Neste, o chefe de polícia do Distrito Federal prometeu facilitar no domingo, 31 de julho de 1932, a ida de elementos que desejavam lutar por São Paulo²⁷¹. O *Correio da Manhã* também divulgou a nota, esta dizia que:

Chegaram ao conhecimento da Policia os rumores de uma agitação de estudantes a realizar-se dentro de poucos dias. Embora estejamos convencidos de que os referidos rumores não passem de boatos espalhados por indivíduos que procuram explorar, na sombra, a situação politica do momento, acha-se esta chefatura no dever de levar á população do Rio de Janeiro a certeza da manutenção da ordem na sua mais absoluta segurança. Não querendo, no entanto, esta chefia impedir que elementos convictos de suas idéas possam defendel-as no campo da luta, previne que, a partir das 10 horas de domingo, será facilitada uma conducção áquelles mais dignos, que desejem correr, em S. Paulo, os mesmos riscos de seus companheiros em armas. Fóra disto, a Policia tratará sem distincção, como simples arruaceiros e, portanto, com o maximo rigor e energia todos aquelles que procurarem perturbar a ordem publica, que será mantida á custa de quaesquer sacrificios.²⁷²

Através da nota emitida pelo chefe de polícia, fica clara a capacidade de mobilização do boato nos dispositivos de ordem do governo. Diante dos “rumores” de um movimento que seria realizado por estudantes, e que a polícia tinha a convicção de se tratarem de boatos, a chefatura policial decidiu agir preventivamente, facilitando uma condução para indivíduos que desejassem lutar em São Paulo contra o Governo Provisório. Certamente a polícia do Distrito Federal sabia que em alguns casos estas informações não eram meros boatos, o que justifica a sua postura de cautela. No entanto, ao denominar estes movimentos de contestação como boatos, procurou desqualificar estas informações, desestimulando qualquer ato que pudesse perturbar a ordem. No que diz respeito à atitude da polícia de facilitar a ida de “voluntários” para lutarem em São Paulo contra o governo, conjecturamos duas hipóteses: na primeira, poderia se tratar de uma armadilha e aqueles que se apresentassem seriam automaticamente presos; já na segunda hipótese, a polícia desejava retirar da cidade elementos que pudessem contribuir para a perturbação da ordem, ao mesmo tempo que, demonstraria força e tranquilidade para a população, podendo desestimular indivíduos que de fato pensavam em lutar contra o governo. De acordo com a versão dos fatos do *O Radical*, ninguém chegou a embarcar rumo a São Paulo. Mas segundo o *Correio da Manhã* alguns estudantes paulistas chegaram a viajar. Segundo o jornal, quando foi:

... organizada a primeira caravana, entre outros, foram encaminhados pelo 4º delegado auxiliar para São Paulo, os estudantes Ataliba Leite de Freitas, José de

²⁷¹ *O Radical*, RJ, 30/07/1932.

²⁷² *Correio da Manhã*, RJ, 30/07/1932.

Mello Silveira, Abelardo Marques, Jorge Armeu, Illysses Lemos Torres e Guilherme Ellis. Esse conjunto de estudantes, antes de seguir viagem, encaminhou ao capitão Dulcídio Cardoso, 4º delegado auxiliar, o seguinte telegramma que se segue. “Capitão Dulcídio Cardoso. 4º delegado auxiliar. – Rio. – Avenida, 10-09-32, 19 horas. Em meu nome e no dos estudantes que me acompanham para São Paulo, agradeço do fundo do coração a lealdade com que fomos tratados. (a.) – Guilherme Elis.”²⁷³

Além dos boatos serem propagados pela Rádio Educadora, também se espalhavam através dos opositores do Governo Provisório, que atuavam em locais públicos de grande circulação. No dia 9 de agosto, *O Radical* voltou a combatê-los, dessa vez em situação mais alarmante:

Voltamos, hoje, a afirmar que, na Central do Brasil, elementos reaccionarios fazem verdadeiros “meetings” contra as autoridades constituídas, dentro das proprias dependências daquela repartição. São elementos isolados e que, por isso mesmo, se nos affiguram passíveis de um correctivo, mesmo porque, para atingirem o objectivo visado, que outro não é se não o de despertar a opinião geral, os reaccionarios dão curso aos boatos mais alarmantes. Faz-se mister, affirmamos uma medida urgente e definitiva, por isso mesmo que a maioria esmagadora do funcionalismo daquela repartição está empenhada em collaborar na obra de consolidação dos principios revolucionarios.²⁷⁴

Neste momento, eles surgem de elementos específicos e contrários ao governo. Aqui também surge uma definição para o que o jornal considerava boato: notícias que eram propagadas pelos opositores do Governo Provisório no Distrito Federal. Neste caso, o jornal defende a adoção de medidas repreensivas, pois, apesar de tratar-se de elementos isolados, eles espalham boatos alarmantes visando despertar o que o jornal chama de opinião geral. Nesta matéria, fica evidente que o jornal, ao contrário do que havia afirmado anteriormente, reconhece que estes não eram inofensivos, já que um dos motivos para recomendarem a adoção de medidas corretivas seja o fato de darem curso aos boatos. Também é surpreendente que a sua disseminação tenha ocorrido na Central do Brasil que, como abordamos anteriormente, se encontrava ocupada militarmente desde o dia 11 de julho.

A disseminação dos boatos na cidade fazia parte de uma estratégia deliberada pelos opositores do Governo Provisório para desestabilizar a capital do país. Neste sentido, conseguimos reconstituir parte do *modus operandi* dos boateiros na cidade através da obra de Sertório de Castro.

A ampla maioria dos boatos elencados por Sertório de Castro eram contra o Governo Provisório e diziam respeito à adesão do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais ao movimento

²⁷³ Apesar de a data aparecer como mês 9 se refere ao mês 8 (agosto). *Correio da Manhã*, RJ, 14/08/1932.

²⁷⁴ *O Radical*, RJ, 09/08/1932.

liderado por São Paulo. É neste sentido que o autor anotou, no dia 11 de julho de 1932, a seguinte indagação: “Atitude do Rio Grande? E a de Minas? Conjecturas, fantasias, campo onde proliferava o boato sem freios e sem limitações”²⁷⁵. Os boatos sobre as supostas adesões de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul ao lado de São Paulo possuíam uma clara relação com o fato de terem se constituído frentes únicas de oposição ao Governo Provisório nestes estados. No dia 12 de julho, a possibilidade ainda era aventada e Castro anotou no seu diário:

Corriam rumores insistentes a respeito do triangulo e do sul de Minas. A tropa federal aquartelada em algumas cidades – e citavam-se Tres Corações, Pouso Alegre, e depois Itajubá – havia se recusado a partir, e fizera causa commum com a revolução. O triangulo estava convulsionado. Falava-se numa columna que descia de Goyaz naquella direcção. [...] Grande regozijo nas rodas constitucionalistas que se formam no trecho iluminado das calçadas dos grandes cafés. A noticia circulou celere. “O Rio Grande está connosco!”²⁷⁶

O jornal *A Manhã* também fomentou e publicou os boatos a respeito da posição do Rio Grande do Sul. No dia 09 de setembro, *O Boateiro* de maneira irônica abordou o assunto e afirmou que:

É de inteira calma a situação no Rio Grande do Sul. Ao contrario do que vêm affirmando certos órgãos tendenciosos desta capital, nada de anormal tem occorrido naquella prospera região meridional. Nem o sr. João Neves se encontra em São Paulo nem o sr. Raul Pilla no Uruguay. O sr. Borges de Medeiros, da mesma forma, que se propalava estar homisiado numa fazenda proxima de S. Sepé, encontra-se actualmente em Porto Alegre, vivo e são de lombo.²⁷⁷

Novamente, a coluna do jornal humorístico recorreu a estratégia de mesclar fatos a boatos. No entanto, nessa matéria, o jornal adotou uma postura diferente. Ao invés de afirmar estes últimos, os desmentiu. Dessa forma, *O Boateiro* invertia a situação, de modo que a situação de calma do Rio Grande do Sul passou a ser boato. De maneira irreverente e com humor, *O Boateiro* publicava boatos e fatos da Guerra de 1932. Do mesmo modo, disseminava informações que obviamente eram prejudiciais ao Governo Provisório e deviam influenciar no cotidiano da população do Rio de Janeiro. Havia o rumor na cidade sobre uma possível vitória dos paulistas e *O Boateiro* explorou este fato. Em matéria do dia 9 de setembro, a coluna iludia o leitor com uma matéria intitulada *A marcha paulista sobre o Rio*. Ao ler atentamente a matéria, o indivíduo identificaria a brincadeira do jornal, pois a marcha dos cerca de 15.000 voluntários paulistas era sobre o “Rio Ypyranga” e não o Rio de Janeiro.

²⁷⁵ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 42.

²⁷⁶ _____. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 49.

²⁷⁷ *A Manhã*, RJ, 09/09/1932.

Matérias como esta faziam parte do estilo jornalístico do *A Manhã*, de modo que o seu leitor devia estar habituado. No entanto, o que devemos aqui observar é a direção que estas matérias tomaram durante o conflito e que, possivelmente, representavam o estado de espírito dos jornalistas e talvez da própria população. Se insere neste raciocínio os boatos divulgados pela coluna no dia 2 de setembro, em que o semanário afirmava terem sido feridos o “sr. G. Tulio Vargas”, pelo descuido de um barbeiro que o cortou com uma navalha e o general Waldomiro Lima que, após ser atingido por uma granada de mão no pé, passou a encobrir o fato não mais tirando o sapato²⁷⁸.

Não obstante, a seção *O Boateiro* também abordou a situação do movimento liderado pelo ex-presidente Arthur Bernardes, em Minas Gerais. No dia 16 de setembro, a coluna publicou que:

Confirma-se integralmente os rumores que, ha dias, vem sendo propalados, acerca de qualquer anormalidade que se viria verificando no Estado de Minas Geraes. Por intermedio de pessoa séria, absolutamente insuspeita, casada com um cunhado do secretario particular de uma alta personalidade montanhesa, e, portanto, magnificamente informada dos factos, podemos asseverar que o sr. Arthur Bernardes encontra-se, de facto, á frente da Policia Mineira, em lugar que não nos quiz revelar. Por outro conducto, aliás official, tivemos a confirmação integral dessa noticia. O sr. Arthur Bernardes está, realmente, á frente da Policia Mineira, e, portanto, a Policia Mineira anda atrás dele.²⁷⁹

Os rumores que circulavam sobre a situação do Rio Grande Sul e de Minas Gerais tocavam num ponto fundamental para o Governo Provisório: a adesão dos dois maiores estados da Federação ao movimento iniciado por São Paulo. Ambos os lados da guerra sabiam ser fundamental o apoio destes estados para a respectiva vitória e, por isso, era importante garantir não só o seu apoio como fazer a população saber de que lado estavam.

O jornal *A Manhã* acabou ampliando a disseminação dos boatos, mas não que estes precisassem do auxílio daquele. O jornalista Sertório de Castro nos apontou para um dos locais recorrentes onde os boateiros se reuniam para conversar sobre os acontecimentos e disseminar os boatos, as cafeterias. Obviamente que isto se dava por se tratarem de lugares públicos e de grande circulação. Esta prática parece ter sido um *modus operandi* entre os boateiros, pois no Ceará os “cafés” também eram apontados como locais onde se propagavam essas notícias²⁸⁰. Castro ainda elencou que havia uma separação entre as cafeterias que

²⁷⁸ *A Manhã*, RJ, 02/09/1932.

²⁷⁹ *A Manhã*, RJ, 16/09/1932.

²⁸⁰ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios...*, p. 55.

possuíam posicionamento a favor e contra o governo. Neste caso, o autor nomeou a região como:

O Itararé – aquella vasta faixa de calçada illuminada, cheia de mesinhas com cadeira em torno, pregões de jornaleiros e de boatos, que fica entre o Café Bellas Artes e o Café Nice – desanimado e triste. O Bellas Artes, quartel general dos outubristas de farda e de casaco accusando as depressões produzidas pelo ambiente que envolvia a dictadura e seus associados; o Nice, ponto preferido pelos reaccionarios e pelos constitucionalistas noctambulos, entregue a quase abandono por effeitos do temor do presidio fluctuante no fundo da bahia.²⁸¹

Sertório de Castro faz uma alusão à famosa batalha que não ocorreu na cidade de Itararé em São Paulo durante a revolução de 1930. Naquela ocasião, o presidente Washington Luís foi deposto antes que as tropas lideradas por Getúlio Vargas entrassem em confronto com as tropas federais e com a Força Pública do estado de São Paulo, evitando assim, que o país entrasse numa guerra civil. Castro diz que o Café Bellas Artes era ponto de encontro dos apoiadores do governo, enquanto o Café Nice era frequentado por seus opositores, este último se encontrava vazio porque os seus frequentadores temiam serem presos e levados para o navio prisão D. Pedro I²⁸². O temor dos frequentadores do Café Nice de serem presos também contradiz a postura adotada pelo Governo Provisório na imprensa aliada de que não havia repressão aos boateiros

Da mesma forma que o jornalista Aparício Torelli, a prisão de Sertório de Castro, contradiz a versão do governo de que a polícia não repreendia os boateiros. O jornalista, enquanto apoiador do movimento de São Paulo, não apenas era receptor dos boatos, mas também um transmissor e, em inúmeras passagens do seu diário, percebemos o seu papel de disseminador destas notícias. No dia 13 de julho, registrou que “succediam-se as prisões, e todos quantos, na esphera de suas actividades, cooperavamos com o ardor das nossas convicções – fosse levantando os ânimos abatidos pela campanha dos entorpecentes officiaes, fosse *organizando a necessaria contra-ofensiva dos boatos* [...]”²⁸³.

Para Sertório de Castro, havia uma verdadeira guerra de boatos e, assim como nos periódicos, utilizava termos como ofensiva e contra ofensiva dos boatos. Ainda no dia 13, discorrendo sobre novos rumores que envolviam a provável adesão do Rio Grande do Sul a São Paulo, o autor diria que “si nem tudo isto era rigorosamente verdadeiro, representava, pelo menos, uma represalia condigna aos boatos da mentira oficial”. O soldado a ser

²⁸¹ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 58.

²⁸² É a isto que o autor se refere como “presidio fluctuante no fundo da bahia”. Durante a Guerra de 1932 inúmeros presos políticos eram levados para esta prisão.

²⁸³ Grifo nosso. CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 52.

combatido pelo autor, neste sentido, era a imprensa aliada que espalhava boatos frutos da “mentira oficial”. Na guerra de boatos, não bastava apenas espalhar falsas informações contrárias ao Governo Provisório, também se fazia necessário não dar créditos aos boatos do inimigo. Assim, quando os periódicos anunciaram que o governo havia tomado o túnel da Mantiqueira²⁸⁴, o jornalista afirmou que se tratava de um comunicado falso, que na verdade, as tropas federais haviam sido derrotadas e um batalhão mineiro inteiro foi dizimado e mais de 400 soldados presos²⁸⁵. Neste ponto, também conseguimos entender o que o autor qualificava como boato: aquilo que era propagado pela imprensa aliada a favor do Governo Provisório.

A desconfiança que havia em cima das matérias divulgadas pelos jornais aliados não era restrita a Sertório de Castro. Não conseguimos saber ao certo o nível de credibilidade que a população carioca dava aos jornais - já que havia censura, sobretudo a jornais claramente governistas como *O Radical*. A evidente filiação política do jornal ao Governo Provisório poderia, eventualmente, colocar em dúvida algumas notícias veiculadas, principalmente para os opositores do Governo Provisório. A identificação política do jornal *O Radical*, o tornava suspeito e inimigo daqueles que apoiavam o movimento contra o Governo Federal. Castro registrou que em uma manifestação realizada no dia 21 de julho:

Um grande grupo de estudantes, que se reunio em frente ao Theatro Municipal, iniciava as manifestações em favor da causa constitucionalista, inflammando-se de entusiasmo. Dahi a momentos, alguns mais exaltados arrebatavam das mãos do vendedores grandes maços de jornal tenentista “O Radical” – nome que já havia sido substituído, pela irreverencia carioca, por “Pádical” – e queimavam-nos em frente á Escola de Bellas Artes.²⁸⁶

As notícias veiculadas pelo jornal *O Radical*, principalmente aquelas oriundas de comunicados do governo, eram vistas com desconfiança por parte da população do Distrito Federal e poderiam acabar amplificando o poder dos boatos e, conseqüentemente, perturbar a ordem social.

Provavelmente o que o Governo mais temia nos boatos era a sua capacidade de mobilização da população. Nas duas vezes em que esteve preso, Sertório de Castro narrou uma série de rumores que chegavam até aos ouvidos dos prisioneiros, boatos parecidos com os que o jornalista convivia e ajudava a propagar fora da prisão, como as supostas derrotas das

²⁸⁴ Túnel que representa a divisa entre a cidade paulista de Cruzeiro e a cidade mineira de Passa Quatro. Possuía valor estratégico durante a Guerra de 1932.

²⁸⁵ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 118.

²⁸⁶ _____. *O diário de um Combatente desarmado...*, p.69.

tropas federais. Em uma ocasião, no dia 8 de setembro, chegaram a noticiar a invasão do estado do Rio de Janeiro sendo que as tropas já se encontravam inclusive em Petrópolis a caminho da capital²⁸⁷. No dia 29 de setembro, o jornalista afirmou que o dia amanhecia sob uma “influência depressiva” e que durante a noite providências excepcionais foram tomadas, com vigilância dobrada e guarda reforçada. Segundo o autor, isso se explicava porque:

[...] rumores de uma agitação na cidade, coincidindo com um comício convocado para a tarde de hoje, por meio de boletins clandestinos fartamente distribuídos, carregavam de ameaças a atmosfera. Havia entre os prisioneiros, sem dúvida, alguns mais audazes que vinha se mostrando vivamente inquietos, entregando-se a certos preparativos [...] Uma tentativa de sublevação? Sim. E havia armas escondidas, e havia granadas de mão desde muito introduzidas no presídio, e havia um plano ousadamente arquitetado que talvez fosse posto inopinadamente em prática.²⁸⁸

Para Sertório de Castro, boatos de agitações na cidade, que ocorreriam ao mesmo tempo em que um comício convocado clandestinamente, haviam mobilizado uma parte dos presos a pensarem na possibilidade de se sublevarem, estes teriam inclusive armas escondidas para confrontarem a segurança do presídio.

Sendo assim, defendemos que os boatos na capital representavam uma verdadeira ameaça ao governo e que estes mobilizavam tanto o Governo Provisório quanto os setores oposicionistas na cidade. Neste sentido, podemos observar que os boatos na cidade possuíam categorias diferentes. Para o Governo Provisório, eram as informações propagadas pelos seus opositores. Sendo assim, poderiam ser utilizados de duas formas: visando a difusão de ideias e a arregimentação de apoiadores; ou, a perturbação da ordem, como no caso analisado por Hilton e mencionado no início deste tópico. Em contrapartida, para os opositores do governo, identificamos que havia os boatos “oficiais”. Neste caso, como nos aponta Sertório de Castro, tratava-se das informações disparadas pelo governo e das matérias publicadas na imprensa aliada.

A despeito da ameaça dos boatos e de sua efetividade, sabemos que: chegaram a preocupar Getúlio Vargas; que incomodaram o governo a ponto da polícia do Rio de Janeiro repreender os boateiros; e por último, que foram combatidos intensamente pelo jornal governista *O Radical*. Este último, acabou sendo uma das principais armas utilizadas pelo Governo Provisório no combate à boataria, de modo que uma verdadeira frente de batalha se constituiu nas ruas da capital. Mas diferentemente das sangrentas batalhas que se travavam em São Paulo e em outros pontos do país, a luta era travada contra os boatos. De um lado, a

²⁸⁷ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 215-216.

²⁸⁸ _____. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 268.

imprensa aliada e a repressão da polícia da capital. Do outro, boateiros, oposicionistas do Governo Provisório e a coluna *O Boateiro* do jornal *A Manhã*. Novamente, o que estava em jogo era a conservação da ordem no Distrito Federal e a garantia do apoio da população carioca. A almejada legitimação também se fazia necessária, o que por sua vez justifica a adoção da estratégia de liberdade de fachada no trato com os boateiros e os boatos. Mesmo um ano após o término da Guerra de 1932 os boatos ainda detinham a atenção do governo. Em dezembro de 1933, o ministro da Justiça Francisco Antunes Maciel proibiu, através do *Diário da Assembleia Nacional*, os “boatos de tendenciosidade manifesta”²⁸⁹.

2.3 Comícios, meetings, arruaças e passeatas: manifestações a favor e contra o Governo Provisório

No dia 9 de julho de 1932, Getúlio Vargas realizou a seguinte anotação em seu diário pessoal:

No Rio [Grande] conspira-se. Tudo leva a crer que, se Klinger conseguisse apoio de Mato Grosso e marchasse em direção a São Paulo, encontraria apoio neste estado. Parece que a crise passou. Muito influiu na definição dos acontecimentos a atitude de lealdade e decisão de Flores da Cunha²⁹⁰.

O líder do Governo Provisório se referia ao aparente desfecho da crise militar entre o general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, e o general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, recém nomeado ministro da Guerra. A crise começou com a insatisfação do general Klinger com a presença do tenentismo no Exército e que contava com a simpatia do ex-ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro²⁹¹. Foi neste contexto que ocorreu a escolha do general Cardoso para a pasta da Guerra, o que não serviu para arrefecer o ânimo de Klinger. Este último, considerava Cardoso inapto para a função, além do fato de que seus dois filhos eram ligados ao movimento tenentista – Ciro e Dulcídio do Espírito Santo Cardoso²⁹². O ápice da crise se deu em 1 de julho de 1932, quando o general Klinger enviou um ofício para o ministro Cardoso de caráter agressivo. Segundo Hilton, tratou se certamente do “mais inflamado documento jamais

²⁸⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002, p. 47.

²⁹⁰ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p. 115.

²⁹¹ Para José Augusto Drummond, ainda que Castro tivesse um passado legalista, o general não criou “embaraços a quase irrestrita atividade política dos *tenentes* vitoriosos em 1930”. *O movimento tenentista...*, p. 242.

²⁹² DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista...*, p. 243.

dirigido por um general brasileiro a seu ministro”²⁹³. O ofício enviado por Klinger acabou acarretando na sua reforma administrativa, o que elevou a tensão militar e política entre o Governo Provisório e os seus opositores, sobretudo no Exército²⁹⁴. No entanto, Getúlio Vargas acreditou que a crise havia passado quando o general Klinger entregou o comando da Circunscrição Militar sem realizar nenhum movimento militar ao coronel Oscar Paiva, indicado pelo Governo para substituí-lo. Outro fator que tranquilizou Getúlio Vargas, foi o telegrama enviado pelo interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, concretizando o seu apoio ao Governo Federal²⁹⁵.

Como sabemos, a conclusão de Getúlio Vargas não poderia estar mais errada naquele momento e, no mesmo dia 9, rebentou a guerra em São Paulo. Mesmo com o tempo consumido pelas exigências que a guerra impunha a Vargas, este manteria a constância da sua escrita no diário e, entre os dias 10 e 11 de julho, escreveu uma pequena anotação que anunciava o que tomaria boa parte das suas preocupações nos próximos dias:

Irrompe o movimento revolucionário em São Paulo. Todo o tempo absorvido nas providências para combatê-lo. Morosidades, confusões, atropelos, deficiências de toda ordem, felonias, traições, inércia. Algumas dedicações revolucionárias. Um ato impressionante a solidariedade do Rio Grande, através de Flores da Cunha. A unanimidade do Norte, solidariedade e colaboração dos demais estados... Nomeação do general Góis para comandante da tropa expedicionária. Stock de carabinas no material bélico: apenas 4.700! Os aviões do Exército que deviam voar não tem bombas!²⁹⁶

Neste trecho, Getúlio Vargas menciona a demonstração de lealdade das diferentes regiões do país, com uma atenção especial à fidelidade do Rio Grande do Sul e do seu interventor Flores da Cunha. Além destas menções, Vargas também descreveu o pequeno estoque de material bélico do Exército, uma preocupação que se demonstraria constante em seu diário durante todo o conflito. Ressaltava igualmente, as confusões e traições, tema recorrente nas suas anotações, sobretudo relacionadas ao cotidiano da capital federal. Também é possível perceber, através dos seus registros, o apoio a São Paulo no Distrito Federal.

Devemos ressaltar que a publicação do diário de Getúlio Vargas pela sua neta, Celina Vargas do Amaral Peixoto, nos permite ter uma leitura mais aproximada dos seus reais

²⁹³ HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, p.66.

²⁹⁴ Ainda segundo Drummond, a dicotomia tenentes *versus* legalistas foi um dos fatores que levou ao início das hostilidades da Guerra de 1932. DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista...*, p. 244-245.

²⁹⁵ Para a narrativa detalhada dos acontecimentos que antecederam o início da guerra indicamos o já mencionado livro de Stanley Hilton, *A guerra civil brasileira...*, pp. 63-81.

²⁹⁶ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, pp. 115-116.

pensamentos durante este período. Isto de fato significa uma relevante contribuição para a história que aqui queremos contar. Entretanto, devemos lembrar que a “escrita de si” também é uma construção para a posteridade. No caso de Getúlio Vargas, é bem provável que o autor tivesse consciência deste fato e, portanto, deve ser analisado com cautela e não apenas como um despretenso diário íntimo alimentado apenas para o seu uso pessoal. Para além da finalidade deste trabalho, é interessante observamos o contraste que havia entre o homem público, político, e os pensamentos do chefe do Governo Provisório. Este nem sempre externava seus sentimentos e as suas preocupações, sendo definido por Robert Levine como um realista “e mestre em ocultar suas intenções, Vargas era um homem difícil de ser decifrado, até pelos amigos”²⁹⁷. Sendo assim, seu diário publicado em 1995 também é uma fonte fundamental para a análise do Distrito Federal durante a Guerra de 1932. Novamente lembramos ao nosso leitor que a imprensa se encontrava censurada e que o Governo Provisório temia a atmosfera política na capital, de modo que até mesmo demonstrações de apoio a São Paulo incomodavam e deveriam ser evitadas. Quando ocorriam, não eram noticiadas.

Mesmo diante da convulsão que atingiu o país, Getúlio Vargas procurou aparentar calma. Ao menos aos olhos do seu oficial-de-gabinete Luiz Vergara, que relatou na seguinte passagem a sua rotina junto a Vargas ao longo da guerra:

O trabalho começavas às 7 da manhã e ia pela noite adentro. Algumas vezes, para ganhar tempo, fazia as minhas refeições no próprio Palácio Guanabara. Quase todos os que procuravam o Presidente, civis e militares, se mostravam nervosos e apreensivos. Só ele, imperturbável na sua calma, não se impacientava.²⁹⁸

Recordamos aqui, que o livro de Luiz Vergara foi redigido muitos anos após a guerra civil de 1932 e após o suicídio de Vargas. Esta constatação é importante se levarmos em consideração as reflexões historiográficas acerca das memórias autobiográficas, assim como do impacto causado pela morte do ex-presidente²⁹⁹. Todavia, para Vergara, Getúlio Vargas conseguiu se manter calmo, mesmo diante de uma guerra civil. Mas talvez fosse essa a intenção do chefe de Vergara, demonstrar através da sua calma, ao menos para os próximos, que o movimento não merecia maiores preocupações, o que seria condizente com a própria postura do Governo Provisório.

²⁹⁷ LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?...*, p. 14.

²⁹⁸ VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas...*, pp. 77-78.

²⁹⁹ Reflexões analisadas anteriormente no presente trabalho e que foram inspiradas na obra de GOMES, Angela de Castro e SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

Entretanto, ao consultarmos o diário de Getúlio Vargas, percebemos o contraste da calma que o homem público demonstrava com a apreensão capturada nos seus escritos pessoais. Durante a Guerra de 1932, o seu diário se encheu de notícias do *front* de batalha, o que revela a sua preocupação. A mesma preocupação se estendia e foi registrada no diário sobre os acontecimentos da capital federal. É provável que ainda estivesse na sua memória e de outros líderes do Governo Provisório a vitória da revolução de 1930, quando o presidente Washington Luís foi deposto por uma junta militar que se encontrava no Distrito Federal, sem que fosse necessário a chegada das tropas na cidade.

Neste sentido, logo após o início do conflito, entre os dias 20 e 24 de julho, Getúlio Vargas escreveu no seu diário que os estudantes da capital pediam a suspensão das aulas. Segundo Vargas, este fato foi explorado pelos “perrepistas”, o que resultou em demonstrações “subversivas” na rua. No mesmo parágrafo, revelou ter descoberto “uma conspiração de elementos paulistas que, perdendo a esperança de conseguir a adesão de tropas, resolvem praticar atentados pessoais nesta capital. São feitas várias prisões”³⁰⁰.

O jornalista Sertório de Castro também registrou a manifestação realizada pelos estudantes mencionada por Getúlio Vargas. O registro mais preciso do autor, possivelmente é fruto da sua proximidade maior com os acontecimentos do dia 21 de julho. O autor fornece inúmeros detalhes da revolta popular. Foi nesse dia, inclusive, que os estudantes atacaram e queimaram exemplares do jornal governista *O Radical*. Segundo Castro, a manifestação iniciou-se com a notícia de que violentos combates ocorreram na frente de batalha de Resende, sendo alto o número de feridos e mortos das tropas federais. Diante destes rumores, o centro da cidade agitou-se, levando a aglomeração de estudantes e início da manifestação após às 15 horas no Theatro Municipal. O autor continua a narração do evento e diz que:

... o grande grupo, já consideravelmente engrossado por numerosas pessoas do povo, moveo-se pela avenida [Rio Branco] acima. Ao chegar à galeria Cruzeiro, dominados os manifestantes por um intenso entusiasmo, arrebutaram o famoso quadro onde se affixavam, de momento a momento, as pêtas officiaes divulgadas por aquelle vespertino outubrista [*O Radical*]. E as calçadas, as portas dos estabelecimentos commerciaes e as janellas dos altos sobrados, encheram-se de gente para ver desfilar a multidão que varava o centro entre acclamações a S. Paulo e à constituinte. Era uma demonstração de virilidade que ia empolgando a população. Na esquina da rua do Ouvidor olhos voltados para as sacadas do sobrado onde tem sua séde “O Radical”, como que esperava a multidão alguma scena imprevista e grave. Era a imminencia de um ataque. Mas a onda de manifestantes limitou-se a proromper em assobios e assuadas, entrando pela rua do Ouvidor, que se encheo em toda a sua extensão, até o largo de São Francisco. Ali se postou no proposito de realizar um comicio. Dir-se ia, pelo estado colectivo dos espiritos, que era o começo da agitação, já tão retardada na capital do Paiz. Não tardou que

³⁰⁰ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p. 117.

chegassem um contingente de infantaria e, logo a seguir, um numeroso piquete de cavallaria da Policia Militar. Começaram, então, as correrias e o tumulto. Desciam estrepitosamente, numa sensação de perigo immediato, as cortinas de aço das casas commerciaes, e durante muito tempo permaneceu o centro em sobressaltos, refluindo do Largo de São Francisco para as ruas circumvisinhas grupos de fugitivos em corridas desabaladas. As primeiras pedras cruzavam-se no alto. E milhares de vozes humanas, em gritos desconcertantes, continuavam no seu clamor:

- Abaixo a Dictadura!

- Viva S. Paulo!

- Viva o general Klinger!

- Viva o general Isidoro!

Não seria o prenuncio de uma revolução civil? ³⁰¹

A descrição da manifestação por Sertório de Castro deve ser analisada com cuidado por conta do evidente posicionamento político do jornalista. No entanto, ao compararmos sua anotação com o registro realizado por Getúlio Vargas podemos perceber a proporção que a manifestação tomou. A importância do evento foi assumida pelo próprio relato do chefe do governo que revelou ter sido necessário realizar “várias prisões”. Também devemos ressaltar que a manifestação começou, segundo Castro, por conta de rumores oriundos da frente de batalha. Tal dado reforça a nossa hipótese sobre a capacidade de ação dos boatos. Neste caso, a mobilização inicial de estudantes, cujo ato levou a posterior adesão da população, em um claro sinal de apoio a São Paulo. O grupo, a princípio pequeno, engrossou conforme caminhava pela principal avenida da cidade, assim como, por ruas importantes do centro urbano da capital. Ao longo deste trajeto, chegou a hostilizar *O Radical* com assobios e vaias. Os manifestantes somente sofreram a repressão da Polícia Militar quando chegaram no largo de São Francisco, local onde se pretendia realizar um comício. Com a chegada dos policiais, deu-se início a um tumulto e os manifestantes chegaram a revidar atirando pedras e entoando frases de apoio a São Paulo e contra o Governo Provisório. Interessante notar que em momento algum Sertório de Castro faz alusão aos “perrepistas” mencionados por Getúlio Vargas no seu diário e que estariam infiltrados entre os manifestantes. Pelo contrário, refere-se ao movimento como uma possível ação tardia da população da capital do país. É evidente que Castro pode ter ocultado esta informação, no entanto, pela análise que realizamos do seu diário, acreditamos que se fosse este o caso ele teria revelado tal fato. Como vimos anteriormente, Sertório de Castro não ocultou ao longo do seu diário o seu posicionamento político favorável ao estado paulista, sendo um franco opositor do Governo Provisório.

Mesmo que o Governo Provisório conseguisse conter manifestações contrárias a ele no Distrito Federal, estas devem ter impactado e causado apreensão nos elementos governistas. Ainda que a manifestação relatada acima fosse pontual, é digno de nota que tenha

³⁰¹ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 69-70.

ocorrido em plena Guerra e no centro do Distrito Federal, justamente quando a manutenção da ordem era crucial para o governo. O efeito de demonstrações como estas preocupavam o governo federal. Neste sentido, José Murilo de Carvalho, no seu clássico texto sobre a Revolta da Vacina, ao analisar a possibilidade de um dos motivos da sedição ter sido provocado por setores políticos que visavam um assalto ao poder, afirma que para o êxito de uma empreitada deste tipo “era necessário ter algum apoio popular, seja para legitimar o golpe, seja para criar condições psicológicas a fim de convencer os indecisos no meio da própria elite, civil ou militar”³⁰². Neste aspecto, não estamos afirmando que todas as manifestações na capital fossem orquestradas ou planejadas por elementos oposicionistas do governo, ainda que pudessem ser incitadas como veremos mais à frente. No entanto, o advento destas, certamente, deve ter impactado os membros do governo.

Esta era a preocupação de um dos principais aliados de Getúlio Vargas. No dia 18 de julho, do *front* de batalha em Barra Mansa, o general Góis Monteiro escreveu uma carta que, além de manter Getúlio Vargas informado sobre o campo de batalha, demonstrava a sua apreensão com a situação da capital federal. Nesta, o general dizia que:

Acaba de chegar aqui, a chamado meu, o João Alberto. Sei de suas atividades no Rio, e enquanto não se tiver organizado o destacamento que elle há de commandar, acho de toda conveniência para nós que permaneça na Capital. Alem de mais, não será aconselhavel o seu afastamento, enquanto não tivermos a segurança absoluta de que não surgiram possibilidades de perturbação de ordem, ahi.³⁰³

Góis Monteiro recomendou a Getúlio Vargas que o então capitão João Alberto permanecesse no Rio de Janeiro até que o destacamento que seria comandado por ele estivesse pronto. O general aconselhava, ainda, que a partida de João Alberto se desse apenas após a garantia de não haver nenhuma possibilidade de perturbação da ordem no Distrito Federal. Desde o dia 15 de abril de 1932, João Alberto era chefe de Polícia da capital do país. Nomeado por Vargas, criou a Polícia Especial, especializada em distúrbios de rua e responsável pela prisão de inúmeros políticos acusados de conspirar contra o Governo³⁰⁴, o que, por sua vez, explica a preocupação de Góis Monteiro em mantê-lo na capital³⁰⁵.

A preocupação e percepção por parte de Getúlio Vargas e de seus aliados políticos não eram isoladas. Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, mencionou no seu livro de memórias,

³⁰² CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados...*, p. 127.

³⁰³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, doravante CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1932.07.18/2, data 18/07/1932.

³⁰⁴ In verbete: João Alberto, DHBB/CPDOC, s/p.

³⁰⁵ Na ausência do João Alberto assumiu o capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, filho do ministro da Guerra. Indivíduo que terá maior destaque no próximo capítulo. *O Radical*, RJ, 11/07/1932.

publicado no ano de 1960 em homenagem ao pai, que “dentro do colégio tínhamos que de estar atentos a qualquer pergunta maldosa e aos olhares irônicos. Era moda ser constitucionalista, entre os estudantes”³⁰⁶. Ainda que a oposição neste caso esteja relacionada “apenas” a estudantes, nos impressiona a dimensão de uma opinião contrária ao Governo Provisório na cidade.

Nas fontes analisadas não encontramos muitas informações referente à passeatas, comícios ou qualquer manifestação favorável ao Governo Provisório na capital. Nos diários de Getúlio Vargas e de Sertório de Castro não há nenhum registro detalhado sobre eventos desta natureza, apenas breves comentários. Foi na imprensa que conseguimos encontrar matérias relacionadas a convocação de dois comícios solidários ao governo. Ambos foram convocados pela Legião Cívica 5 de Julho, instituição vinculada ao tenentismo³⁰⁷. Na primeira matéria, a Legião convocava, para o dia 11 de julho, “às 5 horas da tarde, um grande comício na escadaria do Theatro Municipal, sobre os acontecimentos, etc”³⁰⁸. O *meeting* da Legião foi alvo de matéria do jornal *Correio da Manhã*. Que relatou:

Promovido pela Legião 5 de Julho, realizou-se hontem, nas escadarias do Theatro Municipal á praça Floriano, um comício em favor do governo provisório. O "meeting" teve início as 5 horas da tarde. A comissão organizadora postou-se ao alto da escadaria, empunhando as bandeiras Nacional e da Legião e cartazes com legendas. O primeiro orador foi o sr. Amoacyr Niemeyer, que falou contra o movimento iniciado em São Paulo. Seguiu-se-lhe com a palavra uma senhora, d. Ursula de Medeiros, que terminou dando um viva ao sr. Getúlio Vargas. Outros oradores ainda fizeram-se ouvir, terminando o comício na melhor ordem.³⁰⁹

Segundo o *Correio da Manhã*, o comício realizado pela Legião terminou na “melhor ordem”, o que contrasta com a violenta manifestação de oposição ao Governo Provisório analisada por nós anteriormente. O combatente *O Radical* não perdeu a oportunidade de noticiar em suas páginas o movimento a favor do governo. Sua versão sobre os fatos é reveladora. Na matéria que publicou, noticia que:

... a União Cívica 5 de julho, com todos os seus componentes e mais pessoas que espontaneamente se associaram, reuniu-se na Avenida da Nações e iniciou uma grande passeata pelas ruas da cidade, em homenagem ao Chefe do Governo

³⁰⁶ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Editora Globo S.A, 1960, p. 85.

³⁰⁷ Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro a Legião foi uma organização “política apartidária, também chamada Legião 5 de Julho, surgida em 1931 dentro do movimento de criação de legiões revolucionárias em todo o país, liderado pelos ‘tenentes’. Tinha sede no Rio de Janeiro, e uma filial em São Paulo. Seu objetivo era ‘pugnar pela obra de renovação política, social, cultural e econômica iniciada com as revoltas tenentistas de 1922 e 1924 e com a Revolução de 3 de outubro de 1930’. Desapareceu em 1934.” In verbete: Legião Cívica 5 de Julho, DHBB/CPDOC, s/p.

³⁰⁸ *O Radical*, RJ, 11/07/1932.

³⁰⁹ *Correio da Manhã*, RJ, 12/07/1932.

Provisorio e protesto contra os inimigos da revolução triumphante em 1930. Posta em marcha, levando a frente as bandeiras da Republica e daquela agremiação, desceu a Avenida Rio Branco em constantes vivas a Revolução, ao dr. Getúlio Vargas, ao Exercito, á Armada, ao Rio Grande e a Minas. Ao chegar em frente a esta redacção, já o prestito se compunha de centenas de pessoas, fazendo uma ligeira parada, prorrompendo em insistentes aclamações de O RADICAL. Esse gesto que muito nos sensibilizou diz bem da mentalidade do nosso povo que está coheso e forte ao lado da sua causa que é também a nossa - a de repudio aos tyranos e profissionais da politica.³¹⁰

Para o jornal, o evento organizado pela comissão da Legião Cívica 5 de Julho e composta pelos seus componentes, teria recebido ainda a adesão espontânea de pessoas. Não negamos que este fato possa ter ocorrido, no entanto, o que queremos ressaltar, é a menção mesmo pelo jornal. É evidente que o órgão tenentista procurou demonstrar que o *meeting* foi engrossado pela população da cidade e que não estava vinculada a Legião, num claro sinal de apoio espontâneo ao governo. As vivas entoadas durante a passeata em nome do Exército e da Armada procuravam demonstrar para a população que estas forças se encontravam coesas em torno do governo. Já as vivas para os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, remetiam ao fato destes estados serem considerados decisivos para assegurar a vitória militar do Governo Provisório. Como vimos no tópico anterior, inúmeros boatos a respeito do posicionamento político destes estados circularam na cidade e até foram estimulados pelos boateiros, o que forçou a atitude do governo de explicitar de que lado estavam estes estados. Também ficou nítido, através desta matéria, a identificação do jornal com o movimento tenentista e com o Governo Provisório, quando os manifestantes aclamaram o jornal. O que explica a identificação do periódico como aliado do governo pelos seus opositores, e, consequentemente alvo destes.

Sertório de Castro, em registro sobre o evento, nos apresenta uma perspectiva distinta da apresentada pelo *O Radical* e o *Correio da Manhã*. Segundo a visão de Castro sobre o comício:

Á tarde realisava-se o comicio anunciado. Pela Avenida Rio Branco desfilou um cortejo de automoveis abertos, vindos da Praça Mauá, conduzindo aquelles eternos estivadores incumbidos de figurar como povo em actos como aquelle, e empunhando os estandartes das associações de sua classe. Perante um grupo de umas duzentas pessoas acumuladas naquella escadaria, alguns oradores, entre os quaes uma alentada e gesticulante senhora que se dizia representante da mulher brasileira, fizeram como lhes foi possivel a apologia do dictador, lapidaram a S. Paulo e seus homens. Os estudantes da Escola Nacional de Bellas Artes, porém, recusaram-se a tomar a serio aquella cerimonia civica, e munidos de alto-falantes interrompiam a cada momento, entre risadas sadias dos transeuntes que cautelosamente se afastavam quanto possivel, em seu trajecto pelo local, das

³¹⁰ *O Radical*, RJ, 12/07/1932.

escadarias ocupadas pela minguada multidão, as hyperboles e as objurgatórias dos oradores, com exclamações como esta:
 - Viva São Paulo! Viva o general Klinger!³¹¹

Para o jornalista, as pessoas presentes no comício eram estivadores que ali estavam para figurarem como o “povo”. Dessa forma, Castro procurou diminuir a adesão popular e espontânea ao comício o que, conseqüentemente, seria um sinal de pouco apoio ao governo naquele momento. Podemos perceber que o relato de Castro, neste ponto, difere substancialmente do jornal *O Radical*. Devemos ponderar que entre as diferentes versões sobre o *meeting*, a dicotomia do posicionamento político de ambas as fontes aqui analisadas, assim como os seus diferentes relatos sobre o evento não nos permitiu chegar a uma conclusão satisfatória. Contudo, esta observação não nos impede de conjecturar e neste sentido acreditamos que a relativização seja o caminho, retirando as possíveis certezas e afirmações de ambas as fontes. Sendo assim, defendemos que o comício recebeu adesão de populares, pois é óbvio que o Governo Provisório contava com apoio de parte da sociedade. Em contrapartida, por ter sido organizado pela Legião Cívica 5 de Julho, nada mais natural que significativa parcela das pessoas no comício fossem ligadas à organização ou às classes profissionais simpatizantes do governo.

Ainda sobre o relato de Sertório de Castro, observamos novamente a presença de estudantes em situação de oposição ao Governo Provisório, entoando vivas a São Paulo e ao comandante das forças militares deste estado durante a Guerra de 1932, general Klinger. Entretanto, neste caso específico, a oposição dos estudantes da Escola Nacional de Bellas Artes parece estar vinculada a uma querela da instituição com o Governo Provisório. Em matéria publicada no dia 14 de julho, três dias após o comício, *O Radical* desvelou a razão. Esta foi oriunda de uma insatisfação da Escola com o Governo Provisório que havia dissolvido, após a vitória da revolução de 1930, o Conselho Superior de Bellas Artes. Segundo o jornal, o Conselho era responsável por “jogar” com o destino dos artistas nacionais, além de “inútil e prejudicial as artes brasileiras”. *O Radical* explicou, que após a dissolução do conselho o governo havia “arejado” a Escola com novas diretrizes pedagógicas elaboradas por “técnicos competentes”. No entanto, segundo o periódico, os membros do conselho vinculados à “República Velha” estavam tentando a criação do “Conselho Technico de Bellas Artes”, que seria composto pelos mesmos elementos que “sempre agiu negativamente sobre a arte brasileira, entravando-lhe o desenvolvimento, desorientando-a e

³¹¹ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 42-43.

combatendo, sempre e sempre, quaesquer movimentos de renovação”³¹². Sendo assim, é possível que a oposição dos estudantes da Escola Nacional de Bellas Artes estivesse vinculada à administração da instituição pelo governo.

Na mesma edição em que *O Radical* convocou para o comício do dia 11, o jornal publicou mais uma convocação da Legião Cívica para a realização de outro comício que seria realizado no sábado seguinte, dia 16 de julho. Novamente, o encontro seria no Teatro Municipal, às 17 horas. Nas palavras do jornal, a convocação era para um:

... 'meeting' monstro, onde se farão ouvir varios oradores. Após o 'emeting' os legionarios e o povo se dirigirão no Palacio do Catete, onde, numa demonstração de patriotismo, protestarão sua solidariedade e apoio ao illuste dr. Getulio Vargas, digno chefe do Governo Provisorio.³¹³

Ao contrário do que esperávamos, o *O Radical* não publicou nenhuma matéria sobre o comício³¹⁴. Contudo, o *Correio da Manhã* cobriu o evento. Segundo este:

A demonstração publica que a Legião Civica 5 de Julho, vinha profusamente annunciando nos ultimos dias, teve lugar, hontem, ás 5 horas da tarde, defronte ao Theatro Municipal. Um popular, num travesti de fraque valendo-se da presença de pequeno grupo de curiosos, que se reuniam antes da hora do 'meeting' nas immediações do Theatro Municipal, pretendeu pilheriar, desvirtuando o sentido da manifestação, no que foi mal sucedido. Afinal, já então com grande aglomeração popular, precisamente as 5 horas da tarde, chegou ao local a commissão promotora do comicio, representando a Legião Civica 5 de Julho. No topo da escadaria do Municipal, postaram-se dois porta-estandartes, sobraçando o pavilhão da Legião e a Bandeira Nacional. Uma banda de musica do 1º Batalhão da Policia Militar, antes de falarem os oradores executou uma marcha. Dez minutos decorridos, as 5 horas e 10 minutos da tarde, assomou na tribuna o dr. Collares Junior, que falou na qualidade de delegado do Club 3 de Outubro. Desculpa-se, no exordio do atrazo na realização do 'meeting', dada a demora que teve em intervir junto a policia para ali ter logar a reunião, uma vez que insistiam as autoridades na localização da massa popular na esplanada do Castello. Attendendo, porém, ao caracter patriotico do 'meeting', a policia cedeu. Fazem-se ouvir outros oradores, entre elles o sr. Clovis Nobrega, ainda pelo Club 3 de Outubro, sendo então collocados, ao lado dos pavilhões da Legião e do Brasil cartazes com saudações 'ao grande ministro José Américo'. E a massa popular, pressurosa de acolher o ministro da Viação, na sua chegada a esta capital a bordo do 'Almirante Alexandrino' deslocou-se até no caes da praça Mauá.³¹⁵

A cobertura realizada pelo *Correio da Manhã* sobre o comício do dia 16 também é bastante reveladora e nos oferece alguns elementos para análise. Em primeiro lugar,

³¹² *O Radical*, RJ, 14/07/1932.

³¹³ *O Radical*, RJ, 12/07/1932.

³¹⁴ Devemos informar que a edição do dia 18 do jornal *O Radical*, tem alguns trechos desgastados pela ação do tempo, o que dificulta a sua leitura. No entanto, mesmo nestas áreas, a pouca leitura que conseguimos realizar não indicou para nenhuma matéria sobre o comício.

³¹⁵ *Correio da Manhã*, RJ, 17/07/1932.

destacamos a presença de uma personagem que o jornal nomeou “travesti de fraque” e que se fez presente no evento com o intuito de desvirtuar o sentido da manifestação. Aqui, nos resta apenas conjecturar com a seguinte questão: seria uma pilhéria ou se tratava de um protesto realizado por um opositor do governo? Além deste aspecto, ressaltamos a organização do evento que teve mais tempo para se preparar do que o *meeting* realizado no dia 12 e convocado às pressas pela Legião. Sendo assim, o evento pode contar até com a presença da banda de música do 1º Batalhão da Polícia Militar da capital. O aspecto mais organizado do comício também pode estar relacionado ao fato de que após a sua realização estava previsto o seu deslocamento para o cais da Praça Mauá, aonde os manifestantes iriam recepcionar o ministro da Viação José Américo.

No entanto, o que mais nos chamou a atenção no comício foi o discurso do dr. Collares Junior, delegado representante do Club 3 de Outubro. Collares Junior explicou, que o atraso do comício se deu porque a polícia estava relutante em liberar o evento em frente ao Teatro Municipal, insistindo na sua transferência para a esplanada do Castelo. Neste sentido, duas são as interpretações possíveis para esta postura da polícia. A primeira leva em consideração o temor de que a manifestação pudesse receber um elevado número de manifestantes, o que poderia ocasionar conflitos, pondo em risco os manifestantes. Uma outra possibilidade, que é a que mais nos convence, é que talvez a polícia esperasse elementos ou manifestações contrárias ao Governo Provisório e que seriam mais fáceis de reprimir na esplanada do Castelo. Esta hipótese é reforçada pelo fato da matéria afirmar que a polícia permitiu a realização do comício no Teatro Municipal porque foi convencida do caráter “patriótico do meeting”.

Após o comício do dia 16, não encontramos mais nenhuma matéria na imprensa sobre a realização de qualquer manifestação favorável ao Governo Provisório, exceto aquelas realizadas por ocasião da chegada de tropas ou de políticos e militares proeminentes. Outrossim, não encontramos mais convocação da Legião Cívica 5 de Julho para qualquer evento desta natureza. Para esta última, ao que nos parece, seus esforços ao longo da guerra foram redirecionados para campanhas de arrecadação de agasalhos para os soldados do *front* e nos preparativos dos legionários que lutariam em defesa do governo³¹⁶. Quanto ao Governo Provisório, provavelmente este não quis mais correr riscos de manifestações que poderiam levar a eventuais distúrbios da ordem, sobretudo estimulados pelos seus opositores. O que não impediu que as manifestações continuassem a ocorrer, só que contrárias ao governo.

³¹⁶ Ao longo da Guerra de 1932 foram várias notas emitidas pela Legião na imprensa divulgando este fato, tanto no *O Radical* quanto no *Correio da Manhã*.

Entre os dias 1 e 2 de agosto, Getúlio Vargas voltou a registrar em seu diário manifestações contrárias ao seu governo. Na anotação destes dias, além de notícias sobre o *front* de batalhas, registrou que:

As anunciadas revoltas, *meetings* etc. reduzem-se a algumas arruaças promovidas por um grupo de mulheres exaltadas, de reconhecida filiação política, através das quais alguns homens se aproveitam para insultar a polícia. Continuaram os boatos de conspirações nesta capital para a prática de atentados contra membros do governo.³¹⁷

O chefe do Governo Provisório minimizou o movimento dizendo que não passava de arruaças e que estava vinculado a setores políticos reconhecidos, provavelmente de oposição. Recorrendo a mesma estratégia utilizada por Sertório de Castro, Vargas questionava a legitimidade do evento, dizendo que foram elementos específicos e partidários que participaram da “arruaça”, não fazendo parte, portanto, do povo. Para além desta questão, o presidente retomou a questão do boato que, em conjunto com as manifestações, provavelmente aumentavam a apreensão do político. Do contrário, não mereceriam o registro em seu diário.

No que diz respeito às “anunciadas revoltas, meetings etc”, mencionadas por Getúlio Vargas, nos interessa aqui saber de onde partia o comando para estas manifestações. Em seu registro, Vargas não nos responde a esta questão. Mas, o que o seu diário oculta, o de Sertório de Castro revela. Com base na sua publicação, conseguimos identificar o motivo e a origem do movimento que resultou nas “arruaças”. Segundo Castro, tratou-se de um apelo realizado no dia 28 de julho pelo rádio, aonde a “voz de São Paulo” teria convidado os cariocas para uma parada silenciosa às 12 horas do dia 1 de agosto, em homenagem aos mortos das frentes de batalhas. Segundo o jornalista, a mocidade das escolas, universitários entre outros membros da sociedade carioca chegaram a quotizar um valor para a confecção de boletins convocando para a manifestação. Os convites foram distribuídos no dia 29 de julho, na parte da tarde e da noite. Ainda segundo o autor, a polícia chegou a efetuar algumas prisões de quem estava distribuindo os boletins, mas outros elementos os substituíram nesta tarefa³¹⁸.

Sertório de Castro também dedicou uma significativa parte do seu registro sobre o dia 1 de agosto a manifestação. Segundo o autor, o dia havia começado de maneira atípica sem as ameaças policiais e a presença da infantaria que andava armada pelas ruas da cidade com carabinas. Castro escreveu que o ambiente da cidade parecia “mesmo natural, dada a

³¹⁷ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p. 120.

³¹⁸ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, pp. 100-102.

anormalidade da situação que atravessa o paiz”³¹⁹. No que diz respeito à manifestação, registrou que, após às 11 horas da manhã, a cidade foi “se animando de modo impressionante” e que as pessoas chegavam de bonde, de ônibus, de trem pela Estação Pedro II e até mesmo em veículos particulares. A multidão, segundo Castro, era tão grande, que da estação ferroviária iam andando até o centro, pois os automóveis eram insuficientes. Entre outras localidades, a galeria Cruzeiro e suas imediações, Rua Sete de Setembro, São José, do Ouvidor, Alfândega, Rosário e Avenida Rio Branco acima encontravam-se cheias. Segundo Castro, “a população havia acudido com entusiasmo previsto ao apelo de S. Paulo, desprezando com serenidade e bravura as ameaças da policia”. A manifestação contrária ao governo, segundo Castro, ocorreu no primeiro momento sem nenhuma repressão da polícia, mas não foi assim até o seu final. A este respeito, Castro narrou, ao longo de mais de 4 páginas, inúmeras situações referentes à repressão da polícia contra a manifestação. Nesta, segundo o autor, foi empregada a cavalaria e até mesmo o relato de disparos de armas de fogos na direção dos manifestantes. O jornalista, simpatizante do movimento eclodido em São Paulo, concluiria da seguinte forma a postura da população carioca na manifestação:

Mas a população civil foi brava, foi heroica, e deste dia em diante a causa de S. Paulo ganhou um aliado de grande eficiência. O povo carioca, com efeito, si ainda não lhe havia dado a sua adesão integral, fel-o hoje. Pode-se dizer que não havia mais divergência, em seu seio. S. Paulo contava, desde esta data inesquecível, com a unanimidade de seu apoio e de seu entusiasmo.³²⁰

A probabilidade da orientação política de Sertório de Castro influenciar em seu relato sobre a manifestação é alta. Além disso, é estranho que a polícia deixasse que o evento tomasse tamanha projeção, ao menos com a liberdade que registrou o autor, isto porque no dia 21 de julho o governo já havia enfrentado um movimento de oposição na cidade, o que deve ter deixado as autoridades em alerta para estes protestos. No entanto, o fato de jornais como *O Radical* e o *Correio da Manhã* não publicarem estas manifestações, demonstram que elas eram grandes o suficiente para incomodar o governo, sobretudo neste momento em que este último precisava do apoio e legitimação da população. Da mesma forma, é expressivo que estas manifestações merecessem a atenção de Getúlio Vargas no seu diário, rivalizando com assuntos relacionados ao *front* de batalhas em São Paulo e em outros estados, voluntariado, municiação das tropas do Governo Provisório, conspirações, negociações para a paz, etc.

³¹⁹ CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*, p. 108.

³²⁰ Para o relato completo da manifestação realizada no dia 1 de agosto consultar as páginas 110-115. CASTRO, Sertório de. *O diário de um Combatente desarmado...*

Até o final do conflito, o chefe do governo voltaria a registrar mais algumas vezes eventos desta natureza. No dia 22 de agosto³²¹, registrou:

Pouco antes do almoço, chegou Osvaldo Aranha, afirmando que às 14 horas rebentaria um movimento sedicioso na capital. Tudo estava preparado para isso, e os avisos eram constantes. Às 14 horas, explodiram duas bombas no recinto da exposição. Era o sinal convencionado. O povo aglomerou-se, vivas a São Paulo, e ficaram aguardando o pronunciamento das tropas. Estas permaneceram fiéis. Houve algumas prisões de exaltados, ligeiras correrias na avenida e tudo.³²²

Neste relato, podemos notar indícios de que a atenção de Getúlio Vargas e de seus aliados sobre as manifestações na capital faziam parte de uma preocupação maior. Como já afirmamos anteriormente, tratava-se da constituição de um *front* interno que visava a mobilização total da sociedade para o Estado. Nesta ótica, mobilização, legitimação e o apoio da sociedade carioca eram fundamentais para o Governo Provisório, principalmente por se tratar da capital do país. A preocupação de Vargas e dos elementos governistas também foi acrescida pelo temor de conspirações que poderiam pôr em risco a vitória de seu governo. Como veremos a seguir, este medo não era infundado, ou no mínimo era justificado.

³²¹ Trata-se do evento também estudado por Stanley Hilton e analisado por nós no tópico 2.2 por também se relacionar aos boatos que circulavam na cidade.

³²² VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p. 125.

CAPÍTULO 3 - CLANDESTINIDADE, ESPIONAGEM E CONSPIRAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL: AS ATUAÇÕES DA OPOSIÇÃO E DO GOVERNO PROVISÓRIO DURANTE A GUERRA DE 1932

3.1 *Sustentae o fogo que a Victoria é nossa!*: jornais clandestinos no Distrito Federal durante a Guerra de 1932

Desde o advento da revolução de 1930, a imprensa como principal meio de comunicação de massa recebeu atenção especial por parte do Governo Provisório. Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, assim “que a vitória dos revoltosos foi confirmada, vários periódicos identificados com a chamada República Velha foram alvos de ataques e acabaram sendo empastelados”³²³. Segundo estas autoras, já em meados de 1931 o governo criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Criado com o intuito de evitar notícias “alarmantes, infundadas e tendenciosas”, cada jornal contava com um membro deste departamento. Entretanto, mesmo com a criação do DOP, o governo passou a contar com uma série de jornais oposicionistas que passaram para a oposição com o acirramento da tensão política entre os anos de 1930 e 1932. A presença de agentes do DOP não foi suficiente e os jornais utilizavam uma série de expedientes para conseguir burlar a censura. Foi neste contexto que o Governo Provisório decidiu reagir, criando periódicos próprios como *O Tempo* em São Paulo e *O Radical* no Rio de Janeiro³²⁴.

Basicamente durante toda a chamada Era Vargas a imprensa esteve sob vigilância do governo. O DOP, neste contexto, representou o início de um longo processo de criação de órgãos de controle da imprensa e propaganda no período. Dessa forma, o DOP se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) em 1934; o DPDC foi substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) em 1938; e a culminância deste processo ocorreu com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939³²⁵. Nelson Werneck Sodré observou que foi exatamente na fase ditatorial da Era Vargas

³²³ MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 54.

³²⁴ _____. *Imprensa e cidade...*, pp. 54-57.

³²⁵ LUCA, Tania Regina. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil...*, p. 170.

que a Associação Brasileira de Imprensa teve o seu patrimônio enriquecido³²⁶. Marialva Barbosa, diz que o período inaugurado em 1930 é marcado por ambiguidades no campo jornalístico. Segundo a autora, o período é sempre lembrado nos depoimentos dos homens da imprensa como um momento de total cerceamento de liberdade. Entretanto, Barbosa afirma que não se pode considerar de forma unânime que toda a grande imprensa foi atingida negativamente pela política ditatorial de Getúlio Vargas. Para Barbosa:

A complexidade das relações políticas , que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funciona nas cercanias do poder. Ainda que haja a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio - para atingir um público agora identificado como massa , há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa que divergências.³²⁷

Como demonstramos no capítulo anterior, no caso específico do Distrito Federal, o Governo Provisório, ao criar o Departamento de Censura e Publicidade³²⁸, conseguiu censurar com eficiência os órgãos da imprensa carioca. Ainda segundo Marialva Barbosa, com base em depoimento do jornalista Álvaro Vieira, foi a partir da Guerra de 1932 que a censura passou a ser prévia e que os censores se transferiram para as redações dos jornais³²⁹. Esta medida, fez com que os opositores do governo ficassem sem espaços na imprensa para divulgar e acessar notícias que consideravam condizentes com o seu posicionamento político. Além disso, a censura implementada pelo governo, fez com que os opositores desacreditassem de alguns jornais, sobretudo os ligados ao governo, como *O Radical*. Dessa forma, uma das soluções criadas pela oposição foi recorrer à publicação de jornais clandestinos.

Durante a Guerra de 1932, circularam clandestinamente na capital, os jornais *A Estrella* e o *Nove de Julho*. Dada a natureza clandestina da sua publicação, *A Estrella* contava com um *layout* simples, sem imagens e com apenas quatro páginas (ver figura:1). Os artigos do jornal não eram assinados, exceto quando se tratavam de manifestos e proclamações de indivíduos que se encontravam em outras regiões do país, marcadamente São Paulo. De vida efêmera, *A Estrella* contou com seis edições, sendo que conseguimos acesso a apenas quatro

³²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 354.

³²⁷ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa...*, p. 103.

³²⁸ Conforme o decreto 21.611 de 12 de julho de 1932.

³²⁹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa...*, p. 120.

edições suas³³⁰. No caso do *Nove de Julho*, tivemos acesso a apenas duas edições³³¹. Ainda sobre o *Nove de Julho*, o jornal parece ter contado com um suporte maior, tendo em vista que o jornal mantinha um *layout* mais primoroso e que em suas duas edições foram utilizadas imagens (vide figura: 2)³³².

Figura 1: Primeira edição do jornal A Estrela.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

³³⁰ As edições 1, 2 e 4 de *A Estrela* foram consultadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e se encontram disponíveis no site da instituição. Já a sua sexta edição se encontra na Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Não conseguimos localizar a edições correspondentes ao número 3 e 5 do jornal.

³³¹ Ambas as edições foram consultadas na Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

³³² Boris Kossoy afirma que as imagens eram um importante aliado dos jornais revolucionários, sobretudo numa sociedade em que a taxa de analfabetismo é elevada. Ainda a este respeito, quando utilizadas fotografias nos jornais sediciosos, estas tinham a intenção de denunciar ou testemunhar determinado fato. A segunda edição do *Nove de Julho* utilizou deste recurso ao publicar a fotografia dos presos políticos que se encontravam no navio prisão *Pedro I*, com o intuito de denunciar a lotação dos presídios e criticar a atuação da polícia (Figura: 3). Esta matéria será analisada mais a frente. KOSSOY, Boris. “O jornalismo revolucionário ilustrado”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KOSSOY, Boris (Organizadores). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, pp. 11-18.

Figura 2: Jornal Nove de Julho³³³.

Fonte: Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

A publicação de jornais como *A Estrella* e o *Nove de Julho* serviu para que os opositores do Governo Provisório tivessem acesso às informações não veiculadas na grande imprensa³³⁴ por conta da censura. Além disso, como pudemos ver através do jornalista Sertório de Castro, havia uma descrença, pelo menos para os opositores, das matérias veiculadas pela ampla maioria dos jornais. Neste sentido, já na sua primeira edição do dia 25 de julho de 1932, *A Estrella* justificou o seu aparecimento. Segundo seus autores:

Num momento angustioso e emocionante como este, em que o povo vê desertar do campo da honra, por falta de energia moral ou por qualquer outro motivo, os jornaes que em outros tempos, se diziam defensores calorosos de seus direitos; nesta hora, que é a mais grave de quantas temos vivido, depois da implantação da República

³³³ Edição do dia 27 de agosto de 1932.

³³⁴ Segundo Nelson Werneck Sodré, a grande imprensa se constituiu no início do século XX e é fenômeno sobretudo das capitais, aonde o jornal ingressa definitivamente na fase industrial, sendo pequena ou não a imprensa era agora uma empresa com estrutura comercial inequívoca. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil...*, pp. 314-315. Tania Regina de Luca, afirma que a expressão grande imprensa é vaga e imprecisa, mas de forma genérica “designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: MARTINS, Ana Luíza e LUCA, Tania Regina (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil...*, p. 149.

entre nós, quando a Dictadura, desesperada, impede, por todos os meios e modos, a circulação da verdade, - o apparecimento desta humilde folha, tão modesta no tamanho como grande commetimento, é mais, muito mais que uma necessidade: - chega a ser um dever. Ha uma quinzena que esse mesmo povo, esse pobre e desgraçado povo, abre sofregamente as gazetas cariocas, em busca de uma noticia que o ponha ao par da situação, ou de uma palavra; mesmo velada, que lhe vá directa ao coração. E em ves disso, elle vê que de lado, nos jornaes independentes, a mão implacavel do Governo Provisorio amordaça a voz das consciencias livres; e, de outro, os jornaes getulistas occultam os factos, torcem a realidade, adulteram os acontecimentos e até negam a justiça a um movimento sabidamente, visivelmente, apaixonadamente popular.³³⁵

Para *A Estrella*, tanto os jornais getulistas quanto os independentes se encontravam amordaçados pela censura, ocultando os fatos e torcendo a realidade. Para o jornal, desde o início do conflito, o povo carioca procurou uma notícia nos jornais que o pusesse a par da situação ou de uma palavra que fosse “direta ao seu coração”. Dessa forma, *A Estrella* se referia a notícias que fossem favoráveis ao seu posicionamento político. Num período em que a imprensa era instrumento político, a publicação de jornais desta natureza serviu não apenas para propagar notícias, quer estas fossem verdadeiras ou não, mas também como um mecanismo de mobilização política. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, o “jornal – assim como a literatura, a fotografia e o rádio – sempre se apresentou como alternativa eficaz de propaganda política”³³⁶.

O clandestino *Nove de Julho*, em matéria visando a sua divulgação, evidenciava a atuação política destes jornais. Na nota, o impresso pediu ao leitor que:

Leia, tire muitas cópias das notas que lhe parecem merecedoras de maior divulgação e distribua aos seus amigos para que as copiem e distribuam também. Ajude, assim, a abreviar pelo conhecimento da verdade, a victoria das armas paulistas, que são as armas do Brasil.³³⁷

A nota, a princípio com o mero intento de ampliar o poder de divulgação do jornal, nos ajuda a entender o porquê de jornais desta natureza surgirem durante a Guerra de 1932. Seus autores acreditavam que, com a divulgação de matérias contrárias ao governo e que correspondiam a sua verdade, poderiam levar à abreviação do conflito com a “victoria das armas paulistas”. Foi inserido nesta lógica que os jornais clandestinos atuaram na capital

³³⁵ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

³³⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O lugar dos impressos revolucionários: dos porões aos arquivos policiais”. In: DUTRA, Eliana de Freitas, org.; MOLLIER, Jean-Yves, org. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 159.

³³⁷ *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932.

durante a Guerra de 1932, como um eficaz meio de difundir propaganda política contrária ao Governo Provisório.

Os autores do *A Estrella* também pediram aos seus leitores que ajudassem a divulgar o jornal. Assim, recorreu o impresso:

No intuito de dar maior divulgação ás pregações desta folha, pedimos a cada leitor que reproduza em manuscriptos, ou em copias dactylographadas, ou em mimio-graphos e até avulsos impressos – e os distribua com efficiencia – todos os artigos, noticias e manifestos, que, a criterio de cada um, possam produzir bom resultado. Desejariamos, entretanto, que a ‘A victoria é certa!’ e a “Exhortação á terra de Tiradentes”, principalmente em Minas Geraes, tivessem, sobre os demais, a preferencia que nos parece aconselhavel.³³⁸

Neste caso, o impresso além de procurar ampliar a sua divulgação através de reproduções utilizando a datilografia ou o mimeógrafo como recursos, também solicitava ao seu leitor que o fizesse com eficiência. Foi neste sentido que *A Estrella* pediu para que os textos “A victoria é certa” e “Exhortação á terra de Tiradentes”, da edição em questão, fossem privilegiados no momento da propagação. Como os estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais eram vitais para assegurar uma vitória militar, os autores enfatizavam a reprodução destas matérias no estado mineiro, tendo em vista a proximidade geográfica de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

A despeito deste tipo de imprensa, Nelson Werneck Sodré a definiu como pequena imprensa. O autor compreendia a pequena imprensa em dois planos:

A que é pequena tão sòmente por condições materiais, relegada ao interior do país, e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominante, e nem mesmo a consequente estrutura da grande imprensa, e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição.³³⁹

Ainda que a análise de Sodré privilegiasse a pequena imprensa associada aos movimentos políticos de esquerda, acreditamos que o raciocínio em questão também se aplica ao nosso caso. Assim defendemos porque a imprensa clandestina durante a Guerra de 1932 não só combateu a ordem vigente, como também foi combatida pela polícia do Distrito Federal. Sua capacidade de perturbação da ordem chamou a atenção da polícia na capital, levando as autoridades a adotarem medidas que evitassem a sua produção e circulação. No Relatório do ano de 1932 da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, a polícia descreveu

³³⁸ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

³³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil...*, p. 370.

tanto o combate ao *A Estrella* quanto ao *Nove de Julho*. Relatando os diferentes meios de “agitação”, o relatório dizia que os “agitadores”:

Não satisfeitos fizeram publicar dois jornaes, 'A Estrella' e o '9 de Julho', impressos cladestinamente, ora numa typographia, ora noutra, procurando por esse meio desorientar a acção da Policia que andava no seu encalço. Luctou-se, realmente com difficuldades, para conseguir-se, afinal, descobrir o local onde eram impressos e apprehender todo o material utilizado na sua confecção. Graças á pertinacia da acção policial, não mais circularam esses jornaes, vehiculos de noticias alarmantes, falsas e terroristas. Combatidos assim, cessaram as fontes de propaganda de que lançavam certo de individuos para pregar a subversão da ordem e da tranquillidade publicas. Foram presos os mais exaltados encontrados na pratica dessa propaganda, porque a sua reclusão se tornava uma necessidade para a tranquillidade da Capital.³⁴⁰

Em trabalho que analisa a censura exercida em São Paulo pelo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), Maria Luiza Tucci Carneiro diz que a expressão “imprensa alternativa”, caracterizada pela autora como a “trajetória de múltiplos jornais efêmeros que sufocados pelo poder tentavam circular nas sombras”, é muito oportuna na história do Brasil. Segundo Carneiro, tanto na “ditadura Vargas” quanto na “ditadura militar pós-64”, este tipo de imprensa foi atuante, manifestando-se silenciosamente e que “nos porões da sociedade, sussurravam mensagens de luta alimentado os movimentos de resistência”³⁴¹. Segundo a autora, as tipografias que prestavam serviços “revolucionários” podiam ser classificadas em artesanais e as que funcionavam como indústrias gráficas. No caso das artesanais, predominavam as condições precárias e o imprevisto, “como se fossem uma espécie de ‘cozinha’ tipográfica montada nos bastidores de uma residência”. Já as tipografias que funcionavam como indústria, ainda que de pequeno porte, o impresso era tratado como uma mercadoria. Ainda sobre a indústria gráfica, Carneiro ressalta que esta somente assumia a edição de um livro sedicioso, em nosso caso um jornal, se houvesse algum tipo de relação com o cliente, quer seja ideológico ou de amizade. Segundo a autora, “os riscos eram evidentes: no caso de uma delação: a firma teria a sua produção apreendida e o seu espaço ‘lacrado’ pela polícia”³⁴².

Foi por esta razão que os autores do impresso *A Estrella*, ciente dos riscos que envolviam a sua publicação, adotaram estratégias que procuravam ocultar o local da sua confecção e consequentemente despistar a polícia. Na edição de 29 de julho, o jornal esclareceu que:

³⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864

³⁴¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas...*, p.48.

³⁴² _____. *Livros proibidos, idéias malditas...*, p. 72.

Um jornal da natureza deste não pode ser impresso em uma só officina. Hoje, nós imprimimos aqui; amanhã, ali; e, assim por diante, enquanto Deus nos dê animo e vigor, iremos lutando com o mesmo entusiasmo e elevação de vista do nosso primeiro numero, pela conquista do ideal brasileiro. Felizmente, não nos têm faltado – e gratuitamente, é preciso que se diga – quem se promptifique a colaborar connosco na obra de libertação da nossa Patria.³⁴³

Não podemos confiar totalmente na versão dos autores do *A Estrella* de que realmente realizavam a impressão do jornal em mais de uma oficina. Devemos levar em consideração que esta afirmação também podia ser uma artimanha dos autores, levando a polícia a crer que havia um revezamento no local da sua impressão. Neste mesmo sentido, podemos encontrar no final da edição de 27 de agosto do jornal *Nove de Julho*, o endereço que os seus autores desejavam que a polícia acreditasse ser o da sua confecção “Typ. Confiança – Rua Libero Badaró, 50 – São Paulo”. Neste último caso, sabemos pelo relatório da polícia política que de fato tratava-se de um embuste, pois os investigadores conseguiram descobrir e prender alguns elementos da tipografia que imprimia o *Nove de Julho*. Dessa forma, a produção clandestina destes impressos exigiu dos seus autores cautela e organização. Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci, também analisando jornais clandestinos de esquerda, fala da estrutura de suporte necessária para a produção de impressos desta natureza:

Uma estrutura de suporte para a produção clandestina desses impressos tinha que ser articulada, abrangendo desde a compra de papel, a instalação de uma gráfica e a contratação de técnicos, até a distribuição e divulgação, envolvendo um grande número de pessoas e equipamentos. Essa mobilização fazia parte da estrutura do circuito cultural clandestino, que contava com uma presença significativa no período de 1930-1945.³⁴⁴

A necessidade de organização e os riscos da produção de uma imprensa clandestina, pressupõe um engajamento político de seus autores. Sem valor comercial, estes jornais representavam o posicionamento político de determinados indivíduos da sociedade que pregavam estarem a serviço da “causa constitucionalista”. No que diz respeito ao comprometimento político, os autores do *Nove de Julho* fizeram questão de frisar o quanto estavam empenhados. Na edição de 3 de setembro, o jornal explicava que o:

‘Nove de Julho’ é distribuído gratuitamente. ‘Nove de Julho’ é mantido por um pequeno grupo de brasileiros dignos, devotados á causa constitucionalista do paiz.

³⁴³ *A Estrella*, RJ, 29/07/1932.

³⁴⁴ ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias...*, pp. 170-171.

Não pede nem aceita auxílios senão desse pequeno grupo de bons patriotas perante os quaes se faz identificação de modo a não deixar duvidas.³⁴⁵

Sendo assim, os jornais clandestinos de oposição ao Governo Provisório atuaram politicamente e ajudaram a propagar informações, manifestos ou proclamações que a grande imprensa não divulgava por conta da censura. Para o movimento irrompido em São Paulo, era fundamental que a população carioca tivesse acesso aos manifestos redigidos na cidade. Se o objetivo era conquistar o apoio dos cariocas - e de outras regiões -, precisavam estabelecer um canal de comunicação com a capital que pudesse ter um amplo alcance. Dessa forma, a imprensa clandestina foi amplamente utilizada. Já na primeira edição do jornal *A Estrella*, foi transcrito um manifesto redigido em 12 de julho 1932, pelos proeminentes políticos e militares Pedro de Toledo, general Isidoro Dias, general Klinger, Francisco Morato e Antonio de Padua Salles. Neste, os líderes do movimento em São Paulo, diziam que:

Pelo que o povo, a guarnição federal e a força publica de São Paulo, fraternizando com civis e militares de Matto Grosso e em estreita cooperação com correntes as politicas e milicias do Rio Grande do Sul, Minas Geraes e outros Estados, pédem se tranquilisem seus compatriotas e annunciam-lhes que o movimento ha de generalisar-se e prosseguir victorioso, com o duplo e fundamental intento de entregar o Governo Federal a uma junta, que, dentro do praso estrictamente indispensavel para o preparo e o funcionamento da Assembleia Constituinte, leve o Paiz ao regimen constitucional e de pôr em vigor, immediatamente, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 [...] A junta Governativa Nacional compôr-se á de cinco membros, um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas Geraes, um do Districto Federal e um do Norte, elegendo dentre eles um para seu presidente. TUDO PELA UNIÃO, FELICIDADE E GRANDEZA DO BRASIL.³⁴⁶

O manifesto redigido em São Paulo e publicado no *A Estrella* tem alguns pontos essenciais e que foram claramente redigidos pensando nos leitores fora de São Paulo. Neste sentido, procuravam demonstrar que o movimento contava com ampla adesão militar e civil de São Paulo e Mato Grosso e com a cooperação política e miliciania do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. O Manifesto procurou passar a certeza de que o movimento iria se generalizar e se tornar vitorioso, estratégia semelhante a adotada pelo Governo Provisório em suas notas na grande imprensa carioca. Por fim, o manifesto explicava como iria funcionar o governo após a vitória do movimento. A administração do país se daria através de uma “Junta Governativa Nacional” e que contaria com cinco membros de regiões diferentes. A proposta endossava o discurso de São Paulo de que o movimento não era por São Paulo e sim para o

³⁴⁵ *Nove de Julho*, RJ, 03/09/1932.

³⁴⁶ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

Brasil. Não tendo fundamentos egoístas ou regionais, a guerra iniciada, segundo a cúpula paulista, visava a “UNIÃO” e a “GRANDEZA DO BRASIL” sob um regime constitucional.

A despeito do posicionamento do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, o jornal *A Estrella* procurou enfatizar o quanto era iminente a adesão destes estados. Na matéria “Exhortação á terra de Tiradentes”, o jornal afirmou que “Minas não quer ficar com São Paulo porque já está com elle!”. No caso do estado sulista, o impresso afirmou que o “coração gaúcho já começou a sangrar, no Rio Grande do Sul, em defesa da liberdade” e discorria sobre um movimento iniciado por Batista Luzardo contra o interventor Flores da Cunha. O *Nove de Julho* também se referiu a este tema na sua edição do dia 27 de agosto. Mesmo que o conflito já tivesse um mês de duração, o jornal veiculava o apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul ao movimento liderado por São Paulo:

A Nação levantou-se em armas, sob a liderança de São Paulo, no mais impressionante movimento revolucionario que já irrompeu em nosso paiz. E, de armas nas mãos, ahi está exigindo que o trahidor abandone o governo, livrando o Brasil da sua actuação calamitosa. São Paulo, com o apoio moral de todos os Estados, com o apoio armado de Matto Grosso, do Rio Grande do Sul e Minas Geraes, com o apoio de grande parte das forças do Exercito e da quase totalidade da Marinha, vencerá sem duvida, na pugna titânica a que se entregou com uma decisão assombrosa.³⁴⁷

Ainda que o foco do *A Estrella* e do *Nove de Julho* fossem o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, estes impressos também publicaram notícias de levantes realizados em outros estados. A revolta do Forte de Óbidos, no Pará, foi noticiada pelo *Nove de Julho*. Segundo o jornal:

Não andam lá muito catholicas as coisas politico-militares, pelo extremo norte. É que o povo do septentrião brasileiro está farto de soffrer a humilhação da subdictadura dos tenentes outubrinis, que o sr Getulio lhes mandou de encomenda. Ha dias um batalhão que vinha combater os separatistas de São Paulo e ao mesmo tempo libertar o glorioso povo bandeirante das garras do ‘fascio’ mussolinista, conforme apregoaram todos os dias imbecil da Imprensa Nacional, teve que voltar do caminho, sabe Deus por que. Agora é o forte de Óbidos que se revolta... Sabem que fez o governo tenentista para dominar a revolta? Mandou seguir o velho ‘Floriano’, com as suas torres desconjunctadas e o casco remendado a cimento fazendo agua, para... bombardear o forte e subjugar os revoltosos. O ‘Floriano’ partiu ante-hontem. Na sua marcha de tartaruga chegará um dia ao ponto de destino. E então... Vae ser uma beleza! Mais uma adhesão á causa nacional da volta ao regimen da lei!³⁴⁸

³⁴⁷ *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932.

³⁴⁸ *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932. Para mais detalhes do levante do Forte de Óbidos, recomendamos a leitura da dissertação analisada por nós no primeiro capítulo do Walter Pinto de Oliveira e denominada *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*.

O jornal explicava que um batalhão vindo da região para combater pelo Governo Provisório, precisou retornar por conta do levante do Forte de Óbidos. O impresso também denunciava que estes batalhões vinham lutar em São Paulo com base em mentiras contadas pelo governo, neste caso, de que eles estavam vindo lutar contra o fascismo de Benito Mussolini. O jornal ainda frisava que se tratava de adesão a uma causa nacional, enfatizando assim, que o movimento não era reservado ao estado de São Paulo. Ainda na mesma edição, o *Nove de Julho* publicou uma matéria referente à manifestação de estudantes na Bahia. Segundo a matéria:

A briosa mocidade bahiana, que estava tardando a se definir em pról da causa nacional, vem de se manifestar, corajosamente, na metropole do Estado. Na tarde de segunda-feira ultimo, os estudantes de S. Salvador occuparam o edificio da Faculdade de Medicina, e ali encrincheirando-se, com as parcas armas que puderam obter, resistiram até ás 20 horas, as tropas do tenente Juracy Magalhães. [...] A terra-mater da nacionalidade, o grande Estado nortista, não poderá suportar, por muitas horas mais, o tacão da bota e as esporas de um simples tenente, cujas credenciaes de commando militar não vão além de uma duzia de soldados...³⁴⁹

Fica evidente que o *Nove de Julho* almejava com estas matérias demonstrar que o Governo Provisório se encontrava debilitado e que a insatisfação contra ele se dava num plano nacional e não apenas regional. Não obstante, é comum encontrar nestes textos previsões sobre como a população iria ou deveria se portar diante destes eventos, dando como certo a sua adesão ao movimento contrário ao Governo Provisório. Quando o assunto não era tratado como uma previsão, as matérias recorriam ao apelo, sempre fundamentado em críticas ao governo. Em apelo dirigido à região Norte, os autores do *Nove de Julho* enfatizavam o aspecto político destes jornais. Os seus autores afirmavam que:

É necessario, é urgente que os Estados do Norte se manifestem, que os Estados do Norte protestem, que os Estados do Norte reppillam a tutela humilhante dos governichos que lhes foram impostos. Sabemos bem que não ha, nos Estados do Norte, a não serem os beneficiarios dos bons empregos e exploradores de negocios excusos ligados aos cofres federaes, estaduaes e municipaes, quem não repudie o Sr. Getulio Vargas e os tenentes que escravisaram o Paiz e o arrastaram para o abysmo. Mas é preciso que saiam todos do terreno platonico das simples reprovações, para o terreno pratico da luta armada.³⁵⁰

Além das matérias referentes aos movimentos contestatórios em outros estados, os jornais clandestinos também publicaram matérias relacionadas ao *front* de batalhas.

³⁴⁹ *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932. Stanley Hilton analisou, sucintamente, tanto o evento do Forte de Óbidos quanto o dos estudantes de Medicina na Bahia. In: HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira...*, pp. 308-309.

³⁵⁰ *Nove de Julho*, RJ, 03/09/1932.

Veiculavam, assim, matérias de eventuais derrotas e dificuldades que as tropas do Governo Provisório enfrentavam nas diferentes frentes de batalha do estado de São Paulo. Neste sentido, sem dizer a fonte das suas informações, na seção “Os nossos comunicados”, *A Estrella*, entre inúmeras outras notícias, afirmava que:

Reconhecimentos aéreos revelaram o abandono de Bananal, pelas tropas dictatoriaes [...] Em Itatiaia as nossas tropas atacaram numerosa força da dictadura, destroçando-a [...] No sul de Minas Geraes prosseguiram os avanços em todos os sectores, sendo as nossas tropas recebidas por toda parte com entusiasmo.³⁵¹

O *Nove de Julho* também manteve um campo com a mesma função. Na coluna “Zona de Operações” informava ao seu leitor que no:

Sector do Leste, 19 – Os paulistas bombardearam violentamente Queluz, estão distantes dessa posição legalista apenas 4 kilometros. Espera-se depois dessa preparação ataque ennergico a sua infantaria. O destacamento Fontoura esteve hontem a pique de ser envolvido pela rectaguarda. Dahi o recuo que foi obrigado a fazer. Esse avanço dos paulistas é atribuído á mudança de commando das forças paulistas. O commandante era o coronel Andrade. Por ter recuado muito em frente ao destacamento Fontoura, foi substituído. Essa mudança já se fez sentir na marcha das operações. Hontem para reforço do destacamento Fontoura e do coronel Collatino foram todas as tropas daqui mandadas para a frente. Até a guarda do I.G (Policia Bahiana) foi tambem.³⁵²

A imprensa clandestina, divulgava assim possíveis reveses que as tropas do Governo Provisório poderiam ter nas frentes de batalha. Tendo em vista o desfecho da Guerra de 1932, é provável que muitas destas notícias fossem falsas. Entretanto, acreditamos que a principal intenção dos autores ao veicular estas informações, falsas ou não, era a de mobilizar moralmente a população contra o governo na capital.

Com o intuito de garantir o apoio da população carioca, os jornais clandestinos também recorreram à matérias difamatórias contra o Governo Provisório. Neste sentido, o jornal *Nove de Julho* também adotou a estratégia de difundir boatos. Este foi o caso da matéria intitulada “A Dictadura vae usar gazes asfixiantes”, aonde o impresso afirmava ter tido conhecimento de que o governo de Getúlio Vargas iria utilizar armas químicas. Segundo o jornal, eles tiveram acesso a:

Uma informação, de character grave, que demonstra o desespero e a ausencia completa de sentimentos de humanidade nos tyrannetes da dictadura, chegou ao nosso conhecimento, com todos os caracteristicos de veracidade. Como agentes do ‘getulismo’, segunda-feira ultima, tomaram posse militarmente, do laboratorio da

³⁵¹ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

³⁵² *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932.

firma Granado & Cia, á rua do Senado, officiaes do nosso exercito. Foram elles o coronel Lapagesse, major Benevenuto de Lima (tornado á activa) e tenente Donaldson Quintella Barroso e Epitacio Teinbanba da Silva. Objectivo: a fabricação de gases mortiferos para serem empregados contra as heroicas tropas constitucionalistas... e, passarem todos contra o povo carioca quando se levantar contra os seus algozes!...³⁵³

A matéria veiculada pelo impresso, contava os detalhes minuciosos de uma operação do governo com o intuito de produzir gás mortífero. O jornal especificava assim, que o laboratório Granado seria utilizado para a fabricação do gás e o seu endereço. Além disso, informou os nomes dos oficiais envolvidos na operação, dando a entender que de fato tratava-se uma notícia verdadeira. Cabe aqui ressaltar, que em nenhuma bibliografia da Guerra de 1932 por nós consultada encontramos referências acerca da possibilidade do governo utilizar gases asfixiantes no conflito. Não obstante, o *Nove de Julho* afirmava ainda, que os mesmos gases seriam utilizados contra o povo carioca, quando este se levantasse contra o Governo Provisório.

Mesmo que os jornais *Nove de Julho* e *A Estrella* atuassem de diferentes formas contra o Governo Provisório, a sua confecção era destinada especialmente para a população carioca. Não podemos nos esquecer que, além de veicular informações que se encontravam fora da grande imprensa, eles eram jornais dedicados exclusivamente à atuação política e, neste sentido, almejavam à mobilização da população contra o governo. Não se tratava necessariamente de estimular um movimento armado na capital, ainda que seus autores pudessem pensar dessa forma, o objetivo principal era de criar um clima desfavorável e de desaprovação com o Governo Provisório. Por isso que tanto *A Estrella* quanto o *Nove de Julho*, publicaram matérias que não se relacionavam necessariamente com a Guerra de 1932, mas com a administração do governo. Na edição de 15 de agosto, *A Estrella* publicou uma matéria justificando a não adesão do interventor Rio Grande do Sul ao movimento irrompido em São Paulo. Na mesma publicação, os autores do jornal criticavam a administração do governo. Segundo a matéria:

Já são conhecidos por todos os cariocas, os motivos da attitude indigna de Flores da Cunha, apunhalando São Paulo pelas costas: este serviço á dictadura foi pago com o contracto das loterias, cujo concessionario untou largamente as mãos que empunham vergonhosamente uma espada de general brasileiro! [...] Isto é uma amostra do que vale e do que é capaz o bando de aventureiros que assaltou o poder em 1930. Execrados pela nação, são sustentados ainda por uma meia duzia de asseclas, que devoram vorazmente a nação. ³⁵⁴

³⁵³ *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932.

³⁵⁴ *A Estrella*, RJ, 15/08/1932.

O *Nove de Julho* também criticou a administração do governo. Em um longo texto, discorreu que:

O Sr. Getulio Vargas, entretanto, trahi a revolução de 1930; em menos de dous annos de governo, mancomunado com uma vintena de tenentes boçaes e pretenciosos, arrastou o Brasil ás bordas de um abysmo, escravizou o povo, amordaçou a imprensa, desorganizou os serviços publicos, desvalorizou quasi totalmente a moeda, abalou o credito do paiz no exterior, implantou a indisciplina nas classes armadas, permittiu que aventureiros audaciosos afundassem a mão no Thesouro e roubassem até o ceitel a fortuna publica, fomentou a intriga, a dissimulação, a desconfiança entre militares e civis, alijou os valores reaes da política, substituindo-os na direcção dos Estados por figurinhas atôa de officiaes subalternos, sem experiência, sem cultura, sem merecimento, arvorou em mentores do governo nacional meia dúzia de analphabetos petulantes, como Juarez Tavora, Ary Parreiras, Hercolino Cascardo e outros salvadores, possuidos da mania messianica. Numa palavra: fez em dous annos, contra o Brasil, o que em quarenta annos de Republica todos os máus governos reunidos não conseguiram fazer.³⁵⁵

Para o jornal, o governo de Getúlio Vargas era um verdadeiro desastre e expunha os motivos da sua insatisfação com o governo. Dessa forma, o *Nove de Julho* criticava: a postura do governo com a imprensa; a desorganização dos serviços públicos; a política monetária; a indisciplina nas forças armadas; a corrupção; e a presença do tenentismo nas interventorias dos estados. Fica evidente então, que as críticas dos autores do *Nove de Julho* se alinham com os motivos que provocaram a eclosão da Guerra de 1932; tratava-se de uma insatisfação nacional, em outras palavras, de uma causa nacional. Não convém retornarmos aos motivos pontuados pela bibliografia do tema para que a guerra ocorresse, no entanto, podemos encontrar nos jornais clandestinos que circularam no Distrito Federal as mesmas insatisfações.

No texto “Proclamação ao Povo Carioca” assinado por Azevedo Lima que se encontrava em São Paulo e publicado no *A Estrella*, também é possível perceber que as insatisfações eram comuns. O texto destinado aos “Cidadãos! Conteraneos! Amigos!”, enfatizou-se que a luta travada em São Paulo era decorrente das mesmas mazelas que atingiam os cariocas. Neste sentido, a questão da liberdade parecia ser ponto fundamental. Logo no primeiro parágrafo, o artigo dizia que:

Approxima-se a hora em que sereis restituídos á liberdade, de que vos privaram vinte e dois mezes de desgoverno sinistro [...] O advento do regimen da Liberdade e do Direito exige o contentamento dos grandes dias de festa nacional.³⁵⁶

³⁵⁵ *Nove de Julho*, RJ, 27/08/1932.

³⁵⁶ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

Fica clara que a questão da liberdade era atrelada pelos opositores do Governo Provisório a ausência de uma constituição. Por isso, a Proclamação enfatizava os objetivos do movimento em São Paulo, dizendo que o “movimento armado que se processa em São Paulo, não é revolucionário – é movimento legalista, constitucionalista – é movimento contra-revolucionário, destinado a reintegrar a Republica no regimen da lei, de que desertou a 24 de outubro de 1930”. Lima também recorreu à população carioca. No texto, afirmou que:

O que vos pedem os paulistas, o que de vossa parte esperam os *legionarios da restauração constitucional*, e a que aspiram os exercitos da Ordem é que lhes prestei, no instante decisivo, o apoio moral e material com que deveis ajudal-os a varrer da sociedade brasileira os destroços da Dictadura.³⁵⁷ (grifo nosso)

Além do apoio material, Azevedo Lima também pediu o apoio moral da população carioca. Como pudemos notar no capítulo anterior, a Guerra de 1932 no Distrito Federal obedecia a uma lógica distinta dos sangrentos campos de batalha. A luta do Governo Provisório e de seus opositores na cidade, era por apoio e legitimação. Mobilizar a população era para ambos os lados uma parte da guerra. Entretanto, ocorriam através de abordagens diferentes. Para o Governo Provisório, a questão era a constituição de um *front interno*. Para os opositores do governo de Getúlio Vargas, era possível que esperassem que uma intensa movimentação da população na capital contra o governo de Getúlio Vargas pudesse fazer com que os militares e políticos da capital ajudassem a derrotar o governo. Dessa forma, é possível entender a constância com que o jornal procurou incitar os cariocas. *A Estrella*, pedia aos cariocas que:

Não lhes falem, aos soldados da Lei, na hora da ressurreição republicana, a solidariedade dos vossos sentimentos e o ardor de vossa bravura cívica. [...] Não lhes falem, também, a inquietação das vossas almas, o clamor das vossas vozes, o sobresalto dos espíritos, o fervor do entusiasmo, a vibração dos vossos nervos, a sonora a estridula, a cantante alegria dos vossos corações, sob o sol luminoso da nossa terra, para maior gloria das legiões paulistas, á hora do ressurgimento republicano.³⁵⁸

A vitória do movimento oposicionista era tida pela imprensa clandestina como um fato que poderia ocorrer a qualquer momento e o carioca deveria se encontrar preparado para este momento. A derrota do Governo Provisório também dependia do entusiasmo, da vibração, e da inquietação do povo carioca. Talvez seja com esta intenção que *A Estrella* em sua segunda edição, adotou o subtítulo “Sustentae o fogo que a Victoria é nossa!”.

³⁵⁷ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

³⁵⁸ *A Estrella*, RJ, 25/07/1932.

Ainda que a polícia se esforçasse ao máximo para evitar a disseminação de ideias e ideais contrários ao governo, não conseguiu evitar a publicação de jornais clandestinos como o *Nove de Julho* e *A Estrella*. No entanto, os esforços policiais fizeram com que estes jornais tivessem dificuldades em publicar, o que os levou a adotarem estratégias para que pudessem continuar a sua confecção e divulgação. Outrossim, cabe lembrar que as tipografias que rodavam ambos os jornais foram descobertas pela polícia do Distrito Federal. A respeito das circulações de ideias, Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci afirma que mesmo que o Estado procurasse ser detentor do tráfego de ideias, o cotidiano não se limitava apenas a uma única fonte divulgadora. Segundo o autor:

De livros clandestinos a autores consagrados, de jornais de direita a colunistas sob pseudônimos em jornais clandestinos, enfim, de conversas em mesas de botequim a reuniões de comunistas, as idéias encontravam as suas avenidas. E nesses caminhos tortuosos, muitas vezes, chocavam-se com a polícia.³⁵⁹

Dessa forma, no Distrito Federal, o Governo Provisório travou uma verdadeira batalha pelo monopólio da circulação de ideias. Neste sentido, a polícia da capital teve uma relevante participação no combate a produção e circulação de impressos clandestinos.

3.2 A atuação da Quarta Delegacia Auxiliar do Distrito Federal no ano de 1932

Durante a Guerra de 1932, coube à polícia do Distrito Federal conservar a ordem e evitar movimentos contrários ao governo na capital. A experiência com o policiamento político da capital, certamente deve ter facilitado a sua atuação no decorrer do ano de 1932. O Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal, contava desde 1907 com instituições responsáveis pela tarefa de polícia política. A primeira delas foi o Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil, que deteve até 1920 a incumbência para reprimir crimes políticos, nestes quaisquer eventos de desordem pública poderiam se enquadrar. A partir de 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, responsável pelos crimes políticos e pela segurança interna da República. A Inspetoria existiu por apenas dois anos, pois em 20 de novembro de 1922 foi criada a Quarta Delegacia Auxiliar que mantinha uma seção de Ordem Social e Segurança Pública, responsável pela atividade social e política na cidade. A Quarta Delegacia seria substituída apenas em 10 de janeiro de 1933 pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Portanto, durante a Guerra de 1932, cabia à Quarta

³⁵⁹ ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias...*, p. 53.

Delegacia Auxiliar a responsabilidade de evitar distúrbios políticos na capital, e a sua atuação era vista pelo governo como essencial³⁶⁰.

A escolha dos delegados da Quarta Delegacia era realizada criteriosamente pelo Governo Provisório, de modo que esta recaia sempre em homens de confiança e de simpatia inequívoca pelo governo. À época da Guerra de 1932, o chefe da Quarta Delegacia era o tenente João Alberto que havia sido nomeado no dia 15 de abril do mesmo ano. No entanto, com a eclosão do conflito, João Alberto foi substituído interinamente pelo capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso até o final do ano de 1932³⁶¹. A importância da Quarta Delegacia também era reconhecida pelo fato de o seu delegado ser considerado o chefe da polícia no Distrito Federal. No relatório das atividades exercidas por esta delegacia no ano de 1932, também se reconhecia a sua proeminência diante das outras delegacias. Segundo este:

As Delegacias Auxiliares têm parte saliente nas medidas que se tornam necessárias á boa ordem dos multiplos serviços policiais, como colaboradoras desta chefia, no cumprimento de suas atribuições regulamentares. A quarta Delegacia Auxiliar, entretanto, tem o seu movimento consideravelmente maior que o das outras, em consequencia da importância e da complexidade dos muitos serviços que lhe estão entregues, como os da secção de ordem social e segurança publica, os de fiscalização de explosivos, armas e munições, os de segurança pessoal, os de arquivo, e outros, adiante relacionados.³⁶²

Sendo assim, a importância da Quarta Delegacia Auxiliar se explicava não apenas pela sua função de policiamento político, mas também pelas suas múltiplas funções, das quais também se destacavam a fiscalização de armas, munições e explosivos na capital. Neste sentido, compreendemos que o relatório da Quarta Delegacia Auxiliar, localizado por nós em pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), foi de fundamental importância para o presente trabalho. Devemos mencionar que no APERJ não encontramos documentação específica para a atuação da polícia no ano de 1932, de modo que o referido relatório foi encontrado no fundo arquivístico da DESPS referente aos anos de 1933-1945. O relatório da Quarta Delegacia Auxiliar foi localizado nos documentos referentes ao ano de 1933. Neste documento, encontram-se os relatórios das diferentes seções

³⁶⁰ MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 379-388, dez. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2074/1213>>. Acesso em: 25 Jul. 2017.

³⁶¹ O capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso era vinculado ao tenentismo e seu pai, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, foi entre 1932 e 1933 ministro da Guerra de Getúlio Vargas. In: verbete Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, DHBB/CPDOC, S/P. Segundo o DHBB, Cardoso teria ficado na chefia do departamento até o fim do conflito em outubro de 1932. No entanto, no relatório de atividade da Quarta Delegacia Auxiliar do ano de 1932, finalizado em 31 de dezembro de 1932, ainda encontramos o visto do capitão Cardoso.

³⁶² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

que compunham a Quarta Delegacia Auxiliar, estes eram destinados inicialmente para o quarto delegado capitão, Dulcídio do Espirito Santo Cardoso.

Não obstante, para este trabalho nos interessa o relatório redigido por Seraphim Braga, chefe da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, incumbida de conter os movimentos políticos contrários ao governo. O advento da Guerra de 1932, requereu considerável atenção da Delegacia, de modo que é perceptível a centralidade deste evento e dos seus desdobramentos no relatório. Se referindo às atividades da polícia do ano de 1932, o relatório dizia que:

As questões políticas e sociais estiveram muito agitadas em 1932, como é do domínio publico. A parte politica, entretanto, foi a que mais avultou, em consequencia de se haverem fundido varias correntes partidarias do país sob o pretexto de procurarem restabelecer, imediatamente, o regimen constitucional. Assim vinha sendo tratada a questão da constituinte imediata, quando, a 9 de julho, irrompeu, nos Estados de S. Paulo e Mato Grosso, chefiado por antigos politicos, o movimento revolucionario contra o Governo Provisorio. Outros Estados, tambem propensos á volta do país ao regimen legal negaram o seu apoio a esse movimento, por julgá-lo injusto e contrario aos interesses do Brasil, bem como ao seu reerguimento economico e administrativo. Para o Distrito Federal, séde do Governo contra o qual se dirigia o movimento revolucionario, embora distante dos campos da luta, convergiram todas as atenções, reclamando os maiores cuidados, por ser o ponto de concentração dos elementos de combate á rebelião. Á policia, em tal emergencia, estava entregue a mais ardua função e ela se colocou, sem pratica de excessos, na altura que era de esperar, cumprindo a sua missão sem desfalecimentos nem falhas, agindo com a energia e prudencia que o momento exigia.³⁶³

Apesar de o ano de 1932 ter sido “agitado” pelas questões sociais e políticas, o relatório reconheceu a proeminência da questão política. O documento também salientou a importância do Distrito Federal. Este, enquanto sede do Governo Provisório, carecia de maiores cuidados, o que demonstra a preocupação com eventuais movimentos que pudessem pôr em perigo o governo. Góis Monteiro, comandante do Destacamento do Exército de Leste, em suas “Observações sobre o movimento de São Paulo” também reconheceu a importância de defender a capital. Segundo o comandante:

Guardada a séde do Governo – que é o mais importante para evitar golpes de mão e um golpe de Estado – o principal, mesmo que hajam outras manifestações de rebelião, é concentrar o maior numero de forças contra S. Paulo. Si se tiver que atender a muitos movimentos simultaneos , será preciso, primeiro, preocupar-se só com S.PAULO (E RIO) [...] Do RIO, deverá se tirar, até que se esclareça completamente a situação, o minimo de elementos, pois, não é prudente desprezar uma eventualidade má.³⁶⁴

³⁶³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

³⁶⁴ Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 4ª seção, Revolução de São Paulo, 1932, Góes Monteiro. Caixa: 5080.

O trabalho da Delegacia para manter a ordem na capital, acompanhou o acirramento do clima de tensão política nacional. Dessa forma, desde fevereiro a polícia já tomava providências com serviços de observação em torno de “elementos pró Constituinte”. O mês de maio, marcado pelas manifestações em torno da escolha do secretariado para o governo de São Paulo e que culminou no dia 23 de maio quando foram mortos os estudantes paulistas, foi um outro ponto de inflexão nas ações da Quarta Delegacia. Ainda segundo o relatório:

Em fins de Maio São Paulo tornou-se o ponto de convergencia dos agitadores constitucionistas. Foi, conforme a prudencia indicava, estabelecido nessa ocasião o serviço de censura telephonica entre esta Capital e São Paulo e detidos aqui alguns politicos da situação decahida que se movimentavam em favor de uma causa que em absoluto não lhes pertencia e sim áquelles que, durante 8 annos, por ella porfiaram com abnegação e perseverança. Os primeiros presos politicos estiveram a bordo do vapor ‘Pedro Iº’, sendo mais tarde postos em liberdade. Prosseguindo, alguns, na sua acção, foram novamente detidos.³⁶⁵

Através do relatório também nos foi possível observar o *modus operandi* da Delegacia para que se prosseguisse a prisão de um indivíduo. Segundo este:

Antes de deter qualquer pessoa, com o intuito de evitar injustiças, procedia a rigorosas sindicancias afim de bem apurar as acusações ou suspeitas que pesassem contra o denunciado. Feito isto, quando procedente a suspeita, prendia-se o individuo e dava-lhe destino conveniente. Aquele contra quem nada ficasse apurado, era posto imediatamente em liberdade; outros, em caso contrario, ficavam presos como politicos, em prisões adequadas, com o tratamento correspondente a presos desta natureza. As sindicancias, entretanto, prosseguiam mesmo depois da prisão; verificada que fosse a nenhuma culpabilidade da pessoa detida, jámais se lhe negou a liberdade.³⁶⁶

É de se supor, segundo o relatório, que não se precisava muito para que o indivíduo fosse preso pela polícia. Após uma apuração inicial, era realizada uma segunda sindicância depois do elemento preso, para provar ou não a sua culpabilidade. Dessa forma, ainda que se procedesse a uma investigação antes da prisão de um suspeito, a polícia agia prematuramente, procurando se antecipar aos movimentos dos seus opositores. Analisando a atuação do DEOPS de São Paulo entre 1930 e 1945, Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci, afirma que também era costume deste departamento a prática da “prisão preventiva” para o saneamento do “perigo à estabilidade da nação”. Para Andreucci, “assim, a polícia se antecipava ao crime

³⁶⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

³⁶⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

como que se auto-atribuindo poderes sobrenaturais ou divinatórios”³⁶⁷. Também analisando a polícia política do estado de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro afirma que:

Os relatórios de investigação e os autos de busca e apreensão demonstram que, na maioria das vezes, o julgamento das autoridades policiais se faziam baseadas em suposições. Estas – orientadas por indícios e valores preconceituosos – procuravam purificar a sociedade das idéias incômodas.³⁶⁸

Como consequência da atuação da polícia, o número de presos no ano de 1932 foi elevado, lotando as cadeias da capital. O jornal clandestino *Nove de Julho*, em sua segunda edição, denunciou o fato das cadeias no Rio de Janeiro se encontrarem lotadas de presos políticos. Além disso, segundo o jornal:

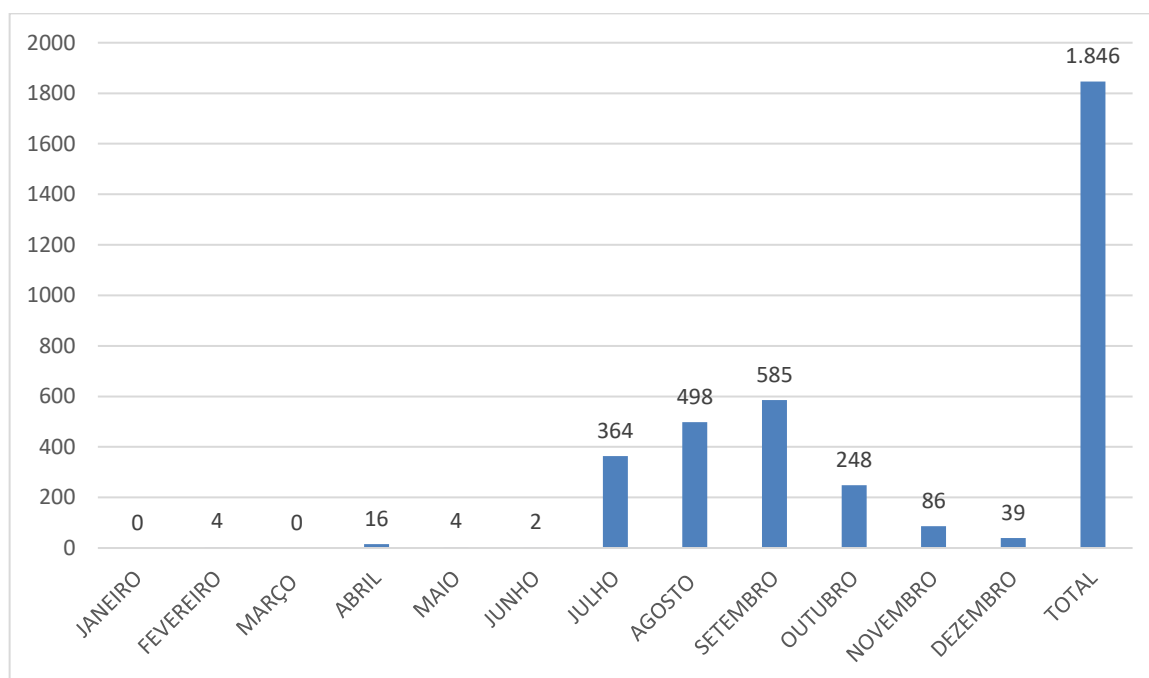
Não ha mais logar para os prisioneiros militares e politicos que a policia sinistra do capitão João Alberto arrebanha todos os dias. Politicos, jornalistas, Generaes, Almirantes officiaes de todos as patentes da terra e mar e das forças militares do Districto Federal e dos Estados, commerciantes, industriaes, funcçionarios publicos, clerigos, estudantes, engenheiros, advogados, medicos, pessoas do povo, uma legião enorme de cidadãos sem outra culpa ou outro crime que o de ter idéas contrarias ás do Governo Dictatorial enchem os pavilhões das casas de Detenção e Correição, as salas das fortalezas, o lazareto da Ilha Grande, o convez e os porões do navio presidio Pedro I, os xadrezes da Policia Central e das Delegacias Districtaes. Não ha exemplo de situação igual. Uma simples denuncia, uma simples suspeita, um simples capricho de qualquer beaguin policial bastam para que se realizem diligencias e buscas ruidosas, á luz do dia ou no silencio da noite alta, em estabelecimentos commerciaes ou residencias familiares prendendo-se a torto e a direito quem quer que incorra em desconfiança mesmo a mais infundada.³⁶⁹

Para o jornal, o número de presos era tão acentuado que o governo não teria mais lugar para eles. Ainda segundo a denúncia do *Nove de Julho*, uma simples denúncia ou suspeita de um oficial da polícia poderia levar a realização de diligências pela polícia. Diante da conjuntura de guerra e da importância da capital do país para o Governo Provisório, era preferível a polícia correr o risco de prender “inocentes” a pôr em perigo o governo. O elevado número de presos por motivos políticos, ao longo do ano de 1932, também pode ser um indício da atuação premonitória da polícia.

³⁶⁷ Segundo o autor, a mesma estratégia foi adotada na Alemanha por Heinrich Himmler, chefe da polícia secreta alemã ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias...*, p. 103.

³⁶⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O lugar dos impressos revolucionários: dos porões aos arquivos policiais”. In: DUTRA, Eliana de Freitas, org.; MOLLIER, Jean-Yves, org. *Política, nação e edição...*, p. 164.

³⁶⁹ *Nove de Julho*, RJ, 03/09/1932.

Gráfico 1: Prisões efetuadas por motivo político ao longo do ano de 1932.

Fonte: Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública.³⁷⁰

No gráfico 1 podemos visualizar a quantidade de pessoas presas por motivos políticos em 1932. Nos dados fornecidos pelo relatório já se encontram excluídos os presos por questões sociais e, todos os 1.846 detentos se referem ao movimento de oposição ao Governo Provisório e vinculados a conspirações que levaram a Guerra de 1932. Pelos números do relatório, a Quarta Delegacia já vinha monitorando movimentos contrários ao governo desde o início do ano, com destaque para quatro presos políticos no mês de fevereiro, ou seja, seis meses antes do início da guerra. Apesar de ser proporcionalmente pequeno o número de presos políticos antes de julho, os números demonstram a constante vigilância do governo para com as atividades políticas. Os três meses de duração do conflito marcaram o ápice das prisões políticas, quando as mesmas começaram a decair em outubro. Ainda assim, mesmo dois meses depois, ainda eram realizadas prisões pela Quarta Delegacia.

O elevado número de presos políticos fez com que a polícia precisasse criar, de última hora, novas prisões. Para tanto, foram criados os presídios do “vapor Pedro I”, do Meyer, Tijuca, Ilha do Rijo, além da Casa de Detenção e Casa da Correção e dos Presídios da Ilha das Flores e Ilha Grande, sendo aproveitadas as instalações ali existentes que foram

³⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

ampliadas e melhoradas”³⁷¹. Em dezembro de 1932, apenas o presídio do Meier se encontrava em operação e das 1846 pessoas detidas, 1798 já se encontravam em liberdade, sendo que neste número também estão descritos os indivíduos deportados para a Europa, restando assim, 57 pessoas presas.

Figura 3: Edição de 3 de setembro do *Nove de Julho*.³⁷²



Fonte: Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

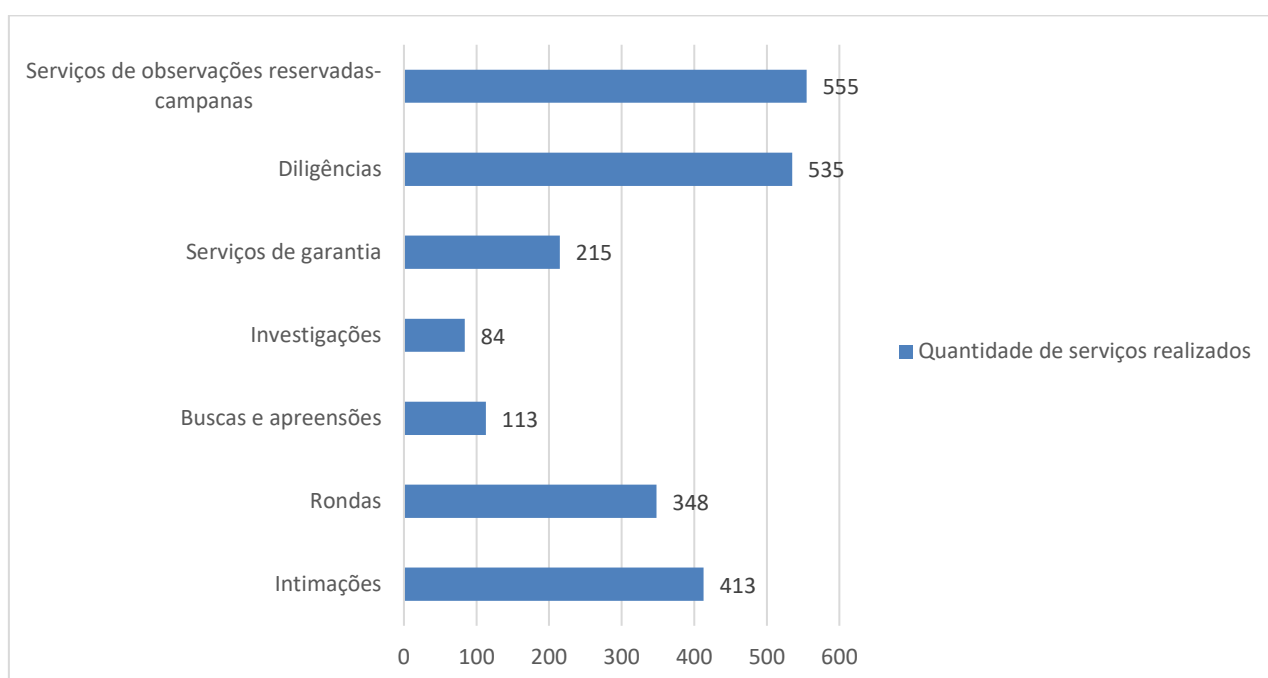
Segundo o relatório da Quarta Delegacia Auxiliar, os presos eram tratados da melhor maneira possível e de acordo com o que permitia a situação anormal do país. Neste sentido, devemos lembrar que não eram simples prisioneiros e sim detentos políticos, alguns oriundos

³⁷¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864

³⁷² Na capa, podemos ver uma fotografia retirada, segundo o jornal, a bordo do navio prisão Pedro I.

da elite política do país, mas também podiam ser militares de alta patente ou em outros casos jornalistas, e isto justificava a distinção no tratamento destes presos. Alguns deles eram proeminentes políticos nacionais, como Artur Bernardes e Borges de Medeiros que após fracassarem em seus levantes em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul foram transferidos para a capital sob a custódia da Quarta Delegacia Auxiliar. Conforme nos demonstra o gráfico 2, as prisões efetuadas pela Seção de Ordem Social e Segurança Pública, eram frutos de um intenso trabalho realizado pelos diferentes agentes envolvidos no serviço de vigilância da sociedade.

Gráfico 2: Serviços realizados pela Quarta Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal ao longo do ano de 1932.



Fonte: Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública.³⁷³

Não conseguimos acesso aos relatórios dos anos precedentes a 1932 para que pudéssemos comparar os números dos serviços realizados pela Delegacia. Contudo, é de se pressupor que a quantidade de serviços realizados era superior aos anos anteriores, o que deve ter sobrecarregado a Delegacia e, segundo o relatório, o “relativamente reduzido número de funcionários” desta no “estafante” trabalho de policiar politicamente o Distrito Federal³⁷⁴.

³⁷³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

³⁷⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

Mesmo sobrecarregada, a Quarta Delegacia não se descuidou da questão social. Segundo o relatório:

Apesar do acúmulo de serviço de natureza política, a Delegacia não se descuidou do movimento trabalhistas. As classes proletárias e suas associações – é justo salientar – no decorrer dos acontecimentos de S. Paulo, se colocaram, como era de esperar, numa atitude digna da maior atenção. Não trataram de pleitear interesses, e se colocaram ao lado do Governo Provisório, hipotecando-lhe a solidariedade. Acompanhando todo o movimento associativo desta capital, durante o ano findo, assinalam-se poucos casos de perturbação da ordem, todos sem o caráter violento ou alarmante que era de esperar. Da acção policial sempre ponderada, resultou encaminhamento ao Ministério do Trabalho das diversas questões entre patrões e operários para a devida solução. A pendência que havia entre os empregados, representados pelo Centro dos Operários da Light e Companhias Associadas e essas empresas deu origem a tentativas de greve geral dos mesmos trabalhadores, em abril e maio de 1932, o que felizmente pôde ser obstado em começo, conciliando os interesses das partes em divergência.³⁷⁵

As questões sociais, relativas ao mundo do trabalho, já apresentavam indícios de uma das principais características do período em que o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, a transferência da questão social para o ministério do Trabalho, não mais sendo tratada unicamente como uma questão de polícia³⁷⁶. Ainda sobre este assunto, Maria Celina D'Araújo afirma que a questão social teve uma ênfase no governo de Getúlio Vargas por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930³⁷⁷. No entanto, D'Araújo também menciona que antes mesmo da revolução de 1930 a questão social já era objeto de atenção dos poderes públicos, tal fato podia ser constatado, segundo a autora, através de algumas conquistas legais dos trabalhadores e que ocorreram antes do governo de Vargas³⁷⁸. Não obstante, este tratamento não se aplicava aos movimentos de esquerda, como o anarquismo e o socialismo. Neste aspecto, D'Araújo observou que “desde cedo, Getúlio e seus auxiliares procuraram diminuir o conflito entre trabalhadores e patrões e esvaziar o movimento operário que se formara no Brasil desde o final do século XIX, de forte influência anarquista e socialista”³⁷⁹. Sendo assim, mesmo durante a guerra de 1932, indivíduos ligados a estes movimentos continuaram sendo vigiados e presos. Maria Helena Capelato afirmou que o ano de 1932 teve um movimento ascensional de greves em São Paulo e no Distrito Federal e

³⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

³⁷⁶ Para este aspecto indicamos a leitura do texto “A invenção do trabalhismo” de Angela de Castro Gomes, in: GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

³⁷⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004, pp. 77-98.

³⁷⁸ _____. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004, pp. 87-89.

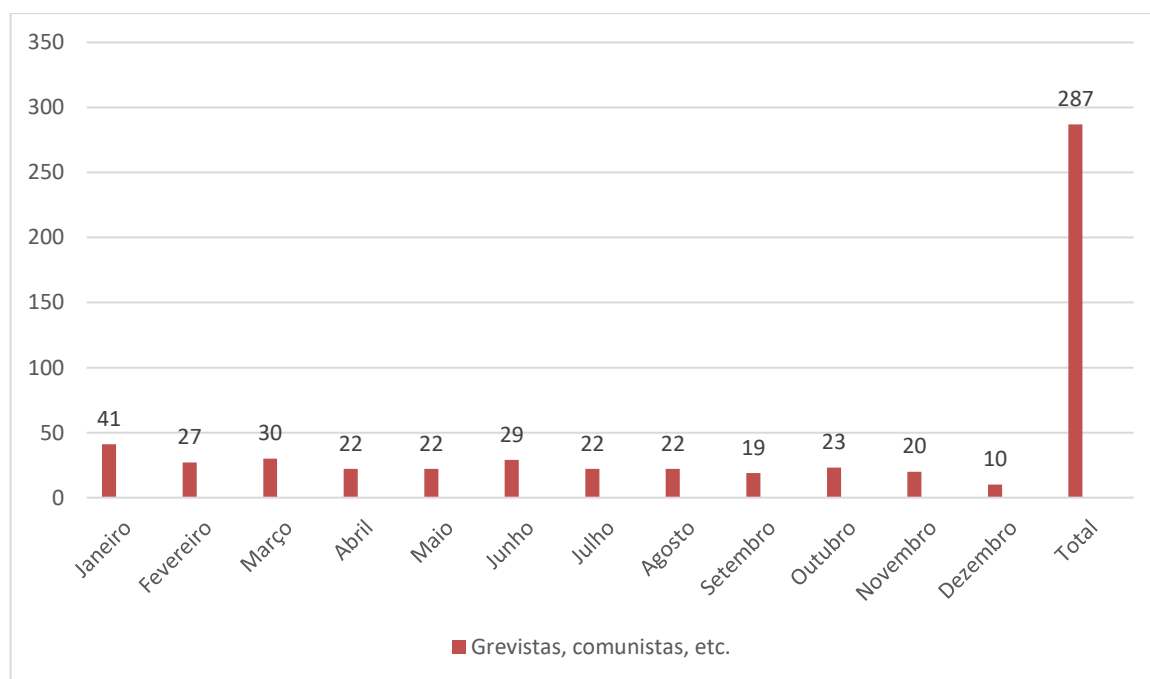
³⁷⁹ _____. *A era Vargas...*, p. 21.

que este foi o ano com maior número de greves da década de 1930³⁸⁰. A mesma autora, em trabalho que analisou o comportamento da imprensa liberal paulista, escreveu que “a classe operária incomodava e inquietava os constitucionistas de 32”³⁸¹. Segundo a historiadora:

Os liberais de São Paulo se atemorizaram com o movimento grevista, não só pelas proporções que assumiu, mas principalmente porque, nesse momento, estava sendo articulada a revolução contra Getúlio. Ali as greves ocorreram em maio, num clima tenso e de violentos conflitos com a polícia. O movimento se alastrou e a greve foi geral, sendo interpretada como algo mais que um conflito entre patrões e operários.³⁸²

Dessa forma, 1932 tratou-se de um ano conturbado para o Governo Provisório, não apenas pela crise política que este enfrentava no âmbito nacional, mas também pela questão social. Sendo assim, a polícia política do Distrito Federal, além de manter vigilância em cima de elementos oposicionistas que conspiravam contra o governo de Getúlio Vargas, precisou conter os perigos oriundos do mundo do trabalho.

Gráfico 3: Prisões efetuadas pela Quarta Delegacia Auxiliar vinculadas a questão social.



Fonte: Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública.³⁸³

³⁸⁰ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932...*, p. 68.

³⁸¹ _____. *Os arautos do liberalismo...*, p. 116.

³⁸² _____. *Os arautos do liberalismo...*, p. 116.

³⁸³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

De acordo com os dados do gráfico 3, podemos perceber a constância da atuação da Quarta Delegacia para com a questão social e, mesmo durante os meses de duração da Guerra de 1932, os funcionários da delegacia não relaxaram a vigilância, efetuando número de prisões semelhante aos meses anteriores. Dessa forma, a atuação da polícia política durante o ano de 1932, representou apenas a continuidade da intensa vigilância da questão social, sobretudo do comunismo, dos períodos anteriores³⁸⁴.

Para evitar movimentos políticos que pusessem em risco o governo na capital, a Quarta Delegacia Auxiliar precisou atuar em diferentes frentes e, mesmo com o elevado número de presos, não conseguiu evitar todos os movimentos de oposição. A impressão de jornais clandestinos, mesmo quando havia todo um esforço para evitar a produção e circulação destes, demonstram o quanto era árdua a tarefa da polícia. Neste sentido, combater a propaganda contrária ao governo tinha uma atenção especial da Quarta Delegacia. Segundo o relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública:

Durante o movimento revolucionario de São Paulo a vida Capital da Republica esteve em constante agitação. A Av. Rio Branco era o ponto predilecto, onde os individuos mais exaltados procuravam fazer a propaganda do movimento paulista, lançando mão de uma infinidade de processos, inclusive o da distribuição de boletins, impressos por todo os meios e modos ao seu alcance, atirando-os das sacadas, dos corredores e dos terraços dos arranha céos da Avenida. A acção desses individuos não se detinha ahi; mandavam e distribuam taes boletins pelo correio, jogavam dos automoveis e affixavam nas paredes.³⁸⁵

Segundo o relatório, os opositores do Governo Provisório lançaram mão de diferentes expedientes para divulgar o “movimento paulista” na capital. A centralidade da avenida Rio Branco na vida urbana do carioca, fez com que esta fosse alvo favorito na disseminação de propaganda impressa contra o governo, o que também ajuda a explicar a concentração de manifestações nesta região. Não sabemos ao certo como se dava a prática de distribuição de boletins. Entretanto, Maria Luiza Tucci Carneiro analisou um subterfúgio detectado pela polícia política de São Paulo que nos faz conjecturar sobre a maneira como os mais “exaltados” atiravam os boletins “das sacadas, dos corredores e dos terraços dos arranha céos da Avenida”. Segundo Carneiro, a tática do “barbante que queimava” consistia na escolha de um prédio central para a panfletagem. Em seguida, o indivíduo se dirigia aos andares mais altos e amarrava em alguma janela os prospectos num barbante. Feito isso, ateava-se fogo no

³⁸⁴ Analisando a censura implementada pelo DEOPS de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro afirma que desde a criação da polícia política a literatura de cunho marxista garantiu seu lugar de honra dentre os “livros mais cassados”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas...*, p. 163.

³⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

barbante que somente iria desprender os boletins cerca de dois, três ou cinco minutos depois, dando a chance do indivíduo fugir sem ser identificado³⁸⁶.

Outro meio de propagar os ideais da oposição, foi a utilização sistemática do rádio. Segundo o relatório da polícia, alguns elementos chegaram a instalar “possantes aparelhos de transmissão e recepção para utilisal-os na propaganda da sua causa ingrata”. O jornal *O Radical* narrou com detalhes a estratégia utilizada pela polícia para conseguir chegar ao rádio transmissor. Segundo o jornal, a polícia carioca conseguiu descobrir e apreender quatro estações clandestinas transmissoras de rádio a serviço do “reacionarismo paulista”. Ainda segundo o jornal:

Desde o início do movimento revolucionario de São Paulo, as autoridades policiaes, através de seus serviços technicos especializados, observaram a atividade intensa de algumas estações de radio clandestinas nesta cidade, que ininterruptamente transmitiam completas informações para a capital paulista, detalhando os acontecimento cariocas e, sobretudo, registrando as linhas e disposições militares do Governo Provisorio.³⁸⁷

As investigações estavam a cargo do dr. Francisco Pereira Pinto, no serviço de rádio da Chefia de Polícia. Para *O Radical*, as medidas “policiaes correram paralelas á gravidade do caso, pois torna-se desnecessário encarecer, nestas linhas, os resultados dessa espionagem e desse contacto, através do espaço, por meio dessa poderosa arma que é o radio”. O jornal dava detalhes da investigação e afirmava que a localização dos quatro rádios transmissores só foi possível graças a uma engenhosa estratégia da polícia. Esta consistiu na montagem de um aparelho receptor num automóvel, uma vez realizada esta proeza mecânica, o veículo circulou pela cidade medindo a intensidade do sinal. Descobriram assim, que o sinal mais forte ficava no Alto da Boa Vista e nas ruas Marquês de São Vicente e Voluntários da Pátria. Após esta descoberta, a polícia passou a realizar a vigilância da região. Além das quatro estações, a polícia encontrou listas contendo nomes de pessoas envolvidas neste processo e que, segundo o jornal, já se encontravam detidas³⁸⁸. No que diz respeito aos aparelhos das estações de rádio, o relatório da Quarta Delegacia Auxiliar informou que “alguns desses aparelhos foram apreendidos em pleno funccionamento e recolhidos á Secção competente, de acordo com as leis que regulam o funccionamento de rádios particulares”³⁸⁹.

³⁸⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas...*, pp. 86-88.

³⁸⁷ *O Radical*, RJ, 24/09/1932.

³⁸⁸ *O Radical*, RJ, 24/09/1932.

³⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

A vigilância policial foi uma das estratégias utilizadas pela Quarta Delegacia para combater a movimentação de elementos contrários ao governo. O serviço de observação da polícia política vinha atuando desde o início do ano de 1932 e tinha na sua lista de suspeitos elementos militares e civis. Políticos, jornalistas e oficiais do Exército eram observados de perto pela polícia. Nem mesmo o ex interventor do Distrito Federal, Adolpho Bergamini, escapou da vigilância policial. Num documento dirigido a Getúlio Vargas em 15 de abril de 1932 e redigido pela Seção de Ordem Social e Segurança Pública, o Serviço de Observação Reservada relatou que o Dr. Adolpho Bergamini:

Encontra-se presentemente nesta Capital. Tem escriptorio a rua 7 de setembro n.178, 1º andar, onde vai diariamente. Costuma ir ao Estado de Minas Geraes, embarcando e desembarcando em Cascadura. Está em agitação politica. A sua acção vem sendo observada por esta Delegacia.³⁹⁰

O movimento de embarque e desembarque entre o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Minas e Gerais também eram acompanhados de perto pelo serviço de Observação Reservada da Quarta Delegacia³⁹¹. Da mesma forma, nas estradas, principalmente as que ligavam o Rio a São Paulo, os veículos eram fiscalizados. Segundo o relatório anual da Quarta Delegacia:

Esta Secção manteve sempre nos principaes logradouros publicos varios postos de fiscalisação e vigilancia, inclusive em estradas de rodagem, isto é, em Campo Grande, (Estrada Rio São Paulo) e Vigario Geral, (Estrada Rio Petropolis) visando estes ultimos pontos, especialmente, a fiscalizaçao de vehiculos e de pessoas que por ali transitavam. Nos pontos de embarque e desembarque foi, tambem, mantido rigoroso serviço de fiscalisação e, como era natural, manteve-se, ainda, em torno de altas auctoridades do paiz, um serviço discreto de garantia.³⁹²

Antes de 9 de julho, o trabalho era preventivo e procurou evitar que os conspiradores continuassem com as suas atividades. Além de procurar desarticular o movimento, também era importante para o governo demonstrar que estava alerta, pois com isto poderia desencorajar indivíduos menos convictos da sua participação no movimento contra o Governo Provisório. Após o 9 de julho, além das conspirações, combatia-se a ação direta de indivíduos contra o governo. Assim, a Quarta Delegacia Auxiliar procurou evitar de diferentes maneiras

³⁹⁰ CPDOC. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1932.04.15/2. Data: 15/04/1932. Informações da 4ª Delegacia Auxiliar, Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Serviço de Observação Reservada, sobre atividades conspiratórias de diversas pessoas. Rio de Janeiro (Vol. V/44).

³⁹¹ CPDOC. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1932.04.15/2. Data: 15/04/1932. Informações da 4ª Delegacia Auxiliar, Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Serviço de Observação Reservada, sobre atividades conspiratórias de diversas pessoas. Rio de Janeiro (Vol. V/44).

³⁹² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

movimentos de oposição na capital. Neste sentido, apreendeu armas, bombas e munições, prendendo compradores e vendedores. Além disso, a Quarta não se descuidou “dos pequenos transportes marítimos, tendo sido presos alguns dos profissionais desse ramo de actividade que alugavam suas embarcações para a fuga de oficiais para o Estado de São Paulo”³⁹³.

Durante o ano de 1932, o combate às conspirações no Distrito Federal, talvez tenha sido a atividade mais importante da Quarta Delegacia Auxiliar. Ao longo deste ano, segundo o relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, a polícia descobriu vinte conspirações³⁹⁴. O número é condizente com a preocupação externada por Getúlio Vargas durante o conflito. Em telegrama enviado ao interventor do Rio Grande do Sul, Vargas relatou a Flores da Cunha que:

Tem sido descobertos aqui alguns focos de conspiradores, geralmente reacionários filiados movimento S. Paulo, que desesperançados conseguiram revolta ou adesão tropas federais esta capital derivaram sua atividade para a prática de atentados pessoais contra membros do governo. Um desses centros conspiração, recebeu ontem aviso Morato, instando subversidade agir porque eles só se poderiam apresentar em eficiência militar até dia cinco corrente mês. Como a informação é curiosa e nova tática de atentados pode também estender-se até aí, julguei conveniente avisar, para que tomes necessárias precauções.³⁹⁵

A preocupação de Getúlio Vargas com eventuais conspirações na capital se alastrou durante toda a Guerra de 1932 e o tema também foi recorrente no seu diário. Do início do conflito até o seu fim, o chefe do Governo Provisório registrou constantemente boatos e descobertas de conspirações. Dessa forma, no registro dos dias 30 e 31 de julho, Vargas diz ter encontrado a notícia de uma conspiração chefiada pelos generais Mena Barreto e Sotero de Meneses com o intuito de depor o governo. Em combinação ao movimento, seria provocada agitações populares na capital que havia sido anunciada pelo “rádio dos rebeldes paulistas”³⁹⁶. Em setembro, já no final da guerra, os relatos de conspirações continuavam. No dia 5, Vargas registrou ter sido “descoberta uma conspiração em Minas, com ramificações no Rio e outros pontos, de acordo com São Paulo”³⁹⁷. Já no dia 27, em sua última anotação sobre conspirações, relatou que continuavam os “boatos de conspirações no Rio, com anúncio de uma parada para o dia 29”³⁹⁸.

³⁹³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

³⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

³⁹⁵ CPDOC. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1932.07.15. Data: 15/07/1932.

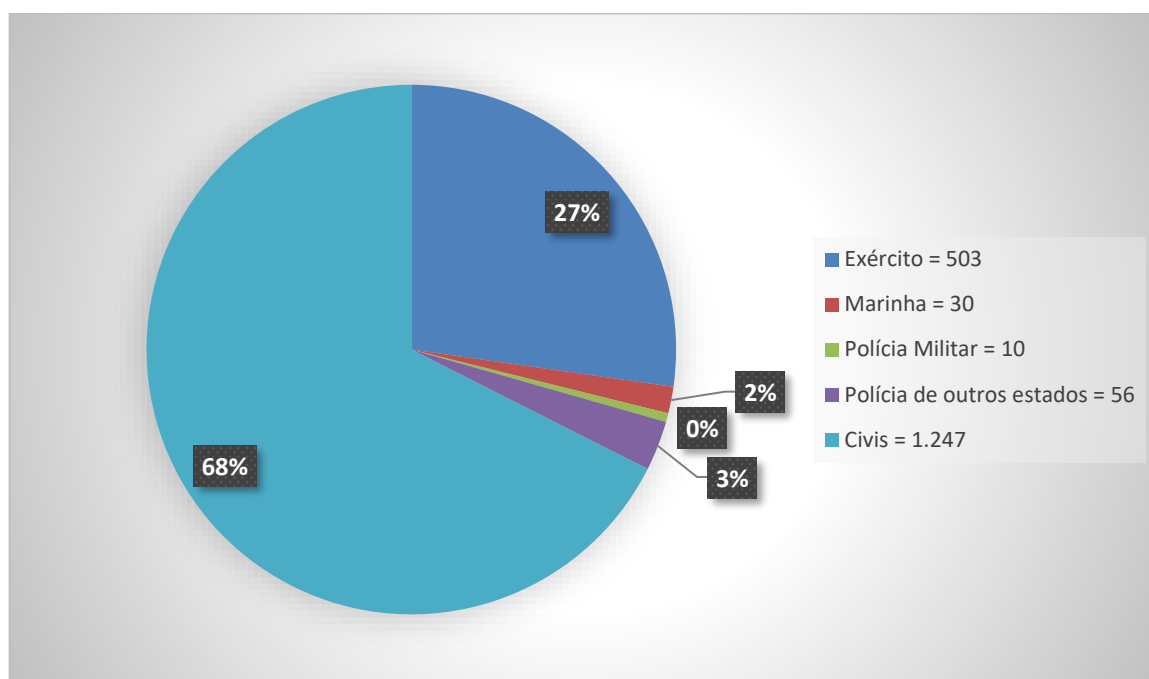
³⁹⁶ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas...*, p.120.

³⁹⁷ _____. *Getúlio Vargas...*, p. 129.

³⁹⁸ _____. *Getúlio Vargas...*, p. 136.

Durante a Guerra de 1932, foi significativo o movimento contrário ao Governo Provisório no Distrito Federal. Podemos classificar a atuação deste movimento em dois grupos. No primeiro grupo, encontramos aqueles que efetivamente atuaram contra o governo: conspirando, planejando levantes na capital, mantendo rádios transmissores ou participando da confecção de jornais clandestinos. No segundo grupo, podemos encontrar aqueles que eram simpatizantes do movimento irrompido em São Paulo e que, por isso, ajudavam a disseminar boatos e notícias que iam de encontro aos interesses do governo. Em alguns casos, estes indivíduos também podiam participar das manifestações no centro da cidade. Não obstante, pelo que pudemos observar do relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Quarta Delegacia, se combateu e foram efetuadas prisões de ambos os grupos. Se nos apoiarmos no relatório da Quarta Delegacia Auxiliar, podemos afirmar que o movimento contra o governo na capital era amplo e possuía representação tanto no meio militar quanto no civil.

Gráfico 4: Ocupação social dos presos políticos do ano de 1932.



Fonte: Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública.³⁹⁹

Segundo o gráfico 4, podemos notar uma proeminência de presos oriundos do meio civil, seguido respectivamente por membros do Exército, policiais de outros estados, Marinha e da Polícia Militar do Rio de Janeiro. No que diz respeito aos números elevado de presos

³⁹⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

oriundos das esferas civil e do Exército, defendemos que dois fatores podem explicar essa proeminência: para o meio civil, acreditamos que o grupo político dissidente e aliado do poder desde a revolução de 1930 tenha contribuído para os opositores deste setor; já o expressivo quantitativo de membros do Exército deve estar vinculado ao anti-tenentismo na instituição. Este último fator também deve ter levado indivíduos de outros setores da sociedade a serem presos por envolvimento ou por serem suspeitos na ótica da polícia em movimentos contrários ao governo na capital.

Finalizando a parte política do relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Seraphim Braga, chefe deste setor na Quarta Delegacia Auxiliar, afirmou que a Guerra de 1932:

Foi, sem duvida, umas das mais graves phases por que tem atravessado o paiz, não somente devido á diversidade de correntes, políticas ou não, que se desmembraram umas e se fundiram outras para a formação de uma nova corrente constituída de elementos que, de antemão, não nos era possivel distinguir, como tambem pela conservação de elementos contrários que permaneceram em nosso meio sem se externar francamente sobre o momento. Era o desconhecimento do meio em que se agia, obrigando-nos, por isso a uma maior somma de cuidados e de precauções afim de evitar decepções e a annulação da nossa actividade. Contudo, sem utilizar de perseguições, conseguimos desempenhar a nossa tarefa de maneira a ficarmos com a consciencia tranquila de a ter executado com a maxima correcção e elevação, amparados pela boa vontade dos funcçionarios que servem nesta Secção, os quaes deram o maximo do seu esforço e dedicação e a prova mais cabal de sua honestidade e lealdade á causa commum de todos nós, concorrendo, assim, para a paz, tranquillidade e garantia dos habitantes desta Capital.⁴⁰⁰

A Guerra de 1932 teve um desfecho favorável para o Governo Provisório e a ordem e segurança do Distrito Federal foi garantida, em boa parte, graças aos esforços da Quarta Delegacia Auxiliar em combater os inimigos políticos do governo. A atuação da Delegacia não apenas garantiu “a paz, tranquillidade e garantia dos habitantes” da capital como também do próprio Governo Provisório. No entanto, devemos considerar que a oposição ao governo na capital foi significativa e que a sede do governo só não correu riscos por conta da capacidade da polícia política de anular as ações dos opositores. Ao mesmo tempo, mesmo com o empenho e esforço dos seus funcionários, a Quarta Delegacia não foi capaz de deter todos os movimentos de oposição na cidade. Dessa forma, jornais clandestinos, rádios transmissores, boatos, manifestações e conspirações ocorriam mesmo com esforços da Quarta Delegacia Auxiliar em evitá-los.

⁴⁰⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

CONCLUSÃO

Não era uma revolução. Era uma represália. Não era constitucionalista, pois apenas contribuiu para perturbar a constitucionalização do país. E, por estranho que pareça, também não era paulista. O fermento veio do Rio Grande do Sul e a massa que se servia da juventude e do solo bandeirantes, como campo de batalha, era feita dos grãos de ódio de todos os reacionários, de todos os tempos e de todos os Estados.⁴⁰¹

No seu livro de memórias em homenagem ao pai, foram com estas palavras que Alzira Vargas definiu a Guerra de 1932. Para a filha de Getúlio Vargas, a guerra não pertenceu apenas ao estado de São Paulo, pelo contrário, foi feita pelos “reacionários” de todos os “Estados”. Obviamente que este texto escrito por Alzira Vargas merece ser analisado com cuidado por conta do seu claro envolvimento com os acontecimentos da época. No entanto, defendemos ao longo deste trabalho que a guerra foi o resultado de um complexo cenário político nacional que teve o seu início com a revolução de 1930 e culminou no dia 9 de julho de 1932.

Além de demonstrar que a historiografia envolvendo a Guerra de 1932 é extensa e aborda o conflito sobre diferentes prismas, um dos intentos do primeiro capítulo foi exatamente o de observar nas obras sobre o tema que o conflito ultrapassou as fronteiras de São Paulo. Foi com este sentido que analisamos ou mencionamos os movimentos de oposição nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia, Ceará e Mato Grosso. Entretanto, cabe aqui ressaltar que não são apenas os movimentos de oposição que demonstram uma guerra nacional, mas, também, a mobilização do Governo Provisório nestes estados, quer seja combatendo Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul ou realizando o alistamento de tropas voluntárias no Ceará. Não obstante, no referido capítulo, também pudemos concluir que a perspectiva do conflito como um evento de proporção nacional e inserido num contexto mais amplo que o ano de 1932, ampliou as possibilidades de abordagens sobre a guerra, o que acabou contribuindo para a compreensão da complexidade política do período.

Foi sob esta perspectiva que analisamos o Distrito Federal durante a Guerra de 1932. A sede administrativa e política do Governo Provisório requereu durante o conflito cuidados especiais. Havia o temor entre os elementos governistas de que em 1932 pudesse se repetir o mesmo desfecho da revolução de 1930, quando o governo Washington Luís foi deposto por uma junta de militares que se encontravam na capital. Neste sentido, quando da eclosão da

⁴⁰¹ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas...*, p. 80.

guerra em 9 de julho, as principais preocupações do governo se concentravam no combate aos opositores em São Paulo e na defesa da capital.

Os esforços do governo na capital não se restringiram à manutenção da ordem. A Guerra de 1932, ao contestar a política implementada pelo Governo Provisório, também questionava a sua legitimidade. O Distrito Federal aqui ganha relevo, porque era fundamental que na sede do governo a população o legitimasse e o apoiasse. Neste sentido, a censura à imprensa independente e à imprensa governista foram ferramentas essenciais no processo de legitimação do governo diante da população na capital. Os jornais *Correio da Manhã* e *O Radical* foram tomados por matérias favoráveis ao governo. Notícias de vitórias das tropas governistas no *front* de batalhas e chegada de novas tropas foram constantes nestes periódicos.

Dessa forma, defender o Distrito Federal no contexto da Guerra de 1932 ia além da manutenção da ordem e de evitar movimentos contrários ao Governo Provisório na cidade. Era preciso mobilizar a população carioca a favor do governo e contra os seus opositores. Para tanto, evitar o desabastecimento da cidade e combater a especulação do preço de gêneros alimentícios era fundamental. Tratava-se de demonstrar para a sociedade da capital que o governo dominava a situação e que o desfecho do conflito seria rápido com vitória deste último.

Ainda sobre este último aspecto, era fundamental garantir que a Guerra de 1932 abalasse o mínimo possível o cotidiano do carioca. Partindo desta lógica procurou-se manter, na medida do possível, a normalidade dos serviços como o cinema e o teatro e a manutenção dos campeonatos de basquete e de futebol da capital. Além disso, é digno de nota que em plena guerra civil o governo inaugurou a iluminação do Cristo Redentor. Mas, neste sentido, nada foi mais simbólico do que o esforço do governo em manter o tradicional desfile do Sete de Setembro. Mesmo com desfalques e com as atenções dos militares voltadas para o *front* de batalhas, o governo garantiu que a população carioca tivesse a sua parada cívica. Dessa forma, além de tranquilizar a população, o Governo Provisório procurou se impor e demonstrar a sua força diante dos seus opositores no Distrito Federal.

No entanto, mesmo com os esforços do Governo Provisório em se legitimar e mobilizar a população a seu favor, a oposição foi uma constante na capital. Durante a Guerra de 1932, boateiros espalhavam boatos contrários ao governo, visando claramente a sua desestabilização e a perturbação da ordem no Distrito Federal. Neste caso, tratou-se de uma guerra pelo monopólio de circulação de ideias pela cidade. A utilização de termos como “ofensiva” e “contraofensiva” de boatos enfatizam este aspecto e demonstram a forma como

ambos os lados concebiam esta disputa, como um *front* de batalhas. Tanto o governo quanto a oposição perceberam o perigo que esta prática poderia representar. Foi neste sentido que elementos opositores do governo, como o jornalista Sertório de Castro, atuaram. Neste sentido procuraram disseminar boatos que se não poderiam conseguir ajudar a realizar levantes mais efetivos contra o governo, poderiam no mínimo desestabilizar a ordem na capital ou até mesmo perturbar o emocional de membros do governo como o próprio Getúlio Vargas. Foi por esta razão que a imprensa governista combateu os boatos dedicando colunas inteiras a sua simples desmoralização. Ainda sobre este aspecto, de maneira mais enérgica atuou o governo, que chegou a efetuar a prisão de alguns destes boateiros, monopolizando a circulação de ideias e combatendo a oposição na capital.

As manifestações favoráveis e contrárias ao Governo Provisório também foram uma constante no período. Neste sentido, mobilizações a favor do governo eram bem-vindas, enquanto que as realizadas pelos opositores eram duramente reprimidas. No entanto, diante da possibilidade de tumultos, percebemos que nem mesmo as manifestações pró-governo ocorreram com frequência. O governo, neste sentido, privilegiou a manutenção da ordem na capital, não valia a pena correr riscos maiores.

Sendo assim, a despeito da mobilização do Governo Provisório no Distrito Federal, este encontrou nos periódicos *Correio da Manhã* e no *O Radical* importante aliados. A centralidade dos jornais como o principal meio de comunicação de massa no período não passou despercebida por Getúlio Vargas e seus auxiliares que utilizaram amplamente deste recurso. Estes, além de censurarem os jornais, constantemente enviavam para a imprensa notícias e notas favoráveis ao governo. Neste sentido, é interessante percorrer as publicações referentes aos confrontos no *front* de batalhas e perceber que as tropas governistas não tiveram, segundo os jornais consultados, uma única derrota ou revês durante os 85 dias de confronto. Ainda com base em nossa análise do *Correio da Manhã* e do *O Radical*, inferimos que a imagem que o Governo Provisório desejava passar era de que a guerra se concentrava exclusivamente em São Paulo e que, portanto, tratava-se de um conflito paulista e regional. Além disso, para o governo, o movimento seria rapidamente derrotado e sendo assim a população da capital do país não precisava se preocupar ou alterar significativamente o seu cotidiano. Cabe aqui ressaltarmos que é esta representação da Guerra de 1932 que algumas obras historiográficas assumiram e assumem. Esta imagem vai de encontro a conclusão desenvolvida neste trabalho e que foi amparada em outras obras que caminham no mesmo sentido, estas apontam para um complexo cenário político nacional envolvendo os anos iniciais do Governo Provisório de Getúlio Vargas e que levaram a Guerra de 1932. Dessa

forma, consideramos que a imagem dos periódicos aqui analisados e assumida integralmente ou parcialmente em algumas obras sobre o tema, acabam levando a uma simplificação da compreensão do conflito e do próprio cenário político que o envolveu.

No que diz respeito à manutenção da ordem, a Quarta delegacia Auxiliar do Distrito Federal, mais especificamente a Seção de Ordem Social e Segurança Pública, teve um papel proeminente em garantir a segurança da capital. No primeiro momento, antes da eclosão do conflito, seu serviço de observação e vigilância foi capaz de neutralizar inimigos políticos do governo, assim como de manter o Governo Provisório informado sobre a conspiração que se tramava contra ele na cidade. Após a eclosão da guerra, a Quarta Delegacia concentrou os seus esforços em manter a ordem na cidade e em evitar a propagação de ideias incômodas ao governo. Atuando de forma preventiva, com base em suspeitas nem sempre tão apuradas, a polícia realizou inúmeras prisões e precisou expandir, às pressas, o número de presídios a sua disposição. No intuito de garantir a segurança do Governo Provisório na capital, era melhor correr o risco de efetuar prisões injustas do que pôr em ameaça o governo.

Sendo assim, o Distrito Federal participou diretamente da Guerra de 1932, isto porque além da mobilização do governo, contou com movimentos a favor e contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas. E, neste sentido, a vitória do Governo Provisório na capital se deu graças a sua capacidade de mobilização e de anulação dos movimentos contrários que existiram contra ele durante todo o ano de 1932.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

a) Acervos consultados

Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Biblioteca Nacional.

Arquivo Pessoal Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

b) Fontes impressas: obras memorialísticas

CASTRO, Sertorio de. *Diário de um combatente desarmado (a revolução de São Paulo vista e apreciada do Rio de Janeiro)*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1934.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1981.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Editora Globo S.A, 1960.

VARGAS, Getúlio. *Diário, Volume I (1930-1936)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: 1960.

c) Referência Bibliográfica

ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AGUIAR, Odailton Aragão. *O Barão de Itararé e seus Almanhaques* - Os almanques do jornal *A Manhã*. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias: intelectuais e a Polícia Política (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *O socialismo tenentista: trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. 2012. 323 F. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BEZERRA, Holien Goncalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BRAGA, Regina Stela (editora). *Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (organizadores.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.

_____ e KOSSOY, Boris (organizadores). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988.

DONATO, Hernani. *A Revolução de 32*. São Paulo: Editora Abril, 1982.

_____. *Breve história da Revolução de 32*. São Paulo: Lerlisa, 1997.

_____. *História da Revolução de 1932*. São Paulo: IBRASA, 2002.

DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (organizadores). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____ e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (organizador). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 57-63, jan. 1995. ISSN 2178-938X. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183/36927>>. Acesso em: 15 Mar. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 20-29, jan. 1995. ISSN 2178-938X. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200/36944>>. Acesso em: 15 Mar. 2017.

GOMES, Angela de Castro (coordenação). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____ (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____ e SCHIMIDT, Benito Bisso (organizadores). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

JACOBUS, Rodrigo Maciel. *Um nobre bufão no reino da grande imprensa: A construção do personagem Barão de Itararé na paródia jornalística do semanário A Manhã (1926-1935)*.

2010. 271 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, june 1984. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361/68001>>. Acesso em: 24 sep. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i116>, pp. 67-74.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a era vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. A Cidade e A Guerra: a campanha de mobilização e o cotidiano de Fortaleza durante a Guerra de 1932. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 2009. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62782/61918>>. Acesso em: 11 Fev. 2017.

_____. Acordos firmados e estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 3 - 21, jun. 2011. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62795>>. Acesso em: 22 Abr. 2017.

_____. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____ (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 379-388, dez. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2074/1213>>. Acesso em: 25 Jul. 2017.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade federal do Pará, Belém do Pará.

PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mario. *Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (direção) e GOMES, Angela de Castro (coordenação). *História do Brasil Nação (1808-2010): Olhando para dentro*. São Paulo: Editora Objetiva, 2013.

SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda: 2010.

VIEIRA, M. do Pilar de A., PEIXOTO, M. do Rosário da C., KULCSAR, Rosa, etc. al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Revista PUCSP*. Consultado em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12495/9064>>. Acesso em 29/07/2014.

VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Esboços – Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*. Volume 13, Número 16, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/133> >. Acesso em: 22 Abr. 2017.